



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO - PPDRU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

ARI SOARES LIMA

**CONTRADIÇÕES SOCIAIS DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA:
ENFOQUE SOBRE O LITORAL DE MATA DE SÃO JOÃO**

Salvador
2012

ARI SOARES LIMA

**CONTRADIÇÕES SOCIAIS DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA:
ENFOQUE SOBRE O LITORAL DE MATA DE SÃO JOÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Regina Celeste de A. Souza.

Salvador
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS

Lima, Ari Soares

Contradições sociais do turismo no Litoral Norte da Bahia: enfoque sobre o litoral de Mata de São João. Salvador, 2012.

128 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – UNIFACS Universidade Salvador. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Celeste de A. Souza.

1. Turismo. I. Souza, Regina Celeste de A., orient. II. Universidade Salvador – UNIFACS. III. Título.

CDD: 338

ARI SOARES LIMA

CONTRADIÇÕES SOCIAIS DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA:
ENFOQUE SOBRE O LITORAL DE MATA DE SÃO JOÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - Unifacs, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de Almeida Souza - Orientadora _____
Doutorado em Geografia pela Universidade de Rouen, França.
Universidade Salvador – Unifacs - Laureate International Universities

Fernando Cardoso Pedrão _____
Livre Docência em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.
Universidade Salvador – Unifacs - Laureate International Universities

Karen Michelly Moraes e Sasaki _____
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador - Unifacs, Laureate International Universities.
Fundação Visconde de Cairu - FVC

Salvador, de de 2012.

A minha filha.
Aos meus pais e família.
Aos meus professores.
A todos os mestres e irmãos de Luz.
Que assim seja!

AGRADECIMENTOS

Formalizo aqui meus agradecimentos às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram na construção deste estudo.

Inicialmente, agradeço à minha família, pela compreensão dos momentos ausentes e pelo apoio incondicional durante o tempo dedicado a esta pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Regina Celeste de Almeida Souza, orientadora, pela presteza, atenção, e dedicação.

A todos os professores que sempre se prontificaram em colaborar quando solicitados.

Aos colegas do curso, importantíssimos para o aprendizado e meu crescimento acadêmico.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram durante essa caminhada em busca do conhecimento.

“Nos anos 90, tem lugar a transição de uma ditadura para outra: de uma ditadura oligárquica, tecnocrática e corporativa à ditadura do mercado, com a supervalorização do câmbio e a inserção brutal da América Latina nos fluxos da globalização segundo as receitas do “Consenso de Washington”. (NEGRI; COCCO, 2005, p.33).

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a analisar de que maneira o turismo insere o Litoral Norte da Bahia nos circuitos globais de produção, consumo e das contradições sociais. Para alcançar este objetivo, realiza-se uma abordagem qualitativa, *dialética*, das contradições que se estabelecem na relação capital-trabalho e capital-espaço, com a ocupação do Litoral Norte da Bahia pelo capital internacional, a partir dos anos 90. Capital, esse, aqui representado pela atividade turística na orla do município da Mata de São João/BA. Ampara-se em teorias que discorrem acerca da emergência de uma nova ordem global no século XXI. Uma ordem de base jurídica e legitimada, sobretudo, por agências internacionais, que, em última instância, estabelecem os fluxos do desenvolvimento econômico mundial e local (NEGRI E HARDT, 2006), onde, o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE) representa esta internacionalidade do planejamento do turismo local (BENI, 2001), (CORIOLANO, 2006). Também, utiliza-se de teorias sociais que tratam da *precarização* do mundo do trabalho (CASTEL, 2009), (FRANCO E DRUCK, 2009), para poder-se inferir sobre a *precarização* do trabalho promovido pelo turismo no Litoral norte da Bahia, realizando-se um paralelo entre a teoria social do trabalho e o movimento grevista dos trabalhadores do turismo do Litoral Norte da Bahia, ocorrido em setembro de 2011. E, para finalizar, analisa-se a produção do espaço turístico do Litoral Norte da Bahia, as contradições em torno da construção da Linha Verde (BA-099) e dos *resorts* da orla municipal de Mata de São João/BA - delimitação espacial empregada para a realização das entrevistas, articulando-se, principalmente, com as teorias que consideram o turismo uma atividade fruto da expansão produtiva do capital, modernizador do espaço, produtor de um espaço racionalizado. Aqui, são chamados Milton Santos e teóricos brasileiros, pesquisadores da temática turística do Nordeste e do Litoral Norte da Bahia, como; Boullón (2002), Coriolano (2006), Diniz (2007) Gomes, (1997), Mattedi (1999), Moretti (2007), Paiva (1995), como levou-se em consideração os depoimentos dos moradores e a situação de exclusão em que vivem, para melhor elucidar as contradições sociais do turismo no Litoral Norte da Bahia.

Palavras-chaves: Turismo. Litoral Norte da Bahia.

ABSTRACT

This thesis proposes to analyze in which manners tourism inserts the North Shore of Bahia in the global circuits of production, consumption, and social contradictions. In order to reach this objective, a qualitative and dialectic approach is made of the contradictions established in the labor-capital and space-capital relationship emerged from the North Shore of Bahia occupation by the international capital since the 90's. Capital, which, here is represented by the touristic activity along the shore of the Mata de São João municipality. It supports itself in theories that discourse about the emergency of a new world order in the XXI century. A legal order legitimized, above all, by international agencies that, ultimately, establish the local and global economical development influxes (NEGRI AND HARDT, 2006), which, the Northeast Tourism Development Program (PRODETUR/NE), represents the internationality of the local tourism planning (BENI,2001), (CORIOLANO, 2006). It is also utilized social theories that address the labor environment *precarization* (CASTEL, 2009), (FRANCO AND DRUCK, 2009), in order to be able to be inferred in the labor *precarization* promoted by the North Shore of Bahia tourism, and constructing a parallel between the social theory of labor and the North of Bahia's tourism workers strike mobilization occurred in September of 2011. And to finalize, the production of the touristic space in the Bahian North Shore is analyzed along with the contradictions derived from the construction of the Green Line Highway (BA-099) and of the resorts throughout the Mata de São João's shore - spatial delimitation employed to the realization of interviews, being articulated mainly with the theories which consider tourism an activity yielded from the expansion of the productive capital, space modernizer, and producer of rationalized space. Here, Brazilian theory elaborators and Milton Santos are summoned, researchers of the northeast touristic theme and the Bahian North Shore such as; Boullón (2002), Coroliano (2006), Diniz (2007), Gomes (1997), Mattedi (1999), Moretti (2007), Paiva (1995), as it was taken into consideration the testimonies of inhabitants and the exclusion situation in which they live in, in order to better elucidate the social contradictions of the Bahian North Shore.

Key-words: Tourism. North Shore of Bahia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contribuição total do turismo para o PIB mundial (%) (2011-2021).....	48
Gráfico 2 - Número de empregos diretos, indiretos e induzidos total pelo turismo no mundo – 2011-2021	49
Gráfico 3 - Porcentagem de empregos diretos, indiretos e induzidos total pelo turismo no mundo – 2011-2021	49
Gráfico 4 - Participação do turismo no PIB brasileiro (%) – 2011-2021	50
Gráfico 5 - Participação do turismo no PIB brasileiro valor estimado em bilhões de Reais (R\$) - 2011-2021	51
Gráfico 6 - Participação do turismo no mercado de trabalho brasileiro (%) – 2011-2021	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região do sistema rodoviário BA-099, 2003	16
Figura 2 – Zonas Turísticas da Bahia.....	17
Figura 3 – Mapa do município de Mata de São João, Bahia.	18
Figura 4 - Localização das comunidades do Barro Branco, Diogo, Jardim Imbassaí, Imbassaí e Santo Antônio	22
Figura 6 - Paralisação dos trabalhadores hoteleiros dos principais resorts da Linha Verde - o Iberostar, na Praia do Forte, o Grand Palladium em Imbassaí e o Costa do Sauípe	65
Figura 7 – Momento de protesto dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde.....	66
Figura 8 – Faixa de protesto dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde durante paralisação	66
Figura 9 – Adesivo da greve dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde	67
Figura 10 – Trabalhadores hoteleiros abordando carro de turista para explicar os motivos da greve	67
Figura 11 – Inauguração da BA-099, a Linha Verde	89
Figura 12 - Fotos da Praia do Forte – (1930)	91
Figura 13 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (1973)	91
Figura 14 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (1973) – Crianças brincando.....	92
Figura 15 – Vista aérea da Praia do Forte (2010)	92
Figura 16 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (2011)	93
Figura 17 – Contexto Regional da Área de Proteção Ambiental, APA do Litoral Norte, Bahia	96
Figura 18 - Zoneamento da Orla Municipal de Mata de São João/BA	98
Figura 19 – Localização dos empreendimentos na orla do município de Mata de São João, Bahia	99
Figura 20 – Placa indicativa do financiador da Concessionária Litoral Norte S/A. Empresa responsável pela duplicação da Linha Verde.....	101
Figura 21 – Linha Verde (detalhe das bandeiras portuguesa e espanhola)	102
Figura 22 – Obras de duplicação da Linha Verde	102
Figura 23 – Obras de duplicação da Linha Verde	103
Figura 24 – Placa alocada pelos moradores de Areal, na Linha Verde.....	103
Figura 25 – Vista aérea do complexo hoteleiro Costa do Sauípe.....	108
Figura 26 – Iberostar Praia do Forte	108
Figura 27 – Grand Palladium, Praia de Imbassaí.....	109
Figura 28 – Campo de Golf do Iberostar Praia do Forte	110

Figura 29 – Casa Condomínio Iberostar Praia do Forte	110
Figura 30 – Casas Condomínio Reserva Imbassaí – Grand Palladium Resorts	111
Figura 31 – Foto da comunidade Jardim Imbassaí, formada em frente ao resort Grand Palladium instalado na localidade em 2011	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH-BA	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - Bahia
ACM	Antônio Carlos Magalhães
APA/LN	Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte
BACEN	Banco Central
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CST	Conta Satélite do Turismo
CTPS	Conselho de Turismo do Pacífico Sul
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTC	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OACI	Organização de Aviação Civil Internacional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMI	Organização Marítima Internacional
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PF	Polícia Federal

PIB	Produto Interno Bruto
PNC	Programa Nordeste Competitivo
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado da Bahia
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Governo da Bahia
SINDHOTÉIS	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UE	União Europeia
WTTC	<i>World Travel & Tourism Council</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO PRESENTE GLOBALIZADO NO LITORAL NORTE DA BAHIA	29
2.1 ORDEM MUNDIAL	29
2.2 O TURISMO E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	37
2.3 PRODETUR PARA O NORDESTE BRASILEIRO	40
3 MUNDO DO TRABALHO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA	44
3.1 MUDIATIZAÇÃO ECONÔMICA DO TURISMO	47
3.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL	55
3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO LITORAL NORTE DA BAHIA	63
3.4 TENDÊNCIAS DO MUNDO TRABALHO NO SÉCULO XXI	73
4 TURISMO E SUAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS: UM REFLEXO DO GLOBAL SOBRE O LOCAL	81
4.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO	82
4.2 TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA	88
4.3 CONTRADIÇÕES DA VIDA LOCAL	111
4.3.1 Cena Um – Dona Maria	112
4.3.2 Cena Dois – Seu João	113
4.3.3 Cena Três – o casal paulista	113
4.3.4 Cena Quatro – o estudante de hotelaria	114
4.3.5 Cena Cinco – A Terra de Seu Zé	115
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERENCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano das pessoas que habitam o Litoral Norte da Bahia, o turismo confunde-se com aquilo que lhes é comum: economia, política, trabalho e lazer; educação, moradia, linguagem e afeto. Medos e esperanças. Ou seja, os processos constituintes da vida encontram-se subordinados à lógica econômica de produção e consumo capitalista contemporâneo, representado, aqui nesta pesquisa, pela atividade turística.

É bem verdade que o Litoral Norte da Bahia é um espaço relativamente extenso (193 km), dotado de meios produtivos sociais e ecológicos heterogêneos. Espaço onde perpetuam, ainda, culturas seculares de sobrevivência e vivência que destoam do atual sistema produtivo econômico presente em grandes centros urbanos. Quando se vai para o Norte, por exemplo, através da Linha Verde (BA-099) (Veja-se figura 1), passando os litorais dos municípios de Mata de São João e Entre Rios, percebe-se que o turismo tende a perder sua representatividade econômica e cultural. Estando a atividade turística restrita às principais vilas e comunidades, que se desenvolveram através do comércio com o interior do Estado, até um passado bem recente sem Linha Verde (BA-099), obra concluída em 1993.

Desta maneira, neste caminho que vai da Praia do Forte, município de Mata de São João, à novelesca praia de Mangue Seco, extremo norte do estado, município de Jandaíra, verifica-se, até hoje, a existência de muitas terras e moradores locais que não percebem renda direta do turismo e continuam a viver por meios originais de produção. Assim, nesta pesquisa, importante ressaltar, admite-se necessariamente o Litoral Norte da Bahia como um espaço constituído de múltiplos meios de produção social, tendo a atividade turística maior representatividade econômica e cultural para algumas comunidades e menor para outras.

Por outro lado, acredita-se não cometer um equívoco, considerar a existência de uma tendência qualitativa, e não numérica, de homogeneização desta produção social do Litoral Norte, com as atividades relacionadas à cadeia produtiva do turismo. Pois, como se verá a seguir, à porção localizada dentro da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA/LN), a delimitação espacial desta pesquisa - um espaço instituído pelo Governo do Estado da Bahia, igualmente, como Zona Turística da Costa dos Coqueiros - regem políticas e legislação específicas que julgam e fazem valer contratos, onde o turismo exerce posição hegemônica no planejamento do desenvolvimento local a médio e longo prazo (Veja-se figura 2).

Figura 2 – Zonas Turísticas da Bahia



Fonte: Secretaria de Turismo da Bahia (2011).

Por posição hegemônica do turismo no planejamento do desenvolvimento regional, entende-se a capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante de metas impostas à vida social e política de uma sociedade (BOBBIO, 2009). Este é o significado que Bobbio (2009) depreende da “teoria da Hegemonia” de Antônio

Gramsci, transformada em centro de sua reflexão sobre política e o Estado moderno e que se acha registrada nas páginas dos *Quaderni del carcere* (BOBBIO, 2009, p. 580).

Para esta pesquisa, posição hegemônica do turismo no planejamento do desenvolvimento local apresenta-se, então, como as metas impostas à vida social e a política do Litoral Norte da Bahia na tentativa de consolidar o turismo como a identidade produtiva da região. Como se este fora um espaço uno e o turismo histórica e singular vocação produtiva.

Hegemonia, a mesma, que tenta justificar o uso do termo Litoral Norte, no título desta dissertação, como desígnio de espaço analisado, mesmo estando à abrangência espacial das entrevistas realizadas para averiguação das contradições sociais do turismo com residentes, turistas e trabalhadores, limitada ao litoral do município de Mata de São João (Veja-se figura 3).

Figura 3 – Mapa do município de Mata de São João, Bahia



Fonte: Prefeitura de Mata de São João, (2011).

O limite espacial empregado para a realização das *entrevistas focalizadas* verificou-se necessário em virtude da distância entre as diferentes comunidades do Litoral Norte e o tempo hábil para a realização desta pesquisa. Entretanto, principalmente, porque é no litoral do município de Mata de São João que os efeitos contraditórios da política de desenvolvimento para turismo local poderiam ser avaliados melhor pela mudança qualitativa manifestada no cotidiano social e não pelos números econômicos, que de fato são crescentes em virtude da atividade turística.

Nesta parte do Litoral baiano encontram-se as principais redes hoteleiras do mundo. Muito mais que no restante do Litoral Norte, que ainda aguarda a chegada de investidores e licenças ambientais para tais empreendimentos, nesta área, o turismo parece ensaiar um protótipo daquilo que será o espaço mais ao Norte no futuro.

Assim, este trabalho procura alertar a sociedade, mais para as contradições sociais do turismo do Litoral Norte da Bahia, e menos para os grandes números econômicos que justificam suas intervenções. O expressivo crescimento do setor turístico no Brasil não pode preencher o discurso que sobrepuja suas contradições. Conflitos sociais que são inerentes ao sistema capitalista contemporâneo e que, nesta pesquisa, são analisados na relação capital-trabalho e capital-espaço, onde o turismo representa o capital instalado no espaço do Litoral Norte da Bahia.

A proposta desta pesquisa, portanto, foi o de análise qualitativa da atividade turística que se desenvolve no Litoral Norte da Bahia, a partir dos anos 90. Onde a ocorrência mais expressiva tem sido no município de Mata de São João. Litoral que já possui dez (10) resorts instalados, ao longo de vinte e seis (26) Km de costa e quase a totalidade do espaço litorâneo comprado por grandes investidores do turismo. Com base nos investimentos previstos pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) no Litoral Norte, serão mais dez (10) resorts até 2017. Sendo o município de Mata de São João o mais favorecido.

Quanto à metodologia científica empregada no tratamento teórico deste tema interdisciplinar – o turismo e suas contradições sociais – este foi o dialético. Segundo Gil (2009), o conceito de dialética é bastante antigo. Platão utilizou-o no sentido de arte do diálogo. Na antiguidade e na Idade Média o termo era utilizado para significar simplesmente lógica. A concepção moderna de dialética, no entanto, fundamenta-se, em Hegel. Para esse filósofo, a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução (GIL, 2009).

A concepção hegeliana de dialética é de natureza idealista, ou seja, admite a hegemonia das ideias sobre a matéria. Concepção, essa, criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que a apresentaram em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias. O materialismo dialético pode, pois, ser

entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios, segundo Engels (1974) *apud* Gil (2009):

- a) *A unidade dos opostos*. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) *Quantidade e qualidade*. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa operação opera-se por saltos.
- c) *Negação da negação*. A mudança nega o que é mudado e o resultado por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

Ainda segundo Gil (2009) e de maior importância para esta pesquisa, a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos (GIL, 2009, p. 14)

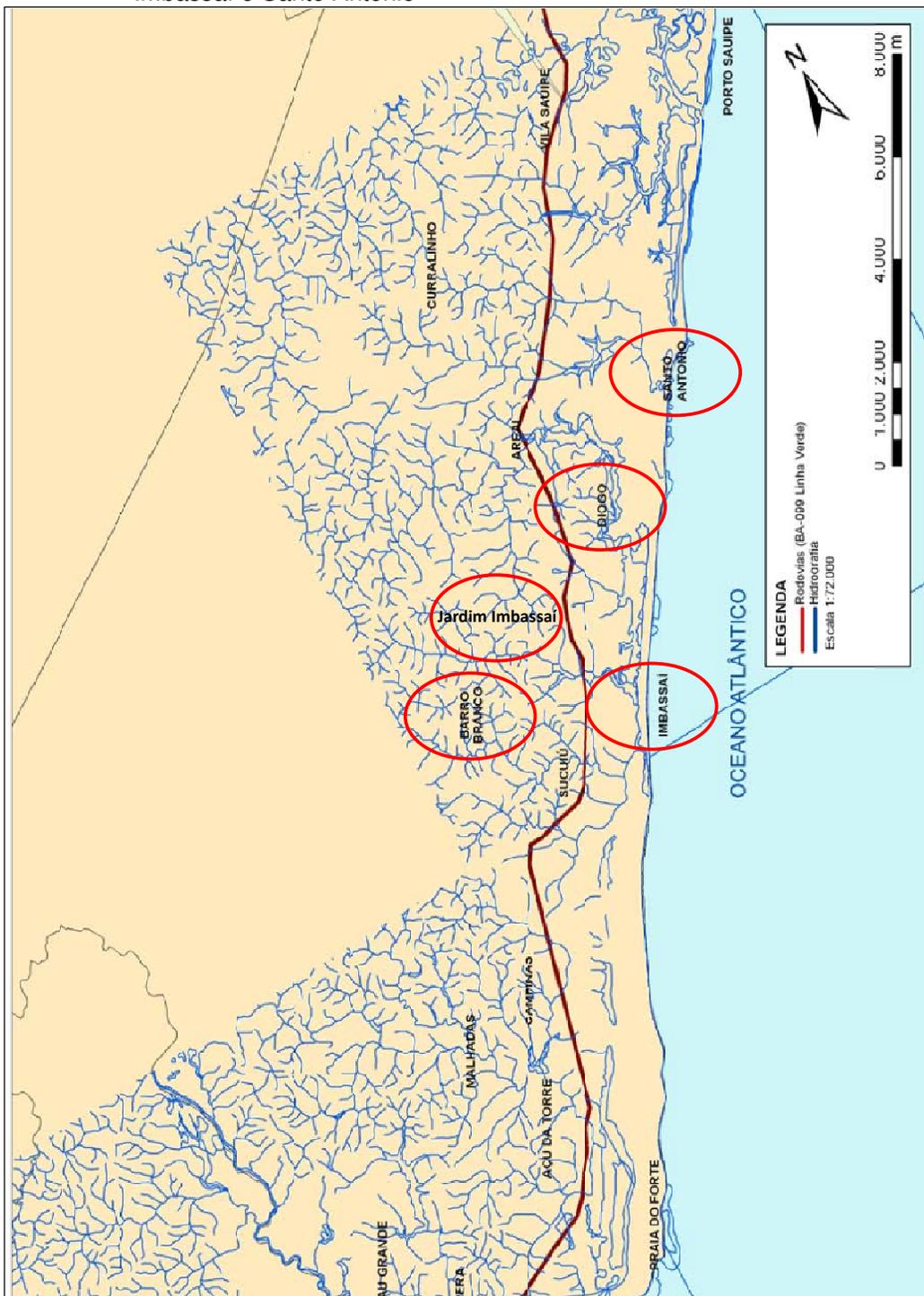
Para a realização das entrevistas usou-se o método de *entrevista focalizada*. Segundo o entendimento do mesmo autor, Gil (2009), a entrevista focalizada caracteriza-se por ser uma técnica bastante flexível e livre, mas que, todavia, enfoca um tema bem específico, devendo o entrevistador sempre permitir ao entrevistado falar livremente sobre o assunto. Um tipo de entrevista bastante empregado em situações experimentais, “com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas”. (GIL, 2009, p.112).

Para esta pesquisa, a consideração da “experiência vivida em condições precisas” significa o testemunho dos sujeitos locais a respeito do trabalho que

exercem nos *resorts*, das condições de vida e mudanças na comunidade onde vivem e os desafios sociais impostos pelo incremento do fluxo turístico na região. Sem descuidar-se, igualmente, sobre o registro da experiência turística, no Litoral Norte da Bahia, enquanto se é hóspede dos *resorts*. Portanto, existiu um esforço neste trabalho para que “ambos os lados” fossem escutados. Tanto, o trabalhador do turismo nascido ou migrante, residente das comunidades periféricas aos *resorts*, quanto o turista que visitou a região, instalou-se nestes *resorts* e utilizou os serviços destes sujeitos. Dá-se ampla liberdade ao entrevistado para expressar-se sobre o assunto. O que requer “habilidade do pesquisador, que deve respeitar o foco de interesse temático sem que isso implique conferir-lhe maior estruturação.” (GIL, 2009, p.112).

Marcou-se previamente uma data com cada um dos entrevistados, deixando-o ciente dos objetivos da pesquisa e dos seus direitos, enquanto colaborador de uma pesquisa científica. Foram selecionadas dez (08) pessoas que tiveram ou têm suas vidas dinamizadas pelo turismo local e dois (02) turistas. Procurou-se por experiências populares e turísticas vividas nos resorts ou em comunidades da região da Praia de Imbassaí (Barro Branco e Jardim Imbassaí, Diogo e Santo Antônio), município de Mata de São João (Veja-se figura 4). Em alguns casos usou-se um gravador e noutros apenas anotações na tentativa de que os relatos pudessem dar suporte à teoria selecionada, fornecendo múltiplas dimensões para reflexão do pesquisador sem encabular o entrevistado.

Figura 4 - Localização das comunidades do Barro Branco, Diogo, Jardim Imbassai, Imbassai e Santo Antônio



Fonte: CONDER (1993).

Nota: A comunidade Jardim Imbassai, localiza-se do lado oposto ao empreendimento ibero-brasileiro Grand Palladium Reserva Imbassai, na BA-099, Km 80. Os primeiros moradores são de 2010. Por isso, esta comunidade ainda não consta oficialmente no mapa da Conder de 1993. Sendo a localização da comunidade, sua indicação geográfica, realizada pelo próprio autor.

Entrevistaram-se dez (10) sujeitos para a averiguação das contradições sociais do turismo local. As entrevistas tiveram como foco as relações capital-trabalho e capital-espço. A proposta foi a de resgatar memórias, sentimentos, experiências e o presente do cotidiano local e do trabalho, como residente ou turista. De fato, são publicados neste trabalho os cinco (5) casos que mais se destacam pela atemporalidade e aespacialidade das contradições. Registros que, se excluídos alguns dos elementos que caracterizam fisicamente o local, podem remeter o leitor a uma reflexão sobre o seu próprio espaço e vida, abstraindo-se do limite espacial aplicado às entrevistas. Pois, são contradições sociais que permeiam a atividade turística do Litoral Norte da Bahia, mas, essencialmente, o sistema capitalista contemporâneo. Procura-se, então, pelo testemunho de pessoas e casos mais generalizantes dessas situações. Sujeitos com experiências distintas, mas conexas com a atividade turística que se pretende para o Litoral Norte da Bahia.

Para dar continuidade à explanação lógica da metodologia empregada nesta pesquisa, torna-se necessário apresentar, aqui, o *problema de pesquisa, objetivo geral e os específicos*.

Toda pesquisa tem início com algum tipo de problema, uma indagação (GIL, 2009, p. 33). Portanto, o *problema de pesquisa* formulado para esta pesquisa, no contexto explicitado acima, foi: de que maneira a atividade turística insere o Litoral Norte da Bahia nos circuitos globais de produção, consumo e das contradições sociais?

Quanto ao *objetivo geral*, este, necessariamente, é um derivativo do *problema de pesquisa* e está relacionado à análise deste processo de modernização, concomitante a insurgência das contradições sociais. O *objetivo geral* deste trabalho apresenta-se como: analisar de que maneira a atividade turística insere o Litoral Norte da Bahia nos circuitos globais de produção, consumo e das contradições sociais.

Vale mencionar que o *problema de pesquisa e seus objetivos*, de fato, originam-se de uma reflexão do pesquisador e amadurecimento teórico acerca das transformações sócio-espaciais vivenciadas ao longo de dez anos de residência na Praia de Imbassaí, Litoral Norte da Bahia. Tempo em quê observou-se concomitante a chegada dos *resorts* - o símbolo máximo do grande capital turístico do Nordeste -

a multiplicação dos desafios sociais, sobrepujados no discurso oficial em favor do turismo.

Constata-se, portanto, que o movimento de expansão do capital sobre terras brasileiras é amplo. Determinado por condições que traduzem o momento político contemporâneo - as tendências do “mundo globalizado”. Os projetos que envolvem o turismo do Litoral Norte da Bahia são negociados entre grandes bancos e empreiteiras, legitimado por agências internacionais que dão partida a projetos como o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE). De forma breve, isto é o que representa o movimento modernizante do turismo sobre o espaço do Litoral Norte, inserindo-o nos circuitos globais de produção e consumo. Ao mesmo tempo, que potencializa contradições sociais inerentes ao sistema contemporâneo do mundo globalizado.

Quanto aos objetivos específicos desta pesquisa estes são três (3) e estão dispostos de maneira a dar suporte ao objetivo geral. Dá-se ênfase a constituição da política do mundo globalizado e as contradições capital-trabalho e capital-espaço no Litoral Norte da Bahia. Cada objetivo específico, por sua vez, é analisado em capítulo distinto, apesar dos temas serem extremamente imbricados.

O primeiro objetivo específico (1) é analisar a constituição política do presente globalizado. O segundo objetivo específico (2), analisar o mundo do trabalho do turismo no Litoral Norte da Bahia. O terceiro objetivo específico (3), analisar as contradições sócio-espaciais potencializadas pelo turismo *resortiano* do Litoral Norte da Bahia.

Na primeira parte teórica desta pesquisa, após esta Introdução, tenta-se responder ao primeiro objetivo específico (1). Constrói-se uma análise que permite inferir sobre a globalização enquanto novo paradigma das ciências sociais, como a necessária revisão de conceitos, que tornam-se obsoletos diante da emergência de uma nova ordem global. Uma *ordem* que dita as regras do mercado econômico globalizado e organiza os fluxos de expansão do capital no mundo. Questionando a soberania de Estados-nação na atualidade com a multilateralidade política necessária à suficiência de créditos e a diplomacia internacional. Uma ordem de base jurídica, que se intensifica com a queda das barreiras tradicionais do socialismo, e, sobretudo, se materializa a partir da formação de agências

internacionais que controlam e legitimam, em última instância, a expansão do turismo no Litoral Norte da Bahia com o PRODETUR/NE.

Para analisar e inferir sobre tamanho objetivo exposto acima. Caracterizar um movimento político internacional, que resulta numa tentativa de consolidação do turismo, como fator estratégico de políticas desenvolvimentistas para o Litoral Norte da Bahia. Aqui, são requeridos, principalmente, os teóricos marxistas; Antônio Negri e Michael Hardt (2005, 2006), o sociólogo Octavio Ianni (1994), (2001), Norberto Bobbio (2009), entre outros. Como, também, os pesquisadores nacionais do turismo que inferem sobre a internacionalidade, especialização e caminhos do turismo brasileiro em terras litorâneas do Nordeste. São eles; Beni (2004, 2007) Coriolano (2006), Mattedi (1999), Gomes (1997), entre outros.

Quanto ao segundo objetivo específico (2); analisar o mundo do trabalho do turismo no Litoral Norte da Bahia. Busca-se expor os números que justificam o discurso oficial em favor do turismo. Números e dados, que, de fato, são importantes e necessários à economia brasileira. Entretanto, números que sobrepujam a *precariedade* do trabalho promovido pelo setor, principalmente nos *resorts* do Litoral Norte, a expressão máxima da expansão do grande capital, nacional e internacional, sobre este espaço, como já foi explicitado. Analisa-se, portanto, como se dá esta precariedade social do trabalho no Brasil e com o turismo *resortiano* do Litoral Norte. Os conflitos existentes à época da pesquisa e as possibilidades que se abrem para o mercado de trabalho na era da produção imaterial.

Nesta parte, que pode se demonstrar bastante empírica ao leitor, devido ao envolvimento deste pesquisador com o tema analisado, estão presentes, além da teoria que debate o mundo do trabalho contemporâneo, também, relatos e fotos de manifestantes durante greve da categoria, à época da realização da pesquisa. Registros, estes, presentes para justificar o posicionamento teórico do pesquisador, acerca da precariedade envolvida no mundo do trabalho com turismo no Litoral norte da Bahia.

Convocados para debater o mundo do trabalho e a sua precariedade, os conflitos existentes no Litoral Norte e as tendências do trabalho no século XXI, maiormente, estão os autores; Robert Castel (2009), Antonio Negri e Michael Hardt (2005, 2006), Franco e Druck (2009) e Druck (2007, 2011).

Para o terceiro objetivo específico (3); analisar as contradições sócio-espaciais potencializadas pelo turismo *resortiano* do Litoral Norte da Bahia. O foco de atenção são os reflexos sociais desta condição globalizante, modernizante, sobre o espaço e as pessoas, imposta pelo capitalismo contemporâneo, representado nesta pesquisa pelo turismo do Litoral Norte da Bahia. Analisar as contradições materializadas no espaço, na vida dos sujeitos, em especial, a produção do espaço turístico e a segregação social em torno das instalações turísticas de Mata de São João.

Da mesma maneira, que a atividade é o fator modernizante do espaço, das relações de produção e consumo, objetiva-se, aqui, inferir sobre esta produção espacial do turismo. Analisar as implicações sociais em torno da Linha Verde (BA-099) da construção e operacionalização dos *resorts*, no litoral do município de Mata de São João. Espaço, este, que sobre o contexto descrito acima, experimenta o movimento especulativo do solo, o reordenamento do espaço comum e a ocupação desordenada de terras periféricas aos circuitos turísticos. Com desdobramentos sobre o início do processo de favelização de algumas pequenas comunidades e os desafios que podem decorrer de uma vivência nesta situação. Embora, tenha se verificado serem, os moradores desta “periferia turística”, necessários à operacionalização dos *resorts*. Analisar estes fatores, porém sem descuidar-se do fator globalizante das contradições sociais do sistema capitalista contemporâneo. Os reflexos do global sobre o espaço local.

Para esta tarefa explicitada, acima, articula-se, principalmente, com as teorias de Milton Santos e teóricos brasileiros, pesquisadores da temática turística do Nordeste e do Litoral Norte da Bahia; Boullón (2002), Coriolano (2006), Gomes, (1997), Matteddi (1999), Moretti (2007), Paiva (1995), entre outros. Assim, como se utiliza, especificamente, nesta parte da pesquisa das entrevistas com os sujeitos locais e turistas. Na tentativa de elucidar, ao final da obra, essas contradições que permeiam, não somente o turismo do Litoral Norte, mas o sistema capitalista contemporâneo como um todo. Do qual, este espaço, está em condição de aproximar político e culturalmente, pela atividade turística.

Esta dissertação, portanto, está dividida em três capítulos principais, mais esta introdução e, conseqüentemente, as considerações finais, que se encontram ao final da obra. Na primeira parte teórica, o capítulo II, se constrói uma análise que

permite inferir sobre a emergência de uma ordem global que dita as regras do mercado econômico e organiza os fluxos de expansão do capital, inclusive o capital turístico. No capítulo III, se analisa os números que justificam o discurso do turismo, mas que por outro lado sobrepujam a precariedade do trabalho e da relação capital-trabalho promovidos pelo setor no Litoral Norte da Bahia. E, no capítulo IV, o foco de atenção foi a produção do espaço turístico, que tem provocado, além da degradação ambiental, a segregação social.

Não se trata, portanto, de um estudo de caso. O local escolhido e representado nesta pesquisa configura-se apenas como mais uma fronteira aberta pelo capital. O mesmo capital que, frente às potencialidades socioambientais e sobre determinada condição política, se metamorfoseou como turístico para atender a uma demanda de mercado.

O tempo social não está, assim como num relógio, pautado por porções exatas, numéricas de tempo, onde facilmente se pode medir o antes e o depois dos fatos (SANTOS, 2008). Tomando para estudo as contradições sociais do turismo no Litoral Norte da Bahia, esta pesquisa busca analisar o turismo, sim, como um marco temporal, numérico, entretanto, muito mais como um marco entre diferentes qualidades sociais.

2 CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO PRESENTE GLOBALIZADO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Procura-se, nesta parte da pesquisa, construir uma análise teórica para inferir sobre a globalização, enquanto novo paradigma das ciências sociais (IANNI, 1994, 2001). Uma globalização que se confunde como *ordem mundial* (NEGRI; HARDT, 2006). Uma globalização com desdobramentos sobre o presente político do Litoral Norte, como com a adoção do turismo, como principal vetor estratégico do desenvolvimento regional, adotando políticas do PRODETUR/NE.

Uma ordem que age na superação e eliminação dos obstáculos à expansão do capitalismo, colocando em cheque a soberania dos Estados-nação no século XXI. Uma ordem de base jurídica, materializada pela consolidação de agências internacionais, principalmente, com a queda das barreiras tradicionais do socialismo no século XX. Agências legitimadoras, em última instância, da expansão do turismo sobre o espaço do Litoral Norte da Bahia, num movimento modernizante do espaço e das relações sociais, a constituição política do presente globalizado no Litoral Norte da Bahia.

2.1 ORDEM MUNDIAL

O sociólogo Octavio Ianni (1994), ao analisar a globalização enquanto novo paradigma para as ciências sociais, afirma que desde a Segunda Guerra Mundial, tem havido um crescente reconhecimento, entre sociólogos, de que a população mundial está envolvida em um único sistema social mundial. Para Ianni (1994), a sociedade, como tal, passa a compreender uma multidão de sociedades que, no contexto de um sistema mais amplo, podem somente encontrar uma autonomia relativa e condicionada, em grande medida como Nações-estado estreitamente entrelaçados. Nestas condições, revertem-se perspectivas e possibilidades de ser de uns e outros, em todo o mundo. O local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e desencontrado, mesclam-se e tencionam-se singularidades, particularidades e universalidades.

Anthony Giddens *apud* Ianni (1994) aborda o tema da seguinte maneira:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.

Esse é o contexto em que todas as ciências sociais são postas. Um novo desafio epistemológico que reivindica a revisão urgente de muitos dos conceitos, categorias e interpretações pelas ciências sociais. Alguns conceitos tornam-se obsoletos. Outros perdem parte de sua vigência e há os que são recriados, pois à medida que a realidade social passa por uma verdadeira revolução, quando o objeto das ciências sociais se transfigura, nesse contexto descortinam-se outros horizontes para o pensamento (IANNI, 1994).

Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, se testemunha uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais (HARDT; NEGRI, 2006).

Uma globalização tão cobiçada e poderosa que em 2011, adentrou o território magrebino¹ e caçou, quando conveniente, seus ditadores sanguinários, mas ironicamente mantendo intactas as estruturas de poder ditatorial que, em contrapartida, dão suporte ao sistema mundial do capital e de poder global na região, como faz, para citar um exemplo, os Estados Unidos da América (EUA) com a base naval instalada no Bahrein, país controlado por ditador há décadas no poder. Sem mencionar a antiga potência “comunista” da China, hoje totalmente dependente das trocas econômicas mundiais e dando sinais de abertura política, social e até “misericórdia” para com economias da periferia europeia em crise.

Não cabe analisar aqui a maneira específica com que cada país teve sua economia, política e sociedade sugadas para o “olho do furacão”. Ou, como o capitalismo, citando Harvey (2010), orientou a expansão de sua dimensão geográfica no plano mundial ao longo do tempo. Num jogo que busca sempre o

¹ Relativo ao Magrebe, região do Norte da África.

maior retorno sobre o investimento realizado, mesmo que isso signifique manipular mercados fictícios e insustentáveis que dão origem as crises da atualidade, fazendo com que países se ajustem novamente ao sistema, dificilmente ao contrário, mediante austeridade econômica. Austeridade e ordem são as palavras do dia na pauta dos economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da União Europeia (UE).

Mas, como diz Ianni (2001), em seu livro *A Sociedade Global*, de uma maneira geral, o que já vinha ocorrendo de forma limitada, devido a uma vigência dos blocos e alinhamentos mundiais antagônicos, liderados pelos EUA e pela União Soviética, logo se explicita e se espraia. De repente o mundo inteiro parece se tornar capitalista. O mesmo capitalismo que começara a ser derrotado com a Revolução Soviética de 1917, em pouco tempo se mundializa, globaliza, universaliza. Readquire tal ímpeto que invade os espaços até então protegidos pelo regime da economia centralmente planejada, nos países onde se ensaiam ou ensaiavam, experimentos socialistas.

O alcance mundial do capitalismo, que se esboça desde os seus primórdios, adquire novas características na época iniciada com o término da Segunda Guerra Mundial, quando a emergência de estruturas mundiais de poder, decisão e influência anunciam a redefinição e o declínio do Estado-nação.

Os Estados-nação estão sendo interacionalizados em suas estruturas internas e funções. Por toda a maior parte deste século, o papel dos Estados-nação era concebido como o de um aparato protetor das economias nacionais, em face das forças externas perturbadoras, de modo a garantir adequados níveis de emprego e bem-estar. Nas últimas décadas, a prioridade modificou-se, no sentido de adaptar as economias nacionais às exigências da economia mundial. O Estado esta se tornando uma correia de transmissão da economia mundial à economia nacional. (IANNI, 2001, p.22-23).

Assim, o conceito de Estado-nação, para Ianni (2001), entra em declínio, como realidade e conceito. O autor afirma que o Estado-nação não deixará de existir, mas que está realmente em declínio, passa por uma fase crítica e busca reformular-se. Os motivos são as forças sociais, econômicas, políticas, culturais, geopolíticas, religiosas e outras, que operam em escala mundial, e desafiam o Estado-nação em sua soberania. Sendo assim, os espaços do projeto nacional, seja qual for a sua tonalidade política ou econômica, reduzem-se, anulam-se ou somente podem ser recriados sob outras condições.

Sobre esta temática, Bobbio (2009b), em seu *Dicionário de Política*, diz que é o conceito político-jurídico de Soberania que entrou em crise, teórico e praticamente. Teoricamente, explica o autor, com o prevalecer das teorias constitucionalistas; praticamente, com a crise do Estado moderno, não mais capaz de apresentar-se como centro único e autônomo de poder, sujeito exclusivo da política, único protagonista na arena internacional. Para Bobbio (2009b), o fim do monismo deu-se em razão de uma realidade cada vez mais pluralista das sociedades democráticas, bem como o novo caráter dado as relações internacionais, nas quais a interdependência entre os diferentes estados se torna cada vez mais forte e mais estreita, quer no aspecto jurídico e econômico, quer no aspecto político e ideológico.

O movimento por uma colaboração internacional cada vez mais estreita, diz Bobbio (2009b), é responsável por desgastar os poderes tradicionais dos Estados soberanos. Sendo o golpe maior, o das chamadas comunidades supranacionais, cujo objetivo é limitar fortemente a Soberania interna e externa dos Estados-membros – ou não -, através de Cortes de Justiça que definem e confirmam a maneira pela qual o direito supranacional deve ser aplicado.

Num mundo onde fatores primários de produção e troca – dinheiro, tecnologia, pessoas e bens, comportam-se cada vez mais à vontade acima das fronteiras nacionais, de fato, é cada vez menor o poder que tem o Estado-nação de regular esses fluxos e impor sua autoridade sobre a economia.

O notável cientista social e filósofo italiano Antonio Negri e seu companheiro intelectual em três livros, Michael Hardt, professor de Literatura da Universidade Duke, confirmam em um dos seus *best-sellers*, *Império*, lançado em 2000, que “nem mesmo os Estados-nação mais dominantes devem ser tidos como autoridades supremas e soberanas, seja fora ou mesmo dentro de suas fronteiras.” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 11-12).

A novidade que os autores apresentam está na mudança de paradigma, o qual aponta que o declínio da soberania dos Estados-nação não significa que a soberania como tal esteja em declínio, pois através das transformações contemporâneas, os controles políticos, as funções do Estado e os mecanismos reguladores continuam a determinar o reino da produção e da troca econômica e social. A soberania é que toma outra forma, composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma nova lógica e estrutura de comando, em

resumo uma nova supremacia, que os autores denominam de *Império* (HARDT; NEGRI, 2006).

A problemática do *Império* é determinada, em primeiro lugar, pela existência de uma ordem mundial. E, essa ordem é expressa como uma formação jurídica. A constituição dessa ordem, para Hardt e Negri (2006), elimina duas concepções comuns que partem de extremos opostos; a primeira é a noção de que uma ordem atual surge espontaneamente da interação de forças globais, heterogêneas, como se a ordem fosse um concerto harmonioso orquestrado pela mão oculta do mercado mundial; a segunda é a ideia de que a ordem é ditada por uma única potência e um único centro de racionalidade transcendente para as forças globais, guiando as diversas fases do desenvolvimento histórico segundo um plano consciente, algo como “uma teoria conspiratória da globalização”.

É amplamente aceito que a noção de ordem internacional que a modernidade europeia propôs e voltou a propor continuamente, pelo menos desde a Paz de Westfália, está em crise. Na realidade, sempre esteve em crise, e esse foi um dos motores que empurram continuamente em direção ao *Império*. Talvez essa noção de ordem internacional e sua crise possam ser datadas do tempo das Guerras Napoleônicas, como querem alguns estudiosos, ou talvez a origem deva ser localizada no Congresso de Viena e no estabelecimento da Santa Aliança. De qualquer maneira, é fora de dúvida que na época da Primeira Guerra Mundial e do nascimento da Liga das Nações uma noção de ordem internacional e de sua crise já estava definitivamente estabelecida. O nascimento das Nações Unidas no fim da Segunda Guerra Mundial simplesmente reiniciou, consolidou e estendeu essa ordem jurídica internacional em desenvolvimento, que foi primeiro europeia, mas gradativamente se torna global. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 22).

As Nações Unidas podem ser vistas como o auge desse processo constitutivo, uma culminação que ao mesmo tempo revela as limitações do conceito de ordem internacional e aponta para além dela, rumo a um novo conceito de ordem global.

Pode-se analisar a estrutura jurídica da Organização das Nações Unidas (ONU) em termos puramente negativos e insistir no poder decadente dos Estados-nação no contexto internacional, mas é preciso reconhecer também que a noção de direito definida pela Carta da ONU aponta igualmente para uma nova fonte positiva de produção jurídica, eficaz em escala global – um novo centro de produção normativa que pode desempenhar um papel jurídico soberano (HARDT; NEGRI, 2006).

A ONU funciona como um gonzo na genealogia de estruturas jurídicas internacionais em sua evolução para estruturas globais.

De um lado, toda a estrutura conceitual da ONU baseia-se no reconhecimento e na legitimação da soberania de Estados-nação individuais, e está, portanto firmemente assentado no velho alicerce do direito internacional definido por pactos e tratados. De outro lado, entretanto, esse processo de legitimação só é eficaz na medida em que transfere direito soberano para um verdadeiro centro supranacional. (HARDT; NEGRI, 2006, p. 22).

Para examinar essa transição em termos jurídicos, Hardt e Negri (2006, p.22) recomendam ler a obra de Hans Kelsen, segundo eles, “uma das figuras intelectuais mais importantes que estão por de trás da formação da ONU”. Nas décadas de 1910 e 1920, Kelsen citado por Hardt e Negri (2006) propõe que o sistema jurídico internacional fosse concebido como fonte suprema de toda formação e constituição jurídica nacional, chegando a esta proposta por meio da análise da dinâmica formal de determinados arranjos de Estados-nação. Os limites do Estado-nação, dizia Kelsen, “criam obstáculos intransponíveis à realização da ideia de direito”. (HARDT; NEGRI, 2006, p.22).

Na concepção de Hardt e Negri (2006), “isso é lógico e ético”, pois poria fim a conflitos entre Estados-nação de poder desigual e afirmaria um equilíbrio que é o princípio da verdadeira comunidade internacional. Kelsen de acordo com Hardt e Negri (2006, p.22) “buscava, à maneira de Kant, uma noção de direito que pudesse tornar-se uma organização da humanidade e, assim, de acordo com a suprema ética”, superando a lógica do poder em relações internacionais, de modo que os Estados individuais possam ser vistos juridicamente como entidades de igual categoria e um Estado mundial e universal possa ser formado, organizado como comunidade universal superior aos Estados individuais, envolvendo-os a todos como uma capa.

Para Kelsen apud Hardt e Negri (2006, p.23) as Nações Unidas organizaram uma ideia racional. “Deram pernas a ideia europeia, apresentando uma base real de eficácia para um projeto transcendental da validade do direito situado acima do Estado-nação”. A validade e eficácia do direito poderiam agora ser unificadas na suprema fonte jurídica, e nessas condições o conceito de Kelsen, de uma norma fundamental, pôde finalmente tornar-se realidade.

A vida das Nações Unidas, de sua fundação ao fim da guerra fria, foi uma longa história de ideias, concessões e limitadas experiências voltadas mais ou menos para a construção de um arranjo supranacional. Certamente o domínio das Nações Unidas sobre a estrutura geral do projeto supranacional, entre 1945 e 1989, provocou algumas das mais perversas consequências teóricas e práticas. E ainda sim foi insuficiente para impedir a constitucionalização de um poder supranacional.

Segundo Hardt e Negri (2006) é nas ambíguas experiências das Nações Unidas, que o conceito jurídico de *Império* começa a ganhar força. As respostas teóricas a essa constitucionalização de um poder mundial, entretanto, tem sido inadequadas por não reconhecerem o que há de realmente novo nesses processos supranacionais, pois se valem de teorias jurídicas e de modelos anacrônicos que presidiram o nascimento do Estado-nação para decifrar a construção de um poder supranacional. A analogia interna tornou-se a ferramenta metodológica fundamental na análise de formas de ordem internacional e supranacional, não compreendendo que o declínio da soberania do Estado-nação denota a soberania de uma nova ordem e assinala uma mudança de paradigma. Por se acreditar desde o começo que o capitalismo sempre funcionou como uma economia mundial existe relutância em reconhecer a globalização da produção capitalista e seu mercado mundial como verdade fundamentalmente nova, como uma mudança histórica significativa. (HARDT; NEGRI, 2006)

A declaração de James Petras (1996, p. 27), confirma esta ideia de continuidade de um capitalismo que transcende ao nível global;

A globalização começou no século XV com o crescimento do capitalismo e sua expansão ultramarina: a conquista e exploração da Ásia, África e América Latina, e as colônias brancas na América do Norte e Austrália foram todas instâncias da globalização. Em outras palavras, a globalização esteve desde o início, associada ao imperialismo: a cadeia global era baseada na acumulação europeia: a exploração do Terceiro Mundo para a acumulação no Primeiro Mundo.

Para Petras (1996) as origens imperiais da globalização definem o ímpeto, a natureza das conexões e a dinâmica do processo, argumentando que; desde o começo as configurações de classe e instituições estatais no Terceiro Mundo foram essenciais para a abertura dos países à exploração, oferecendo matérias-primas, mão-de-obra sob controle, quadros administrativos e um exército confiável para facilitar o “aprofundamento da globalização”.

Hardt e Negri (2006) argumentam que em contraste com o imperialismo, a nova ordem global não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. Não existe, então, um “aprofundamento da globalização” como quer Petras (1996).

A nova ordem é um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral, que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. A nova ordem administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global (HARDT; NEGRI, 2006).

As dimensões universais e universalizantes do desenvolvimento do capitalismo não devem impedir de ver a ruptura ou mudança da produção capitalista contemporânea e as relações globais de poder, que torna claro e possível o projeto capitalista de unir o poder econômico ao poder político para materializar uma ordem convenientemente capitalista. Em termos constitucionais, os processos de globalização já não são apenas um fato, mas também uma fonte de definições jurídicas que tende a projetar uma configuração única supranacional de poder político. Também, aquilo que era conflito ou competição entre diversas potências imperialistas foi, num sentido essencial, substituído pela ideia de um poder único que está por cima de todas elas, que as organiza numa estrutura unitária e as trata de acordo com uma noção comum de direito pós-colonial e pós-imperialista, um registro de autoridade e um projeto original de produção de normas de instrumentos legais de coerção que fazem valer contratos e resolvem conflitos mundo afora (HARDT; NEGRI, 2006).

A atenção especial dada por Hardt e Negri (2006) às configurações jurídicas de constituição da nova ordem deve-se menos ao interesse disciplinar especializado, que pelo fato das mesmas fornecerem, para os autores, “um bom índice do processo de constituição”.

O novo paradigma da ordem global, portanto, não se resume a aspectos inteiramente negativos. Se o novo paradigma consistisse nisso, sua consequência seria verdadeiramente anárquica. O poder para Foucault *apud* Hardt e Negri (2006), entretanto, teme e despreza o vácuo, ocasionando funcionamentos inteiramente positivos ao novo paradigma. O novo paradigma é ao mesmo tempo, sistema e

hierarquia, construção centralizada de normas e produção de legitimidade de grande alcance, espalhada sobre o espaço mundial. É configurado como dinâmica de estrutura flexível e sistêmica, articulada horizontalmente, descortinando novas possibilidades e desafios à produção da vida.

A totalidade sistêmica tem posição dominante na ordem geral, rompendo com todas as dialéticas anteriores e desenvolvendo uma integração de atores que parece linear e espontânea. Ao mesmo tempo, entretanto, o consenso sob uma autoridade suprema aparece cada vez com maior clareza. Todos os conflitos, todas as crises e todas as desavenças fazem avançar, efetivamente, o processo de integração, e demandam uma maior autoridade central. Paz, equilíbrio e o fim dos conflitos são os valores para os quais tudo se dirige. O desenvolvimento do sistema global parece ser o desenvolvimento de uma máquina que impõe métodos de continua contratualização que leva a equilíbrios sistêmicos, uma máquina que cria continua demanda de autoridade (HARDT; NEGRI, 2006, p.32).

Em resumo, a mudança de paradigma é definida, ao menos inicialmente, pelo reconhecimento de que um só poder estabelecido, superdeterminado com relação aos Estados-nação e relativamente autônomo é capaz de funcionar como centro da nova ordem mundial, exercendo sobre ela uma norma efetiva e, caso necessário, coerção. Seque daí, como queria Kelsen, mas apenas sendo efeito paradoxal de sua utopia, uma espécie de positivismo jurídico também domina a formação de um novo arranjo jurídico. A capacidade de formar um sistema é, com efeito, pressuposta pelo processo real de sua formação. Além disso, o processo de formação e os sujeitos que agem nele são atraídos com antecedência para o positivamente definido vórtice do centro, e essa atração torna-se irresistível, não apenas em nome da capacidade que tem o centro de exercer a força, mas também em nome do poder formal, que reside no centro, para traçar e sistematizar a totalidade. (HARDT; NEGRI, 2006, p.32).

2.2 TURISMO E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Dentro da perspectiva analisada, na sessão anterior, de que a soberania dos Estados-nação está em declínio em favor da emergência de uma nova ordem global, de base jurídica e legitimada, sobretudo, por agências internacionais onusianas, vale dar uma visão sinótica dos órgãos internacionais e supranacionais que buscam, em maior ou menor grau, tratar do turismo.

Embora tenham muito a ver com a Política do Turismo em nível mundial e seu conseqüente planejamento, há surpreendentemente poucos acordos e regulamentações internacionais diretamente preocupados com o gerenciamento da atividade turística. [...] Mesmo observando a escassez de acordos internacionais relacionados diretamente ao turismo, existe uma

estrutura institucional representativa para a política e planejamento turísticos em termos mundiais que consiste em organizações internacionais com interesses diretos e indiretos no setor, e uma série de leis internacionais relacionadas a áreas afins, incluindo meio ambiente, patrimônio, comércio, relações trabalhistas e transportes. Nota-se também um desenvolvimento significativo de arranjos institucionais supranacionais para o turismo que, embora não pertençam a uma esfera global, geram acordos entre diversos países, muitas vezes no contexto regional. (BENI, 2004, p. 2004).

Ainda segundo Beni (2004), três organizações internacionais de comércio com interesse em turismo são o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Organizações com interesses mais específicos em atividades de turismo compreendem a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Conselho de Turismo do Pacífico Sul (CTPS) e o Programa de Turismo da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A OCDE, com sede em Paris, é a organização que talvez mais se concentrou na liberação do comércio na área de serviços em turismo. Embora forneça estatísticas e previsões econômicas que podem exercer influência especial nos fluxos de investimento e taxas de câmbio, é como fórum político que tem exercido o mais significativo efeito de longo prazo na política do turismo. Sua maior contribuição para o setor ocorreu na área de liberação do comércio turístico internacional, onde um Grupo de Trabalho Especial sobre Obstáculos ao Turismo Internacional do Comitê de Turismo da OCDE identificou quarenta obstáculos específicos a viagens e turismo internacional (BENI, 2007).

A OMT é a principal organização internacional criada de políticas no campo do turismo; é particularmente influente em países menos desenvolvidos e no sistema das Nações Unidas de organizações de qual é membro. Dentre seus membros contam-se países e territórios, governos locais, associações de turismo, empresas do setor privado e instituições educacionais. Por meio do turismo, a OMT visa estimular o crescimento econômico e a criação de empregos, fornecer incentivos para a proteção do meio ambiente e do patrimônio dos destinos e promover a paz e o entendimento entre todas as nações do mundo.

Segundo Beni (2007), além de sua função política, a OMT também exerce significativa influência no desenvolvimento do turismo nacional e regional e

desempenha um papel importante no planejamento do uso do solo e dos recursos turísticos. Tal função é importante, diz o autor, não só pelo impacto direto que exerce no avanço turístico, especialmente em países em desenvolvimento, mas também porque mostra a maneira pela qual as atividades de grupos internacionais atuam em níveis inferiores do processo de política e planejamento turístico, passando para o âmbito local e regional, afetando varias partes interessadas em todas as esferas.

Já, a OEA é a mais antiga organização regional do mundo, remontando a primeira Conferencia Internacional dos Estados Americanos, realizada em Washington, DC, de outubro de 1889 a abril de 1890, e que aprovou a criação da União Internacional das Repúblicas Americanas. A Carta de Princípios da OEA foi assinada em Bogotá, em 1948, e entrou em vigor em dezembro de 1951. A Carta foi posteriormente reformada por vários protocolos. A Unidade Intersetorial de Turismo é um organismo da OEA semelhante à OMT, responsável por questões diretamente relacionadas ao turismo e seu desenvolvimento no hemisfério. A Unidade foi criada em junho de 1996, em reconhecimento a crescente importância do turismo no hemisfério e a fim de fortalecer o grupo de turismo da Organização dos Estados Americanos e suas atividades (BENI, 2007).

Ao elencar as organizações internacionais e supranacionais que politizam o turismo no plano mundial, torna-se compreensível o turismo ser, assim como qualquer outra atividade econômica, regulado, portanto objeto dessas organizações. Verifica-se, também, que o papel dessas organizações resume-se a identificar e minimizar barreiras ao fluxo de capital internacional em economias, geralmente, periféricas, exercendo enorme pressão sobre a política pública nacional e regional do turismo, legitimando ações de planejamento e articulando financiamento para a expansão de grandes agentes econômicos do turismo em escala mundial.

2.3 O PRODETUR PARA O NORDESTE

Antes de analisar as linhas gerais da política para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, a partir dos anos 90, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), como forma de alinhar o território aos fluxos do capital internacional - um programa legitimado por agências internacionais -

torna-se interessante refletir sobre os conceitos de concorrência e competitividade, organizados por Milton Santos (2007b), para clarificar intenções subjetivas de todos esses Programas.

Para o autor, a necessidade de obtenção de lucro do capitalismo conduz como regra a necessidade de competir em todos os planos, micro, macro, jurídico e pessoal. Além da competição entre empresas que disputam sempre a maior porção do mercado, num mundo globalizado, nações, regiões, cidades e até mesmo as pessoas são chamadas a competir diante das regras atuais de produção e dos imperativos atuais do consumo. Essa necessidade de competir é legitimada por uma ideologia aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico.

Concorrer e competir não são a mesma coisa. A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige o respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exército em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência. (SANTOS, 2007b, p. 57).

Na avaliação de Beni (2007), as ações governamentais do Brasil, desencadeadas, a partir da década de 90, por meio da implementação da chamada Política Nacional do Turismo, que englobou o conjunto de programas e projetos prioritários do governo federal, conhecido como “Brasil em Ação”, passaram, desde 1996, a orientar a busca do desenvolvimento turístico do país, segundo várias diretrizes, estratégias, programas e planos de caráter estatal, que pudessem fazer do Brasil um destino competitivo na área do turismo nacional e internacional.

Essa política para o turismo estava apoiada, principalmente, na descentralização institucional das ações de fomento para o setor e na mobilização dos agentes econômicos que fazem parte do chamado *trade* turístico - redes hoteleiras, empresas de transporte aéreo e rodoviário, de cartões de crédito, locadoras de veículos, restaurantes, agências e operadoras de viagens e outros segmentos empresariais.

Os cenários, que deveriam ser apoiados, tinham por objetivo a melhoria da infraestrutura turística e da qualidade dos serviços prestados para atingir a

competitividade no setor turístico nacional, tornando-o capaz que atingir uma fatia maior do turismo internacional ou induzir o crescimento do turismo interno.

Dentre os programas e projetos que passaram a ser implementados, por meio da execução da política nacional do turismo, destacaram-se, segundo Beni (2007), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo em Escala Regional, como o PRODETUR/NE, mais os Programas, Parques do Brasil e o Monumenta.

Todos os Programas do governo federal tem um “caráter estatal”, como colocou Beni (2007), não se pode negar a orientação ou direcionamento político e de valores jurídicos internacional, que inserem o território nacional na competição por turistas, onde o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é exemplo clássico e foco de análise, logo a seguir.

O PRODETUR/NE em sua versão oficial é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido, tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas (BNB, 2011). É financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem o Banco do Nordeste (BNB) como Órgão Executor. A área de abrangência do PRODETUR/NE engloba os nove Estados Nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo, onde sua atuação ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo da década de 90, para se identificar as atividades econômicas que apresentariam vantagens competitivas caso desenvolvido na região Nordeste.

Curiosamente, a conclusão desses estudos oficiais do BNB, identificou que uma das oportunidades mais viáveis para a região era o Turismo, pelo fato da Região Nordeste apresentar recursos cênicos e culturais significativos, além de mão-de-obra em abundância e com custos relativamente baixos. Para financiar atividades

nestas quatro áreas, o BNDES inaugurou em 1994 o Programa Nordeste Competitivo (PNC). A iniciativa em turismo do PNC foi apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após negociações envolvendo a extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o BNB, o BID, o então Ministério dos Esportes e Turismo e os Estados do Nordeste, foi criado o PRODETUR/NE, cuja primeira fase foi iniciada ainda em 1994 (BNB, 2011).

Para Coriolano (2006), o discurso oficial das várias esferas está em sintonia e adota linguagem empresarial para justificar a ampliação dos investimentos e ações, visando o retorno que poderiam obter com a geração de ocupação, emprego e renda; mas, os resultados são diminutos e o desemprego ameaça a vida de parcela significativa de trabalhadores, revelando que o modelo industrial no qual o turismo incentivado pelo PRODETUR/NE está inserido, não dá respostas de mudanças sociais.

Do ponto de vista do planejamento da atividade, delinea-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste-PRODETUR-NE, através do qual a região será dotada de infraestrutura, urbana e de transportes, assumindo o turismo uma nova feição, agora mais compatível com os níveis de eficiência e competitividade exigidos pelo mercado internacional. Processo encontra-se ainda em curso, com muitos projetos em execução nos estados nordestinos (CORIOLANO, 2006).

Segundo Coriolano (2006), é lógica governamental que o Nordeste possui imenso potencial para investimentos e geração de emprego e renda com o turismo, atividade que despontava com imenso potencial, desde 1995, quando o PRODETUR-NE começou a se efetivar e vários projetos alocados na região – articulados pela lógica geoeconômica e do modelo empresarial de gerenciamento governamental, com vistas a atrair investimentos privados. As diretrizes federais para o Nordeste adotaram “estratégias que proporcionaram maior racionalidade aos investimentos para aumentar a produção, ganhar produtividade e ampliar as oportunidades de negócios, renda, emprego e ocupação para os nordestinos” (BRASIL apud CORIOLANO, 2006).

O PRODETUR/NE oferece, então, as condições para a ocupação turística do Nordeste, preparando a infraestrutura, fazendo o marketing e atraindo empresas,

especialmente a rede hoteleira, com destaque para os *resorts*. Portanto a lógica que segura o projeto é o ajustamento à economia global.

Para Coriolano (2006) apesar de possuir imenso potencial turístico, o Nordeste apresenta entraves ao seu desenvolvimento, pela inexistência de infraestrutura de apoio, deficiência de equipamentos e serviços, falta de recursos humanos capacitados e inadequada comercialização do produto turístico. A proposta para desenvolvimento da região Nordeste, com base em projeto calcado em serviços e comércio – turismo – sem as transformações estruturais dos demais setores produtivos, leva a autora a questionar as reais possibilidades.

Voltado para o planejamento da atividade turística, bem como para o seu fortalecimento em patamares internacionais de organização e competitividade, o PRODETUR-NE foi aprovado, no Governo Collor, por pressão dos governadores nordestinos. Estes enfatizavam as potencialidades econômicas do turismo e suas vantagens em relação aos demais setores da economia e pleiteavam a destinação de recursos e investimentos federais para o seu desenvolvimento na região. Consubstanciando os argumentos apresentados, os Estados da Bahia e do Rio Grande do Norte são os estados nordestinos que, na ‘perdida’ década de 1980, conseguem índices de crescimento próximos daqueles alcançados pelo país. “O peso da indústria turística foi o que fez a diferença.” (LOPES JÚNIOR, E. L, 1997).

O PRODETUR/NE, também, foi objeto de análise de pesquisadores como Adyr Rodrigues (1997), Benevides (1998), Beni (2007), Cruz (2000) e Lopes Júnior (1997) e Mateddi (1999). Diversas questões foram apresentadas por esses estudiosos em relação à implementação do programa, principalmente, no que se refere ao grande distanciamento que está ocorrendo entre a visão oficial e a realidade.

Com base em estudos e pesquisa, os autores acima afirmam que tal estratégia se resume, em grande parte, na oferta de infraestrutura turística que tem servido de suporte à implantação de megaprojetos turísticos representados, sobretudo, por grandes empreendimentos hoteleiros. Mencionando o grande número de *resorts* operando e em construção na região, caracterizados, notadamente, por introduzir a urbanização turística e a expansão do turismo.

A maioria dos empreendimentos são marinas, complexos hoteleiros e parques temáticos, realizados tanto com o aporte de dinheiro público quanto por iniciativa de empresas privadas, que beneficiaram muito pouco ou quase nada as populações locais, como previa o projeto inicial, principalmente aqueles segmentos seus não envolvidos diretamente no setor de turismo. “É um modelo sociológico de desenvolvimento aristocrático.” (BENI, 2007).

No Nordeste do PRODETUR, o produto mais comercializado é o turismo de “sol e praia”, que engloba cruzeiros marítimos, seguido do turismo cultural e religioso, em áreas naturais, e ou de aventura. Os destinos favoritos são as capitais e cidades litorâneas, como Natal, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Seguro, dentre outras. Essa região apresenta-se, segundo o Ministério do Turismo (2006), como a mais promissora para ampliação de investimentos e isso justifica a implantação da maioria dos *resorts* do país, no Nordeste.

Feitas as observações sobre o PRODETUR/NE e a ideologia que perpassa o seu planejamento - a da lógica global contemporânea -, relacionando-o as práticas do grande capital, é possível afirmar que a ocorrência do turismo no Nordeste, não é um acaso do destino, muito menos, fruto da competência dos políticos locais interessados no desenvolvimento da região, não raro confundido com crescimento econômico. O fluxo migratório de capital público e privado para terras litorâneas do Brasil, principalmente do Nordeste, deve ser entendido como parte de um movimento político muito mais amplo e global, com regras e hierarquia de poder bem definidos local e globalmente, orquestrados por agências internacionais, autodenominadas como arautos da democracia e do desenvolvimento sustentável, da paz e dos direitos humanos, como, também, do turismo do Litoral Norte da Bahia.

3 MUNDO DO TRABALHO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

O turismo como modalidade do processo de acumulação capitalista tem reproduzido no espaço do Litoral Norte da Bahia configurações espaciais e da luta de classes, contraditórias, não somente pela ação dos investidores, das empresas, mas, também, pela ação do Estado, dos residentes e dos turistas. Para se reproduzir, a atividade turística segue a lógica capitalista, onde poucos se apropriam do espaço e dos recursos nele contidos, apresentando-os como atrativos transformados em mercadoria. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício do poder do Estado, das classes empresariais e dos trabalhadores em movimento e conflito (CORIOLANO, 2009.)

Passados, aproximadamente, vinte (20) anos, do ato que dá início a formação de um cenário político favorável ao desenvolvimento do turismo no Litoral Norte Bahia e do estabelecimento do PRODETUR/NE. Hoje, no Litoral Norte, não é segredo que um poderoso Fundo de Pensão brasileiro, bancos espanhóis e portugueses, associados a grandes construtoras nacionais e redes hoteleiras multinacionais, são detentoras de boa parte do litoral da Costa dos Coqueiros. São empreendimentos turístico-residenciais e projetos que podem se verificar conflitantes com o meio ambiente e a cultura local. Alguns *resorts* já foram revendidos², outros aguardam licença ambiental e mais dez serão construídos, até 2017, injetando na “economia regional” cerca de três bilhões de reais (SETUR, 2011).

No discurso do poder político e econômico brasileiro, acerca dos benefícios proporcionados pelo incremento da atividade turística no país, é alarmante o reducionismo com que têm sido tratadas outras dimensões do turismo, em favorecimento dos resultados econômicos obtidos com o setor nos últimos anos. Superaquecido pela economia estável e por dois eventos³ internacionais na agenda

² O complexo hoteleiro Costa do Sauípe (5 resorts e 1 pousada, aproximadamente, 2500 leitos) foi o primeiro empreendimento a ter seus ativos vendidos e administradores trocados. A Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) é hoje a proprietária do Complexo e a administradora do negócio.

³ O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INTC) - divulgou os dados atualizados referentes ao orçamento total das obras previstas para a Copa do Mundo de 2014. De acordo com o relatório preliminar do projeto “Metropolização e Megaevento: os impactos da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016” serão investidos aproximadamente R\$ 24 bilhões e 992 milhões, sendo que 25% desse total são destinados à reforma e construção dos estádios de futebol (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2011).

brasileira (Copa 2014 e Olimpíadas 2016), dá-se ênfase, sobretudo à participação do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de postos de trabalho direto e indireto potencializados pelo setor.

Em tese, o reconhecimento da importância do turismo para a economia e a geração de trabalho no Brasil e no Litoral Norte da Bahia é bastante justo. Principalmente, quando se toma de partida números e projeções do setor para o próximo decênio. Em 2011, por exemplo, no Brasil o turismo será responsável por quase três milhões de empregos diretos e sua participação no PIB (ABIH-BA, 2011b) representará cerca de 3,3%. Na Bahia, em 2010, o turismo foi terceiro maior empregador, atrás apenas da construção civil e da agricultura, com mais de 500 mil empregos diretos (SETUR, 2011).

Todavia, mesmo para um país como o Brasil, que ainda registra graves déficits sociais em função de elevados índices de desemprego e estagnação econômica; só em parte a ordem econômica predominante no discurso em favor do turismo se justifica. Pois, além do fato abjeto deste setor vir sendo utilizado por políticos⁴ e empresários para a obtenção de contratos e privilégios, a promoção do turismo em favor da criação de postos de trabalho no Brasil e na Bahia sobrepuja, com frequência, a *precarização* deste mesmo trabalho mediatizado como desenvolvimento (CASTEL, 2009) (FRANCO; DRUCK, 2009, 2011).

Por ora, examinam-se os números que dão sustentação ao discurso do poder econômico e político brasileiro em favor do turismo. O mesmo Poder que tem usado o trabalho, ou falta dele, para a cooptação social. Como justificativa para intervenções e práticas contraditórias no Litoral Norte da Bahia. Mais adiante, faz-se uma análise teórica sobre o conceito de *precarização* social do trabalho no Brasil, com teoria de Graça Druck e Tânia Franco (2007, 2009, 2011), para, então, proceder-se teoricamente com Castel (2009) e inferir sobre a *precarização* do mundo trabalho no Litoral Norte da Bahia, objetivado neste capítulo. Aqui, utiliza-se dos conflitos do mundo do trabalho no Litoral Norte e infere-se sobre possibilidades

⁴ O ex-ministro do Turismo Pedro Novaes entregou o cargo, em setembro de 2011, após denúncias de que teria usado verbas públicas em benefício próprio, além de beneficiar parentes com contratos de obras para o turismo do Maranhão, em cidades que não tem nenhuma relação com o turismo do estado. Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/pedro-novais-o-quinto-ministro-de-dilma-a-deixar-o-cargo>

que se abrem no mercado de trabalho da “era da produção imaterial” (NEGRI E HARDT, 2005).

3.1 MEDIATIZAÇÃO ECONÔMICA DO TURISMO

Apesar dos esforços das organizações internacionais e governamentais brasileiras na instituição de uma ferramenta que possa precisar o impacto econômico do turismo mundial e localmente, isto não ocorre de forma efetiva e uniforme. O fato é que esta falta e descentralização de dados acabam por prejudicar, não somente o desenvolvimento do próprio turismo como atividade econômica. Mas, principalmente, como um campo de pesquisa acadêmica que possa sustentar o debate do turismo além da superficialidade econômica e imediatista com que tem sido tratado no presente. Outras dimensões do turismo (ambiental e social) parecem isoladas no debate acadêmico.

Tanto é verdade, que a necessidade de uma ferramenta que possa medir unicamente os esforços econômicos do turismo no Brasil foi tema no recente debate organizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, como parte das comemorações do Dia Mundial do Turismo de 2011. Neste evento que não contou sequer com um acadêmico, sociólogo ou turismólogo, apenas técnicos dos diferentes setores envolvidos na atividade, os integrantes discutiram a Conta Satélite do Turismo (CST), um instrumento estatístico desenvolvido pela OMT para medir com melhor precisão o impacto do turismo nos demais setores de uma economia.

Usado no Brasil preliminarmente em 2007, com dados de 2003 e ainda sem uma versão definitiva, desde então, a CST foi pensada pela OMT para medir o impacto do turismo nos demais setores de uma economia. A CST reúne informações à partir da relação entre o consumidor visitante e as atividades produtivas de uma economia. Um turista hospedado em um hotel, por exemplo, pode decidir não usar o serviço de lavanderia e procurar por um estabelecimento numa rua próxima. O comportamento está impactando o lucro da empresa – e constitui-se num dado que não pode ser descartado pela cadeia produtiva do turismo de qualquer sistema de estatísticas confiável. A versão brasileira da CST está sendo desenvolvida e atualizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com

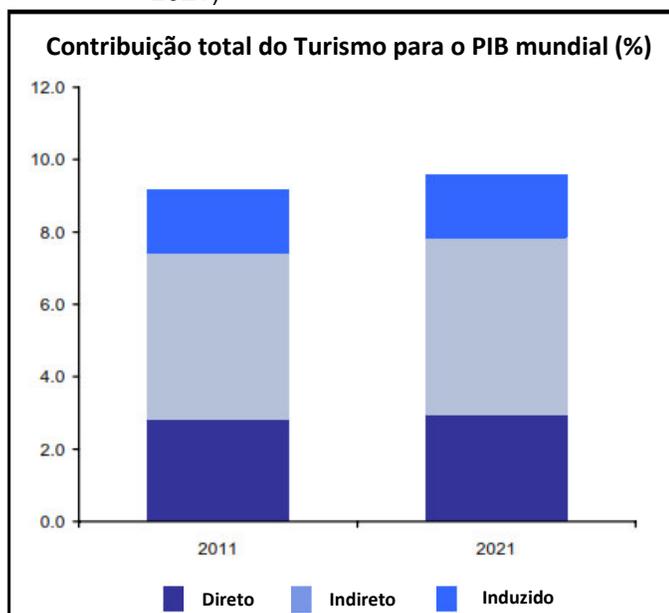
o Ministério do Turismo e interlocutores como o Ministério do Trabalho, Banco Central (BACEN), Receita Federal, Polícia Federal (PF), Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), sem previsão de entrega apesar da urgência (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011.)

A despeito das dificuldades, os números impressionam. Diversas organizações do setor privado e público se esforçam para mediatizar os ganhos econômicos do turismo. A Organização Mundial do Turismo (OMT) é uma dessas e lança periodicamente relatórios do setor. Outra organização que se destaca mundialmente neste meio é a *World Travel & Tourism Council* (WTTC), responsável pelos últimos resultados do turismo na economia mundial. No Brasil, como visto acima, depende-se de diferentes instituições e repartições da administração pública e privada que por enquanto não conseguem trabalhar em conjunto, apesar dos esforços. O Ministério do Turismo, por si só, tão pouco é capaz de apresentar informações, senão síntese dos relatórios emitidos por outros setores do mercado sem uma análise que ultrapasse a barreira economicista dos fluxos turísticos de pessoas, investimentos e dos postos de trabalho.

De qualquer maneira, os últimos resultados fazem entender a ênfase defendida em favor do turismo como gerador de renda e divisas, mesmo sem se suspeitar da superficialidade com que tem sido tratado o turismo.

Mundialmente, segundo relatório do WTTC, lançado em 2011, o *Travel & Tourism Economic Impact 2011-2021*, a contribuição total do turismo para o PIB mundial, entre os anos de 2011 e 2021, tem previsão de aumento da ordem de 4.2%. De um total de 5,9 bilhões de dólares (9,1% do PIB mundial) em 2011, a participação do setor chegará a 9,2 bilhões de dólares (9,6% do PIB mundial) em 2021 (Veja-se gráfico1).

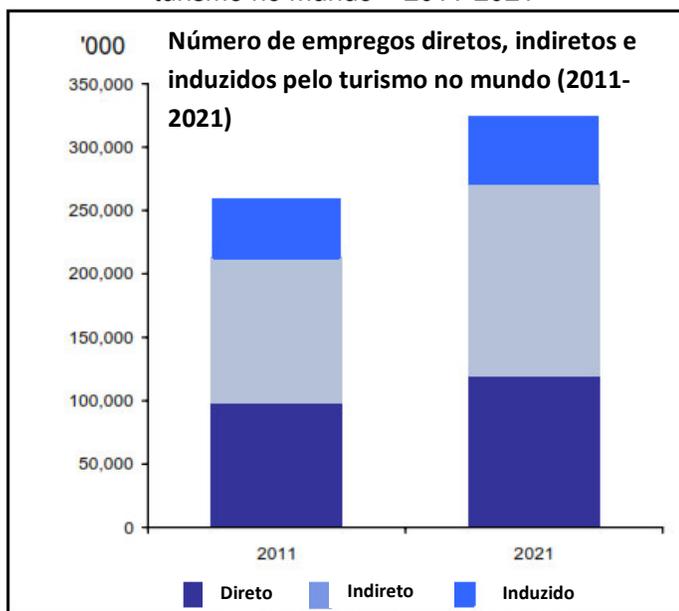
Gráfico 1 - Contribuição total do turismo para o PIB mundial (%) (2011-2021)



Fonte: WTTC (2011).

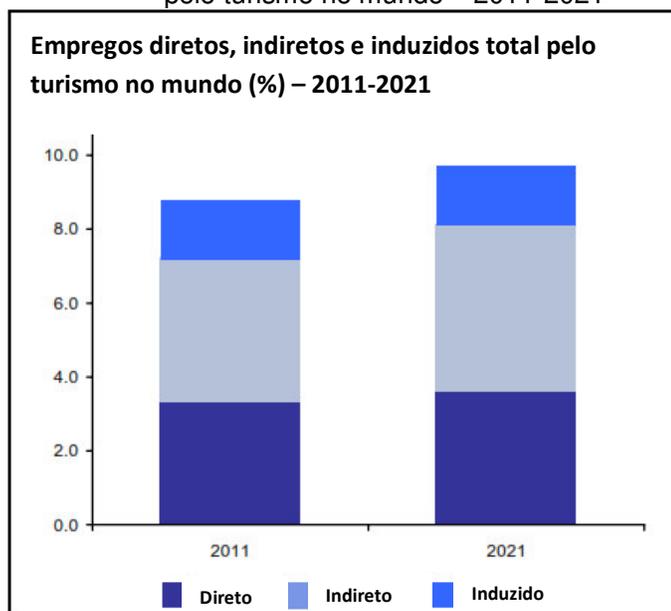
Com o trabalho, o turismo também é responsável por um número relevante de vagas no plano mundial. Hoje, incluindo o trabalho direto e indireto, o turismo contribui com 8,8% (260 milhões de vagas) do total de postos de trabalho no mundo. Chegando, segundo a previsão do WTTC, a um número total de 320 milhões de empregos (9,7%) em 2021. Aumento da ordem de 2,3% (WTTC, 2011) (Veja-se gráfico 2 e 3).

Gráfico 2 - Número de empregos diretos, indiretos e induzidos total pelo turismo no mundo – 2011-2021



Fonte: WTTC (2011).

Gráfico 3 - Porcentagem de empregos diretos, indiretos e induzidos total pelo turismo no mundo – 2011-2021

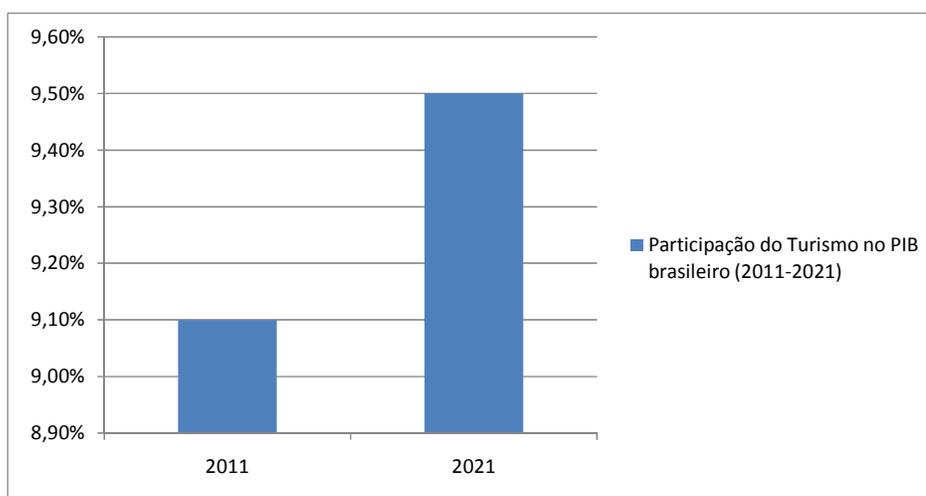


Fonte: WTTC (2011).

No Brasil, reflexo do crescimento econômico e estabilidade geral financeira vividos na primeira década deste século, os números relativos à produção do turismo são também promissores. As informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), em 2011, traduz bem este momento especial vivido pelo turismo brasileiro (ABIH-BA, 2011b). Destaca-se nelas a atração natural de visitantes

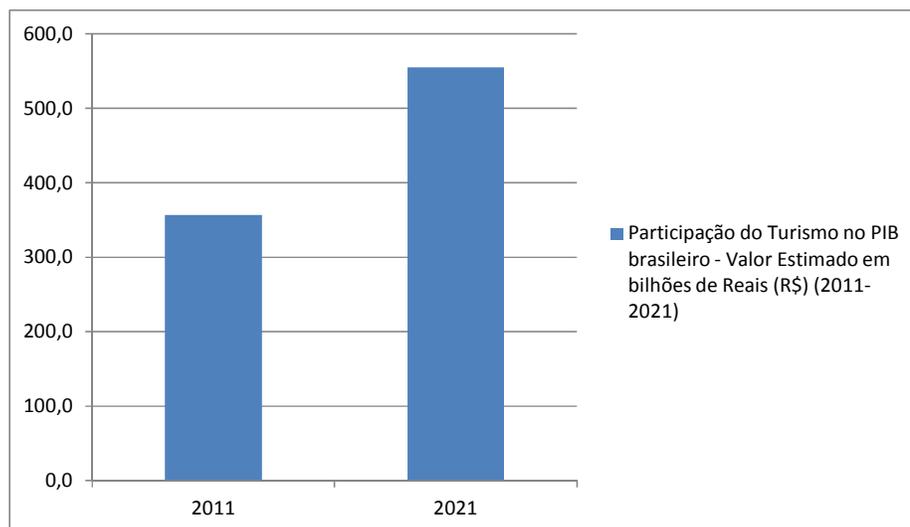
que será provocada pelos grandes eventos esportivos, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, a estabilidade econômica e a “nova” realidade social do Brasil. A EMBRATUR divulgou que a indústria do turismo no Brasil deve crescer na ordem de 4,8% por ano até 2021, quando deverá representar 3,6% do PIB (R\$ 206,9 bilhões) nacional. E quando tomadas outras atividades que impactam no turismo, como infraestrutura e outros serviços, a participação do setor no PIB deverá ser em 2011, da ordem de R\$ 356,7 bilhões (9,1% do PIB). Com projeção de crescimento de 4,5% ao ano até 2021, quando deverá alcançar a soma de R\$ 555,1 bilhões (9,5% do PIB) (Veja-se gráfico 4 e 5).

Gráfico 4 - Participação do turismo no PIB brasileiro (%) – 2011-2021



Fonte: EMBRATUR (2011).

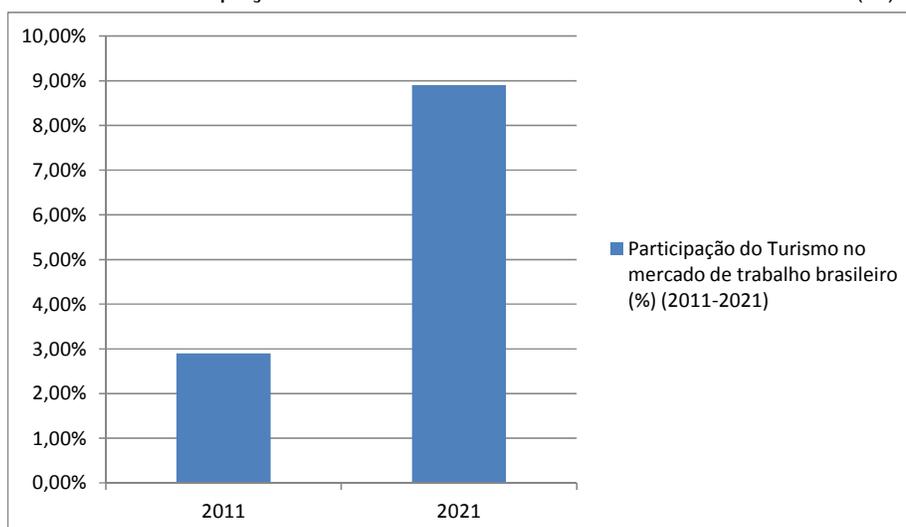
Gráfico 5 - Participação do turismo no PIB brasileiro valor estimado em bilhões de Reais (R\$) - 2011-2021



Fonte: EMBRATUR (2011).

Quanto ao trabalho, a EMBRATUR destaca que o turismo brasileiro é responsável diretamente pela manutenção de 2,8 milhões de empregos em 2011 (2,9% dos empregos totais). Chegando, em 2021, a um total de 3,5 milhões. Um aumento de 26,1% em dez anos. Ainda, tomando a contribuição total do turismo para o emprego no Brasil, considerando os empregos diretos e indiretos, ou seja, outras áreas impactadas com a atividade, o número de postos de trabalho hoje está na ordem de 8,1 milhões. Com previsão de 9,7 milhões de postos de trabalho em 2021 (8,9% do total de postos de trabalho do país) (Veja-se gráfico 6).

Gráfico 6 - Participação do turismo no mercado de trabalho brasileiro (%) – 2011-2021



Fonte: EMBRATUR (2011).

Na Bahia, “terra da alegria e do carnaval” a euforia com o turismo também é geral. Além de ser responsável pela manutenção de mais de 500 mil empregos em 2010, atrás apenas da construção civil e do agronegócio. Em 2011, o setor deve registrar um crescimento de 10% (ABIH-BA, 2011b).

Os setores envolvidos com o negócio do turismo, principalmente, aqueles ligados às grandes obras públicas e privadas de hospedagem e infraestrutura necessárias a operacionalização desta atividade, estão vibrantes. Até 2017, segundo a Secretaria de Turismo do Estado do Bahia (SETUR), os aportes com fins turísticos chegarão a US\$ 5,9 bilhões (em torno de R\$ 9,7 bilhões). São cerca de setenta empreendimentos, incluindo ampliações e novos equipamentos, onde o destino favorito dos investidores é o Litoral Norte do estado. Esta região receberá mais da metade desses investimentos. É o lugar também onde a secretaria estadual do turismo divulgou que a cada nove postos de trabalho criados, sete estão relacionadas com a cadeia produtiva do turismo.

Até então, nada mal para um país que amargou índices de desemprego bem maiores que os atuais 6% (1,4 milhão de pessoas) ter o turismo como possibilidade do tão sonhado desenvolvimento regional, gerador de renda e divisas que visem

amenizar problemas estruturais e sociais enraizados na nossa história (IBGE, 2011). Questionar, portanto, o trabalho qualitativamente no Brasil e, em especial, na Bahia - Estado que ainda lamenta histórica defasagem no número de oportunidades de labor para sua população - torna-se um grande desafio.

Em pleno século XXI, o desemprego no estado da Bahia, região excluída dos fluxos financeiros que irrigaram o Sul e o Sudeste brasileiro no século XX, em desfavor de todo um Brasil, ainda é alto. O índice registrado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em agosto de 2011, só na Região Metropolitana de Salvador (RMS) ficou em 15,6% (295 mil pessoas) da População Economicamente Ativa (PEA). Ênfase para este que é o menor índice registrado para os meses de agosto ao longo da série. E, não são poucos os que procuram oficialmente por emprego no Brasil e na Bahia. Nem somente alguns poucos viventes, como dão a entender os índices midiáticos. Os dados sobre o desemprego no Brasil, raramente, refletem a realidade urbana e rural. Nas estatísticas são considerados somente aqueles que procuram por agências de emprego e formalizam a situação do desemprego, mediante uma documentação que nem todos possuem.

Uma multidão que sobrevive na informalidade, uma maioria não é contabilizada. É notória, então, a disparidade entre os números oficiais e a realidade que se mostra bem mais severa nas ruas de Salvador e da região metropolitana, super povoada pelos migrantes da seca e do descaso com que é tratado historicamente o povo baiano. Basta andar um pouco. Para além dos bairros da Pituba e da Barra em Salvador. Para um pouco mais adiante dos muros que isolam os *resorts* e condomínios de luxo do Litoral Norte de uma multidão que vive ao redor.

Por esta razão, que alguns saem em defesa justa e necessária das oportunidades de trabalho introduzidas pelo turismo, apesar das dificuldades que se apresentam pelo caminho. Na maioria das vezes, esta é a única forma para manter-se vivo e dar manutenção à própria vida. Ter prazer num sistema que só a troca do tempo de trabalho e da vida por dinheiro pode comprar.

Perguntada sobre o trabalho que é oferecido pelos *resorts* do Litoral Norte da Bahia, a justificativa de uma das moradoras locais foi; "*cansa, ganha pouco, a gente*

ouve poucas e boas do patrão e dos hóspedes mais saidinhos na piscina. Mas antes isto, que nada, né? Eu tenho três filhos pra criar". (informação verbal)⁵.

Pode-se, também, justificar como o atual governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, fez na entrega oficial de uma obra de urbanização com fins turísticos no Litoral Norte da Bahia, em abril deste ano; - "*melhor assim, que viver na roça sem emprego plantando mandioca. Mas nada contra viver na roça*", corrige o Governador, "*sempre vou lá (o Governador) e sou muito bem recebido com presentes e demandas, claro!*" (informação verbal)⁶

Neste evento, que contou até mesmo com a banda municipal para receber a cúpula do Estado da Bahia mais o ex-ministro do Turismo e dezenas de crianças do ensino fundamental básico local, que na praça e sob os gritos de "silêncio" das professoras, nem sabiam ao certo o motivo para a suspensão das aulas naquela manhã de sol. Acabaram as crianças aproveitando para brincar e tomar refrigerante de graça. Algo incomum para elas. Realmente uma festa, não fora o desrespeito presente nestes "espetáculos do poder", onde em nome do emprego e do desenvolvimento, mascaram-se interesses e contradições, sobretudo, através do trabalho precarizado midiaticizado como desenvolvimento.

3.2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

No Litoral Norte da Bahia, pessoas, antigamente, alinhadas às garantidas tarefas de subsistência, se encontram, hoje, vulneráveis a "boa safra de turistas" do verão para ter uma renda mínima. Funcionários com contrato de trabalho por tempo indeterminado estão cada vez em menor número, colocados lado a lado com os terceirizados, informalizados, sem direitos sociais, que pressionam sua posição e o salário para baixo. Gerentes e supervisores, geralmente, vindos de fora, instruídos em escolas de turismo e hotelaria de todo o mundo, não raro subtraem-se da vida pessoal e passam a literalmente morar nos hotéis e a ocupar as posições mais bem remuneradas. Mas o envolvimento pessoal com a atividade profissional é tanta, que logo adoecem ou pedem demissão. São as exigências do capital por uma maior flexibilização do ser, muito mais que por tarefa pontual, exige-se o por inteiro.

⁵ Relato de uma moradora local, funcionária de um dos resorts do Litoral Norte da Bahia.

⁶ Discurso proferido pelo governador da Bahia durante a entrega oficial de uma obra de urbanização com fins turísticos no Litoral Norte da Bahia, em abril de 2011.

Para Druck (2011) a conjuntura atual do trabalho no Brasil, embora possa motivar declarações ufanistas em torno do crescimento do emprego com carteira assinada, não pode ser analisada a partir do “fetiche dos números”, pois, ao se analisar o momento histórico caracterizado pelo capitalismo flexível, cuja configuração contemporânea e estrutural, definida pela mundialização do capital hegemônica pela esfera financeira, tem, na precarização social do trabalho, o centro da sua dinâmica.

Nessa medida, considera-se que o aspecto central que explica a estrutura capitalista hoje é o grau ilimitado da mercantilização do trabalho e da vida, conforme explicitam as dimensões do processo de precarização como indicadores qualitativos. Se, na conjuntura mais recente, os números indicam a queda do desemprego e a recuperação do emprego, cabe refletir, como afirmou Juan Somavia (*apud* DRUCK, 2011) o diretor geral do OIT, que:

[...] além da taxa de desemprego, temos o desafio de melhorar a produtividade e os salários, reduzir a informalidade, melhorar a cobertura da Proteção social e enfrentar as desigualdades [...]. Não é só importante gerar mais empregos, mas que estes empregos sejam de qualidade⁷

Como não existe uma variedade de dados oficiais e específicos, pesquisas que caracterizam o trabalho com o turismo brasileiro, toma-se parte de dados nacionais, utilizados na pesquisa de Graça Druck (2011)- *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?* -, para caracterizar a precarização do trabalho no Brasil. Assim, podendo-se inferir, mais adiante, também, sobre a precarização do trabalho com o turismo do Litoral Norte da Bahia.

Franco e Druck (2009) elaboraram uma tipologia da precarização do trabalho no Brasil, que foi retomada em Druck (2011), para elucidar a materialização deste tema. Entretanto, uma tipologia que não deixa de refletir o quadro social do trabalho presente no Litoral Norte da Bahia. Espaço imerso nas condicionantes globais do capitalismo pelo turismo resortiano.

⁷ Discurso de abertura da 17ª Reunião Regional da OIT realizada no Chile em 14 de dezembro de 2009, conforme www.oit.org.pe/americas2010/ESP/.

3.2.1 O primeiro tipo da precarização do trabalho: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais

Segundo Franco e Druck (2009), as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, cujas formas de ocupação e desemprego ainda revelam um alto grau de precarização social.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD, 2009), havia 101,1 milhões de pessoas economicamente ativas no Brasil, com 8,4 milhões de desempregados e mais 8,2 milhões de pessoas com ocupações sem remuneração⁸. Ou seja, são 16,6 milhões de pessoas (16,4%) economicamente ativas que estavam fora do mercado de trabalho.

Quando se analisa a distribuição das pessoas ocupadas com remuneração monetária, elas eram em 2009, no Brasil, 84,5 milhões, dos quais 43,5 milhões sem carteira assinada⁹ e, portanto, sem os direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal, representando 51% dos ocupados com remuneração. Desse conjunto de trabalhadores sem carteira assinada, 80% não contribuem para a previdência social. Isso significa que estão sem nenhuma proteção social e trabalhista.

Ao se agruparem os 16,6 milhões de desempregados e sem remuneração com os 43,5 milhões sem carteira assinada, tem-se 60,1 milhões de pessoas em condições precárias no que se refere aos direitos básicos do trabalho assalariado, segundo a regulamentação das leis brasileiras, o que representa 59% das pessoas economicamente ativas.

Tais números, para Franco e Druck (2009), revelam um cenário de alta precarização, em termos das formas de ocupação e de direitos sociais e trabalhistas, que o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta, indicando, dessa forma, que o país expressa uma realidade de trabalho ainda distante dos indicadores de trabalho decente definidos pela OIT.

⁸ São dados da PNAD 2009, e, nas ocupações sem remuneração, estão agrupados os trabalhadores para consumo próprio, os trabalhadores na construção para uso próprio e o trabalho não-remunerado.

⁹ Estão agrupados, na categoria dos “sem carteira”, os empregados sem carteira, o trabalhador doméstico sem carteira, o trabalhador por conta própria e o empregador.

Esses dados confirmam tendências apresentadas pela OIT, CEPAL e PNUD (2008)¹⁰, quando examinam o desempenho do mercado de trabalho brasileiro no período 1990 a 2006. Embora se evidencie uma situação de recuperação nos anos 2000 em relação à década de 1990, por conta da retomada do crescimento econômico, principalmente a partir de 2004, ainda se mantém um quadro em que é constatado:

a) Elevadas taxas de desemprego e de informalidade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores; b) expressiva parcela da mão de obra sujeita a baixos níveis de rendimento e produtividade; c) alta rotatividade no emprego; d) alto grau de desigualdade entre diferentes grupos, refletindo um nível significativo de discriminação, sobretudo em relação às mulheres e à população negra (OIT, CEPAL, PNUD, 2008, p.17.)

3.2.2 Segundo tipo de precarização: intensificação do trabalho e terceirização

Um segundo tipo de precarização social é encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho – o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica, e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral, que tem sido amplamente denunciado e objeto de processos na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho (DRUCK, 2011).

No que diz respeito à terceirização, no início dos anos 1990, numa conjuntura econômica de instabilidade e de crise, pode-se afirmar que as empresas justificavam a adoção da terceirização como “ferramenta” ou “estratégia” para sobreviver diante da reestruturação e redefinição das bases de competitividade no plano internacional e nacional (FRANCO; DRUCK, 2009). Entretanto, nos anos 2000, numa conjuntura econômica internacional favorável e de retomada do crescimento para todos os setores, especialmente aqueles estudados nos anos 1990 (automotivo, petroquímica

¹⁰ Documento Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente, disponível na HP da OIT, publicado em setembro de 2008.

e bancário), não se altera o movimento da terceirização, que continua a crescer em todas as atividades, atingindo agora também o setor público de forma intensa.

Essa “epidemia” da terceirização, como uma modalidade de gestão e organização do trabalho, explica-se pelo ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões. E, num quadro em que a economia está toda contaminada pela lógica financeira, sustentada no curtíssimo prazo, mesmo as empresas do setor do turismo buscam garantir os rendimentos, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com o trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e de contratos. E a terceirização corresponde, como nenhuma outra modalidade de gestão, a essas exigências (DRUCK, 2011).

3.2.3 Terceiro tipo de precarização social: *insegurança e saúde no trabalho*

O terceiro tipo de precarização social refere-se às condições de (in) segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Um importante indicador dessa precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho no país, mesmo que reconhecidamente sejam estatísticas sub-registradas ¹¹.

Em 2001, foram registrados 340,3 mil acidentes no país e, em 2009, eles atingiram o número de 723,5, ou seja, um aumento de 126% em 9 anos. É interessante observar que, a partir de 2007, o INSS passou a contabilizar os acidentes sem registro no Cadastro de Acidentes do Trabalho (CAT), que representaram para cada um dos últimos 3 anos (2007, 2008 e 2009) 27% do número total de acidentes. Além desse quadro, os estudos microssociais em empresas e organizações, no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho,

¹¹ Conforme é alertado pelos estudiosos da saúde do trabalhador, as estatísticas sobre doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, sob a responsabilidade do INSS, são subestimadas, pois dependem das Cadastro de Acidentes de Trabalho (CATs) emitidas pelas empresas.

definem uma “psicopatologia da precarização”, produto da violência no ambiente de trabalho, gerada pela imposição da busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente. Isso exige uma adaptação contínua a mudanças e novas exigências de polivalência, de um indivíduo “volátil”, sem laços, sem vínculos e sem caráter, isto é, flexível. Essa condição, agravada por outros imperativos típicos dos chamados padrões modernos de organização empresarial (competitividade exacerbada, rapidez ou velocidade ilimitada), tem gerado um cenário de adoecimento mental com expressões diversas, inclusive os suicídios (FRANCO E DRUCK, 2009).

3.2.4 Quarto tipo de precarização social: perda das identidades individual e coletiva

O quarto tipo de precarização social tem suas raízes na condição de desempregado e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores.

Essa condição de “desfiliação” ou de “inúteis para o mundo”, a que se refere Castel (2009), explica esse quarto tipo de precarização do trabalho: a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, que condena cada trabalhador a ser o único responsável por sua empregabilidade, deixando-o subjugado à “ditadura do sucesso” em condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível (APPAY, 2005).

3.2.5 Quinto tipo de precarização do trabalho: fragilização da organização dos trabalhadores

O quinto tipo de precarização pode ser identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos, criada, principalmente, pela terceirização. Segundo Franco e Druck (2009), dados sobre número de greves, sindicatos, sindicalização, acordos, etc. são importantes, mas não explicam tudo. Indicam tendências, mudanças e redefinições que também precisam ser explicadas.

3.2.6 O sexto tipo de precarização social do trabalho: a condenação e o descarte do Direito do Trabalho

Para Druck e Franco (2009), não menos importante, a fetichização¹² do mercado tem orquestrado e decretado uma “crise do Direito do Trabalho”, questionando a sua tradição e existência, o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos “princípios” liberais de defesa da flexibilização, como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização.

O debate entre os profissionais e especialistas do setor reflete opiniões que se dividem: há os que sustentam a defesa do Direito do Trabalho e seu princípio protetor, reconhecendo a desigualdade e a inferioridade econômica dos trabalhadores na sociedade capitalista, mais forte na era atual, o que exige, portanto, mais direitos e proteção social; e há aqueles que, em nome dos princípios liberais, afirmam o respeito à individualidade do trabalhador, que, ao “depende” do Estado (pela estrutura dos direitos sociais), estaria supostamente impedido de desenvolver as suas qualidades e atributos livremente no trabalho, dificultando,

¹² Aqui, a fetichização é usada pelas autoras está no sentido marxista - quando o mercado e as mercadorias “assumem vida própria”, autonomizando-se em relação aos sujeitos sociais, e dessa forma, querem prescindir de qualquer limite à sua autonomia e liberdade, especialmente a liberdade de exploração do trabalho que, em tempos neoliberais, impõe a desregulamentação do estado e a retirada dos direitos.

dessa forma, o próprio desenvolvimento do mercado capitalista na atual conjuntura de desregulamentação mundial.

No Brasil, as alterações já realizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos anos 1990, e a defesa atual de uma reforma trabalhista “moderna”, que corresponda “às mudanças no mundo do trabalho”, enquadram-se nessa segunda defesa, isto é, que, para o livre funcionamento do mercado, seria preciso retirar os limites, ou seja, retirar os encargos sociais elevados (direitos sociais e trabalhistas), considerados como entulhos da velha e ultrapassada CLT, que já teria cumprido a sua função num momento histórico já superado.

Num outro campo o da ação do poder público –, a disputa em torno do fim do Direito do Trabalho ou da sua manutenção se intensifica através do papel que jogam ou podem jogar alguns órgãos ou instituições públicas, que têm como função primordial assegurar a aplicação e o respeito à legislação em vigor. No caso do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a ação dos auditores fiscais – com a liberdade e independência hierárquica que lhes é de direito, ao fiscalizar, autuar e multar as empresas e instituições, respaldados na lei – tem sido motivo de questionamento e já foi objeto de projeto de lei voltado para lhes retirar esse poder¹³, o que gerou ampla mobilização dos agentes de fiscalização e dos sindicatos, que fizeram retroceder tal proposta.

O Ministério Público do Trabalho (MPT), por sua vez, tem sido objeto de fortes críticas veiculadas pela grande imprensa, na voz de empresários e até mesmo de sindicalistas, que acusam os promotores de atuarem como empecilhos para a abertura de novos empregos, ao exigirem respeito à legislação, já que estariam dificultando a ação empresarial.

Na realidade, são instituições que têm um papel fundamental como agentes dotados de poderes para colocar limites à ação do capital – através da regulamentação – na relação de mercantilização do trabalho, a qual, nos últimos

¹³ Foi o caso da Emenda 3 ao Projeto de Lei que criou a Super Receita, em 2007, que proibia os auditores fiscais de atuarem ou fecharem as empresas prestadoras de serviço constituídas por uma única pessoa, se verificassem que a relação de prestação de serviços com uma outra empresa, na verdade, configura uma relação trabalhista. E transferia para o Poder Judiciário a definição de vínculo empregatício, beneficiando profissionais liberais que atuam como pessoas jurídicas e as empresas que utilizam seus serviços, em substituição ao contrato de trabalho pela CLT. Aprovada no Congresso, a Emenda foi vetada pelo presidente Lula, após ampla mobilização dos sindicatos, inclusive do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).

tempos, tem ido mais além da compra e venda da força de trabalho através do assalariamento, pois vem se utilizando de outras formas que pareciam estar superadas, a exemplo do trabalho infantil e do trabalho análogo ao escravo.

Nesse sentido, a atuação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho, com o apoio da Polícia Federal, no combate ao trabalho análogo ao escravo¹⁴, tem sido efetiva, com resultados muito expressivos, seja em número de trabalhadores resgatados, como na repercussão política dessa atuação, que tem revelado o grau de exploração de modernas empresas nacionais e multinacionais no Brasil, e que deu origem ao “Cadastro de Empregadores flagrados explorando mão de obra escrava”, conhecido como “Lista Suja” e disponível no site do MTE. No período de 2000 a 2010, foram realizadas 959 operações nas diversas regiões do país, onde foram resgatados 37.092 trabalhadores e um total de 35.790 trabalhadores tiveram seus contratos formalizados a partir da ação dos fiscais. O valor do pagamento de indenizações relativas a dívidas salariais (saldo de salários, férias, décimo terceiro, gratificação natalina etc.) atingiu a cifra de R\$ 61,2 milhões, nesses dez anos, sem incluir as multas e indenizações por danos morais.

Para Franco e Druck (2009), essas ações mostram, de um lado, um alto crescimento do recurso ao trabalho escravo no contexto dos tempos modernos do trabalho, que se torna visível, a partir de denúncias e da realização dessas operações coordenadas pelo MTE; de outro, indicam a capacidade que o Estado tem, quando assim o quer e decide, de pôr limites à voracidade do capital. Esse exemplo, dentre outros, é representativo, por si só, da ausência de limites morais do capital e explicita por que o Direito do Trabalho é colocado em questão, ao tempo que indica a importância da ação regulatória do poder público, como agente do Direito do Trabalho brasileiro, que tanto incomoda os radicais defensores da ordem neoliberal.

¹⁴ Trabalhadores resgatados por trabalho análogo ao escravo, conforme art.149 do Código Penal, são aqueles que atuam nas seguintes condições: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e (ou) trabalho degradante (Mte, www.mte.gov.br) Para uma análise sobre essa condição, ver Filgueiras (2010).

3.3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Para melhor dimensionar e qualificar a materialização da precarização do trabalho (CASTEL, 2009), oferecido pelo turismo resortiano no Litoral Norte da Bahia e objetivado como segundo específico desta pesquisa, aqui, vale-se de um movimento de greve realizado pelos trabalhadores da hotelaria do Litoral Norte, em setembro de 2011. Evento que, da mesma forma, está relatado para analisar se as condições de trabalho do turismo do PRODETUR/NE correspondem, também, a alguma das *categorias* que caracterizam a precarização social do trabalho no Brasil, elaboradas por Franco e Druck (2009), explicitadas acima.

3.3.1 O movimento grevista dos trabalhadores do turismo do Litoral Norte da Bahia, setembro de 2011

No início do mês de setembro de 2011, o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Salvador e Região (SINDHOTÉIS), instituição que responde pela categoria, também no Litoral Norte da Bahia, organizou uma paralisação de três dias com os trabalhadores dos principais *resorts* da Linha Verde - o Iberostar, na Praia do Forte, o *Grand Palladium* em Imbassaí e o Costa do Sauípe.

A paralisação deu-se em protesto¹⁵ pelas condições de trabalho e salários defasados que, maiormente, caracterizam a *precarização* do trabalho direto ofertado pelo turismo na região. Na palavra dos sindicalistas, não se tem conhecimento, nos últimos anos, de tamanho descaso patronal com uma convenção coletiva de trabalhadores. Depois de onze desgastantes rodadas, nada se avançou. “A *paralisação foi nossa única saída*”. (informação verbal)¹⁶.

Além do poder de compra real do salário que recuperar-se-ia pelo reajuste barganhado na convenção coletiva (10%), os trabalhadores do setor são unânimes

¹⁵ A descrição das condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores da hotelaria do Litoral Norte da Bahia, inclusive os números e percentuais envolvidos no movimento reivindicatório, são de responsabilidade dos dirigentes do SINDHOTÉIS, que prestaram-se a dar esclarecimentos para esta pesquisa, mediante identificação prévia do interesse acadêmico e científico do autor sobre o tema. Importante mencionar, também, que este autor laborou, como Assistente de Treinamento no departamento de Recursos Humanos de um *resort* americano, na Costa do Sauípe, testemunhando e estando passível a muitas destas relações precarizadas de trabalho.

¹⁶ Relato de um dos sindicalistas da rede hoteleira durante a paralisação realizada em setembro de 2011.

quanto à extinção do “banco de horas”. Uma medida usada em larga escala no setor, que não obriga o pagamento em dinheiro das horas extras realizadas pelo trabalhador. Podendo, este, ser compensado por folgas que chegam, por vezes, a dois ou três meses.

Reivindicam, também, os trabalhadores investimentos em requalificação profissional. A maioria dos trabalhadores da hotelaria não tem sequer um treinamento introdutório que o qualifique a função, elevando os níveis de acidentes do trabalho o afastamento por lesão repetitiva, postura, etc. O que acaba por condenar, em outra instância, a qualidade dos serviços prestados pelo turismo local, em desfavor de toda a cadeia produtiva no médio e longo prazo.

Cobram melhoria da qualidade do transporte e disponibilidade de horários dos ônibus, que muitas vezes os obrigam a ficar pelo menos duas horas a mais no local de trabalho em função de horários reduzidos por custo. Significante melhora, ainda, com alimentação oferecida aos trabalhadores e higiene das instalações “não sociais”, aquelas onde os turistas não tem acesso, dando entender que todo o restante nem mesmo pertence a essa categoria. O pátio dos *resorts*, local onde geralmente entram os trabalhadores, chegam os mantimentos e se depositam os refugos desse processo, é contrastante com a atmosfera asséptica em que convivem os hóspedes dentro desses resorts.

Relações de trabalho mais humanas, jornadas reduzidas e folgas que possam dar manutenção a segurança e saúde no trabalho. As camareiras desses *resorts*, por exemplo, têm como meta vinte oito (28) apartamentos para arrumar, higienizar e trocar lençóis de camas *king size*, em apenas oito horas de serviço. Algo praticamente impossível sem que a saúde destas pessoas não se deprecie. Não é por acaso que o maior número de afastamento do setor se dá no setor de governança, o setor da hotelaria responsável por estas pessoas. Segundo o SINDHOTEIS, nos casos informados pelos *resorts* do Litoral Norte da Bahia, que não representam a totalidade dos empregadores do turismo na região, os casos com afastamentos subiram 34% desde 2008, quando o sindicato começou a contabilizar estes dados.

Também, muito comum no turismo, o contrato por tempo determinado, ou aquele funcionário terceirizado, o subcontratado e quando não raro o totalmente informalizado, é também prática comum. Os próprios relatórios apontam este fator

como dificuldade para mensurar os dados do turismo no Brasil e no Mundo. Usados como “quebra galho”, estes trabalhadores são piores pagos e aceitam, mediante a promessa e esperança de efetivação, de um contrato por tempo indeterminado e que lhe dê as garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), topam qualquer empreitada. Geralmente, vêm de longe. Gastam muito do seu tempo e dinheiro com o transporte. Não tem assistência médica e nem garantia em casos de acidentes de trabalho. Não recebem treinamento algum. Muitos são tratados com desprezo por funcionários da casa. Estes se sentem, na verdade, ao lado de mais um concorrente e não de companheiro de trabalho.

Com adesão de 80% dos trabalhadores dos três principais *resorts* da Linha Verde (BA-099), segundo o SINDHOTÉIS, organizador da paralisação, os trabalhadores erguiam cartazes, faixas e tinham os rostos pintados. Clamavam por melhores condições de trabalho e salário. Acampavam-se como podiam para poder mostrar aos turistas que chegavam a todo instante, “o lado reverso daquele turismo”. Todo este movimento de greve sucedeu-se dias antes de um final de semana de alta ocupação (Veja-se figuras 6, 7, 8, 9 e 10).

Figura 6 - Paralisação dos trabalhadores hoteleiros dos principais resorts da Linha Verde - o Iberostar, na Praia do Forte, o Grand Palladium em Imbassaí e o Costa do Sauípe



Fonte: O próprio autor – set./2011.

Figura 7 – Momento de protesto dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde



Fonte: O próprio autor – set./2011.

Figura 8 – Faixa de protesto dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde durante paralisação



Fonte: O próprio autor – set./2011.

Figura 9 – Adesivo da greve dos trabalhadores hoteleiros dos resorts da Linha Verde



Fonte: O próprio autor – set./2011.

Figura 10 – Trabalhadores hoteleiros abordando carro de turista para explicar os motivos da greve



Fonte: O próprio autor – set./2011.

Devido a um evento musical de grande porte que se realizaria no final de semana corrente a greve, os administradores desses Complexos, gerentes e supervisores, segundo relatos de alguns grevistas, valeram-se de tudo para que um mínimo de funcionários para operacionalização dos resorts, não evacuassem o hotel. Evitando, assim, a queda na qualidade dos serviços prestados. Constrangidos, alguns aceitaram. “E se eu não ficasse?” Essa era a dúvida de um funcionário que lhe foi prometido R\$50,00, por noite no hotel durante a greve.

Foi uma medida insustentável no longo prazo, visto o evento que se aproximava. Por isso, o patronato correu para assinar em três dias um acordo coletivo que se prolongou por mais de seis meses. O índice de reajuste salarial 2011/2012, assinado no acordo coletivo ficou em de 8%, um pouco abaixo do reivindicado (10%), mas o suficiente para acabar com a greve.

O movimento encerrou-se em três dias. As reivindicações continuam. Os trabalhadores voltaram para as suas funções. O show não pode parar. O evento Sauípe Folia 2011, programado para aquele final de semana na Costa do Sauípe aconteceu. Ivete Sangalo, Chiclete com Banana e outros grandes do carnaval baiano sabem como ninguém explorar a alegria de uma casta que pode pagar caro para assisti-los. Os hotéis ficaram cheios como previsto. Pouca coisa saiu na mídia sobre a greve. E o pouco que saiu foi abafado por outro caso que caracteriza a precarização do trabalho e o descaso com que são tratados os trabalhadores nestes *resorts*.

Dias depois do encerramento da greve, divulgou-se a morte de três funcionários deste mesmo complexo hoteleiro, que poderiam, talvez, terem sido evitadas. Os primeiros casos de meningite do tipo C surgiram ainda durante a greve dos trabalhadores¹⁷. Os administradores do complexo, portanto, nada reportaram, mediante, talvez, o temor que tinham das autoridades cancelarem o evento que movimenta milhões de reais há dez anos, este foi o argumento de um dos sindicalistas que respondeu por e-mail sobre os casos de meningite tipo C na Costa do Sauípe. Outros casos da doença foram aparecendo e a mídia voltou-se para o drama costumeiro da vida alheia, que dá bem mais lobo que pobres coitados defendendo salários.

¹⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/973696-tres-morrem-com-meningite-c-na-costa-do-sauipe-4-estao-internados.shtml>

As reivindicações são contínuas e diversas, mas principalmente com relação ao salário defasado da categoria e com as condições e relações de trabalho estabelecidas pelos *resorts*, onde por vezes se ultrapassa a barreira do ético. Só com o fechamento do acesso para os trabalhadores e com prejuízo para os turistas que o acordo coletivo foi assinado. Assinado mas sem acordo quanto ao “banco de horas” e resolução quanto às condições de trabalho dentro destes *resorts*.

3.3.2 A teoria que sustenta a precariedade social do trabalho no Litoral Norte da Bahia

Para sintetizar melhor as reivindicações dos grevistas e os motivos que levaram o SINDHOTEIS a convocar a greve, foram elencados, aqui pelo autor, em ordem aleatória de importância ou urgência, as principais demandas encontradas em documentos e informativos do SINDHOTEIS, ou em conversas com os grevistas durante o movimento. Estas foram;

- (a) Descaso patronal com a convenção coletiva da categoria;
- (b) Salários defasados;
- (c) Coerção;
- (d) Aumento do número de terceirizados;
- (e) Redução das jornadas de trabalho;
- (f) Extinção do “banco de horas” da categoria;
- (g) Requalificação profissional;
- (h) Qualidade e maior disponibilidade de transporte;
- (i) Melhoria da qualidade da alimentação
- (j) Maior higiene e estrutura para áreas dos funcionários
- (k) Negligência quanto aos casos de meningite do tipo C

Considerados sob o ângulo do trabalho, três (3) pontos de materialização da precarização do trabalho, estudados por Castel (2009), podem ser distinguidos no Litoral Norte da Bahia. O primeiro está relacionado a (1) *desestabilização* dos estáveis, o segundo quanto a (2) *instalação na precariedade*, o terceiro, quanto a (3) *a condição de supranumerário*.

Uma parte dos trabalhadores fixos não tem mais garantia alguma sobre a continuidade dos seus empregos, qualquer estabilidade. O emprego de tecnologia em áreas operacionais e a terceirização de serviços complementares do turismo são exemplos. Além da sazonalidade do turismo e o fato que mais e mais lugares oferecerão instalações turísticas similares ou melhores, por preços mais acessíveis, esta atividade é sensível aos solavancos da economia.

Contudo, há de se alertar para a *desestabilização* dos estáveis que vivem ao redor dos *resorts*. O turismo dos *resorts* é bastante popular em função de um tipo de tarifa chamada de *all inclusive*, que além do direito ao apartamento, oferece todo o tipo e quantidade de alimentação, bebidas e entretenimento no valor da diária. Esse voraz mercado consumidor, além de estar restringindo as hospedagens nas mãos de alguns poucos *resorts*, faz o comércio local minguar. Na Praia do Forte sentiu-se uma significativa mudança no movimento dos restaurantes da vila comercial, após os dois *resorts* que se localizam nesta praia entrarem em operação com esta tarifa. Um dos comerciantes disse; - “na época, a gente pensou que ia falir, mas aí vieram outros resorts e o movimento se manteve, apesar da concorrência ter dobrado e os turistas não gastarem mais como antigamente. Já não se ganha dinheiro como há cinco, dez anos atrás”.

A segunda *especificidade* da situação atual, trabalhada por Castel (2009), a *instalação na precariedade*, “o trabalho aleatório representa uma nebulosa de contornos incertos, mas que tende a se autonomizar”. No litoral Norte da Bahia existe uma grande quantidade de pessoas que vagam de emprego a emprego aproveitando as oportunidades do mercado que vão surgindo. Não por gosto, mas por necessidade. A maioria daqueles que correm em direção ao litoral, procurando por uma vaga de trabalho no turismo, vive com o “selo do aleatório”. Sem qualificação qualquer, arrumam pequenas empreitadas e serviços em dia de “casa cheia”. Não mais do que isso, eternos desempregados.

O desemprego recorrente constitui, pois, uma importante dimensão do mercado do emprego. Também, toda uma população, sobretudo de jovens, aparece como relativamente empregável para tarefas de curta duração, por alguns meses, ou semanas. São passíveis de ser demitidos com facilidade, sem custo. Programas como “Menor Aprendiz” e de Estágios não remunerados ou muito mal remunerados,

são exemplos corriqueiros. A mais pura precariedade como destino. Desde cedo instala-se a “cultura do aleatório” (CASTEL, 2009, p. 529) e da servidão.

Uma terceira ordem de fenômenos, *especificidade* da precarização do trabalho, a mais inquietante na visão de Castel (2009), parece emergir na atual conjuntura. A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo isso, como uma posição à qual está associado uma utilidade social e reconhecimento público. Trabalhadores que envelhecem, dificilmente encontram lugar no mercado de trabalho; jovens a procura de um emprego vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a outro; desempregados que há muito tempo passam, sem sucesso, por requalificações e motivações; “tudo passa como se a atual sociedade descobrisse, com surpresa, a presença de populações inúteis para o mundo, que nele estão sem verdadeiramente pertencer”. Ocupam uma posição de supranumerários, não integrados. Não integrados no sentido que Durkheim (*apud* CASTEL, 2009.) fala da integração como pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes.

Para Castel (2009, p. 530) essa “inutilidade social” desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados, mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas. O autor continua, para muito além destes argumentos, mas dizendo encontrar-se surpreso que os 3,5 milhões de desempregados no contexto da época, não tenham desencadeado nenhum movimento social de qualquer amplitude.

Quanto às considerações de Tânia Franco e Graça Druck (2009) sobre a precarização social do trabalho no Brasil, pode-se verificar que as categorias elencadas pelas autoras para caracterizar esta precarização no mercado de trabalho nacional, todas, em maior ou menor grau, são encontradas nas reivindicações do movimento grevista dos trabalhadores do turismo do Litoral Norte da Bahia.

(1) *Vulnerabilidade das formas de inserção*; no Litoral Norte da Bahia, a falta de estatísticas que possam comprovar as diferentes formas precárias de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho local, impossibilita uma afirmação quanto a vulnerabilidade do trabalhador local na forma elencada por Franco e Druck (2009). Contudo, se se tomar de partida as reivindicações de reajuste salarial e levar-se em conta que boa parte dos

trabalhadores da hotelaria são terceirizados, ou tem o emprego sujeito a “alta estação”, esta *vulnerabilidade* está presente no Litoral Norte da Bahia.

- (2) *Intensificação do trabalho e terceirização*; No movimento grevista do Litoral Norte da Bahia ficou evidente que a intensificação das jornadas de trabalho e os desafios impostos pela terceirização do quadro funcional são reivindicados pelos grevistas. As reivindicações ainda abarcavam a eliminação do “banco de horas” - medida adotada para compensar com folgas, as horas extras trabalhadas, ao contrário do pagamento em dinheiro. Medida que pressupõe a prática de jornadas de trabalho além do contratado pelo empregador.
- (3) *Insegurança e saúde do trabalho*; o caso das camareiras dos resorts é o mais emblemático. Seguido das reivindicações sobre maior qualificação profissional, higiene das “áreas comuns” e melhor alimentação, a distinção entre área social e área comum, aquela para os turistas, esta para os funcionários, parece ser um bom indicativo da relevância que cada espaço assume na administração destes *resorts*.
- (4) *Perda das identidades individual e coletiva*; o desemprego como condição da coerção social e o aliciamento do patronato, para que trabalhadores não aderissem à greve, são exemplos.
- (5) Fragilização das organizações dos trabalhadores; a própria greve poderia contrapor a tese de Franco e Druck (2009). Mas não, porque a afirmação das autoras está relacionada, justamente, quanto à dispersão das organizações trabalhistas em épocas de globalização e terceirização dos serviços, inclusive os públicos. “O *SINDHOTEIS* representa uma categoria que está enfraquecida pela terceirização dos trabalhadores da hotelaria. Eles tem medo de se juntar a gente, não tem estabilidade alguma” (informação verbal)¹⁸.
- (6) Condenação e descarte do Direito do Trabalho; o próprio fato da greve ter acontecido, pode caracterizar este *descarte* do direito do trabalho. Primeiro, devido as condições de trabalho do turismo no Litoral Norte da

¹⁸ Palavras de um dos dirigentes do movimento ao próprio autor.

Bahia, mas, essencialmente, porque a convenção coletiva estendeu-se por seis meses - onze (11) rodadas de negociação entre sindicato dos trabalhadores e patronal - desencadeando uma greve de três dias, para então ser assinado. “Uma tentativa de desqualificar as reivindicações dos trabalhadores”¹⁹, quanto às condições que permeiam o trabalho do turismo no Litoral Norte da Bahia.

Portanto, verificadas as categorias teóricas que qualificam o trabalho quanto sua precarização social, tanto em Castel (2009), quanto em Franco e Druck (2009), e, elencadas as principais demandas dos trabalhadores do turismo do Litoral Norte da Bahia, traduzidas pelo movimento grevista, percebe-se que todas as reivindicações encontram paralelos nas categorias que caracterizam a precarização social do trabalho, enquanto conceito em Castel (2009), e enquanto prática em Franco e Druck (2009). Desta maneira, pode-se inferir, que sob tais argumentos teóricos, utilizados nesta pesquisa, e com base naquilo que o movimento grevista sintetizou como demanda e condição de trabalho dos funcionários do turismo do Litoral Norte da Bahia; o trabalho promovido por estes empreendimentos está permeado por práticas que caracterizam a precarização social do trabalho. Revelando a outra faceta dos números que preenche o discurso oficial, a precarização social do trabalho com o turismo do Litoral norte da Bahia.

3.4 TENDÊNCIAS DO MUNDO TRABALHO NO SÉCULO XXI

Com a análise dos “números do turismo” e da *precarização* do trabalho que se materializa não só no cotidiano dos sujeitos do Litoral Norte da Bahia, mas no mundo, em tempo paralelo, pretende-se tratar, aqui das transformações que ocorrem no interior do mundo do trabalho, como a atual hegemonia da produção imaterial defendida por Antonio Negri e Michael Hardt (2005), sendo o trabalho com o turismo um exemplo desta tendência.

“Nas últimas décadas do século XX, o trabalho industrial perdeu sua hegemonia, surgindo em seu lugar o trabalho imaterial.” (HARDT ; NEGRI, 2005, p. 149). Ou seja, o trabalho que cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma reação emocional. Expressões

¹⁹ Palavras de um dos dirigentes do movimento ao próprio autor.

convencionais como *trabalho no setor de serviços, trabalho intelectual e trabalho cognitivo* remetem todos a aspectos do trabalho imaterial, mas nenhuma delas o apreende em sua generalidade.

Para Hardt e Negri (2005), numa abordagem inicial pode-se conceber o trabalho imaterial em duas formas fundamentais. Uma refere-se ao trabalho que é primordialmente intelectual ou linguístico, como solução de problemas, o de tarefas simbólicas, imagens e outros produtos do gênero. E outra forma fundamental de trabalho imaterial que é o que autores chamam de “trabalho afetivo”. Ao contrário das emoções, que são fenômenos mentais, os afetos referem-se igualmente ao corpo e à mente. Na realidade os sentimentos, como a alegria e a tristeza, revelam o atual estado da vida em todo o organismo, expressando certo estado do corpo paralelamente a uma certa forma de pensamento.

O trabalho afetivo, assim, é o trabalho que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão. Pode-se identificar o trabalho afetivo, por exemplo, no turismo com o trabalho de comissários de bordo, atendente de restaurantes e recepcionistas (serviço com um sorriso). Uma indicação da importância crescente do trabalho afetivo no turismo, mas, sobretudo na sociedade contemporânea, é a tendência dos empregadores para enfatizar a educação, a atitude, a personalidade, o comportamento proativo, boa postura e até mesmo aparência. Sem se saber ao certo o que todos estes termos significam para cada empregador. “Trabalhador com uma boa atitude e traquejo social é uma outra maneira de designar um trabalhador hábil no trabalho afetivo” (HARDT ; NEGRI, 2005, p. 149). Portanto, pode-se inferir sobre a hegemonia do trabalho imaterial também no turismo.

A maioria dos empregos que envolvem trabalho imaterial combina essas duas formas. A criação de comunicação é uma operação linguística e intelectual, mas também tem inevitavelmente um componente afetivo na relação entre as partes que se comunicam. No turismo é comum ver a propaganda midiática sobre o explorando justamente a experiência de uma Bahia “mística e ao mesmo tempo moderna”.

O trabalho imaterial quase sempre se mistura com formas materiais de trabalho: os trabalhadores do setor de bares e restaurantes do turismo, por exemplo, desempenham tarefas afetivas, cognitivas e linguísticas a par das tarefas materiais,

como trocar pratos e servir drinks. Hardt e Negri (2005) enfatizam que o trabalho envolvido em toda produção imaterial continua sendo material - mobiliza corpos e cérebros, como qualquer trabalho. O que é imaterial é o seu produto. Os mesmos reconhecem que a expressão trabalho imaterial é ambígua e talvez fosse melhor entender a nova forma hegemônica como “trabalho biopolítico”. O adjetivo biopolítico indica que as distinções tradicionais entre o econômico, o político, o social e o cultural tornam-se cada vez menos claras.

Quando afirmam também que o trabalho tende para a posição hegemônica, Hardt e Negri (2005) não estão dizendo que a maioria dos trabalhadores do mundo atualmente produz essencialmente bens imateriais. Pelo contrário, o trabalho agrícola, no exemplo dos autores, continua sendo, como tem sido há séculos, dominante em termos quantitativos, e globalmente o trabalho industrial não declinou em termos numéricos. O trabalho imaterial constitui uma minoria do trabalho global concentrando-se em algumas das regiões dominantes. A tese dos autores é que o trabalho imaterial tornou-se hegemônico em termos qualitativos, tendo imposto uma tendência a outras formas de trabalho à própria sociedade. Para eles, o trabalho imaterial encontra-se hoje na mesma posição em que estava o trabalho industrial há 150 anos, quando respondia apenas por uma pequena fração da produção global e se concentrava numa pequena parte do mundo, mas exercia hegemonia sobre todas as outras formas de produção. Assim como naquela fase todas as formas de trabalho tinham que se industrializar, hoje o trabalho e a sociedade têm de se informatizar, tornar-se inteligentes, comunicativos, afetivos e bonitos.

Sob certos aspectos, as classes subordinadas do período da hegemonia industrial fornecem a chave para o entendimento das características essenciais do trabalho imaterial. Hardt e Negri (2005) usam o exemplo dos sábios agricultores. Aqui, por motivo de pesquisa, usa-se o exemplo de um *chef* de cozinha, o mestre de um dos pecados capitais, a gula.

Um bom cozinheiro usa o conhecimento, a inteligência e a inovação como elementos típicos do trabalho imaterial. É claro que o trabalho na cozinha é sempre cansativo do ponto de vista físico – a temperatura do ambiente é alta, as panelas são grandes e pesadas, como poderá dizer qualquer um desses trabalhadores. Mas todo cozinheiro é um químico combinando temperos adequados ao prato principal,

um biólogo reconhecendo carnes e verduras, um economista na hora de comprar os produtos e assim por diante.

Não se trata de um ato espontâneo de intuição ou de uma repetição maquinal do passado, mas de uma decisão baseada em conhecimentos tradicionais aplicados às condições atualmente observadas através da inteligência e experimentação. É certo que o trabalho na cozinha de um hotel ou restaurante efetivamente implica em tarefas materiais repetitivas, como cortar legumes, mexer panelas, virar caldos ou operar hambúrgueres na chapa, mas também envolve a produção de afetos, sensações, gostos, relações, formas de comunicação e cooperação, muitas vezes, entre comunidades inteiras, na família e entre as crianças. O trabalho afetivo constitui a produção biopolítica na medida em que produz diretamente relações sociais e formas de vida.

O trabalho afetivo, os conhecimentos e a inteligência típicos de um bom cozinheiro são elementos importantes para entender as características do paradigma imaterial. Por outro lado, quando a produção afetiva se torna parte do trabalho assalariado, pode ser vivida de uma maneira extremamente alienante. Vende-se a capacidade de estabelecer relações humanas, algo extremamente íntimo, manipulado pelo turista/hóspede e o patrão. A alienação nunca foi um bom conceito para entender a exploração dos operários de fábricas, mas num terreno onde muitos ainda não querem encarar como trabalho, o trabalho afetivo, a alienação constitui um fator conceitual útil para entender a exploração (HARDT; NEGRI, 2005).

A hegemonia do trabalho imaterial, portanto, não torna agradáveis ou compensadoras todas as formas de trabalho, nem diminui a hierarquia e o comando no local de trabalho. Não deve ser considerado como um sonho utópico. A hegemonia do trabalho imaterial tende efetivamente a mudar as condições de trabalho. Muitas já instaladas no Litoral Norte da Bahia com o turismo *resortiano* do PRODETUR/NE.

Negri e Hardt (2005) citam, por exemplo; a transformação da jornada de trabalho no paradigma imaterial, ou seja, a divisão cada vez mais indefinida entre horário de trabalho e tempo de lazer; e a mudança de uma economia caracterizada pelo emprego estável de longo prazo, para outra marcada por relações de trabalho flexíveis, móveis e precárias. O tempo de trabalho tende a se expandir para todo o

tempo quando envolve, principalmente, a produção de uma ideia ou solução de um problema. Não raro, trabalhadores têm seus celulares ligados 24 horas por dia como norma da empresa. Recebem um carro, mas se comprometem a estar no local de trabalho a qualquer hora do dia. Tem um *laptop*, mas são controlados por *e-mail* e *webcam*.

São relações de trabalho flexíveis, móveis e precárias. Flexíveis porque os trabalhadores devem adaptar-se a diferentes tarefas, móveis porque estão mudando constantemente de emprego e precárias porque nenhum contrato assegura o emprego estável em longo prazo. A ideologia básica que atravessa a pós-modernização escora-se na ideia de que a eficiência é prejudicada por sistemas monolíticos e de trocas em massa, mas propiciada por sistemas de produção que reagem com rapidez e com estratégias diferenciadas para mercados especializados (HARDT; NEGRI, 2005). Como com o mercado turístico de eventos corporativo. Por apenas alguns dias, ou no máximo semanas, mobiliza-se um montante impressionante de terceirizados que tão logo encerre o evento estão à própria sorte outra vez.

Mesmo os gigantes do setor, como a Walt Disney, adotam esta prática. Nesta companhia mundialmente conhecida recruta-se por metade do preço mais da metade dos seus *cast members*, funcionários, internacionalmente e gratuitamente qualificados nas melhores universidades do mundo. Em troca esses trabalhadores, geralmente jovens, recebem um salário que mal paga as contas por funções rejeitadas pelos próprios americanos e imigrantes legalizados. São isolados atrás de uma chapa de hambúrguer ou higienizando banheiros, com sorte e com um nível de inglês melhor encontram vagas no atendimento a clientes e em lojas e carrinhos de souvenirs. Argumentam, também, que os estudantes levam o conhecimento e a “experiência Disney”, seja lá o que isso venha a significar.

De maneira geral, a hegemonia do trabalho imaterial tende a transformar a organização da produção, das relações lineares da linha de montagem às inúmeras e indeterminadas relações das redes disseminadas. A informação, a comunicação e a cooperação tornam-se as normas da produção, transformando-se a rede em sua forma dominante de organização. Sistemas técnicos de produção correspondem a sua composição social: de um lado as redes tecnológicas, e de outro a cooperação dos sujeitos sociais que trabalham.

Em uma análise mais profunda sobre o tema, Hardt e Negri (2005) argumentam que, sob a hegemonia do trabalho imaterial a expropriação já não é primordialmente a expropriação de valor medida pelo tempo de trabalho coletivo ou individual, e sim a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e que se torna cada vez mais comum nas redes sociais. As formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho e aumentar a produtividade. Os trabalhadores agora é que são convocados “em equipe”, sempre, a solucionar problemas, produzir comunicação, relações sociais e cooperação. São estas as principais características do trabalho imaterial.

A hegemonia do trabalho imaterial também cria relações comuns e formas sociais comuns. Assim como fez a hegemonia industrial ao alinhar os diversos setores da economia tecnologicamente, a produção de comunicação, relações afetivas e conhecimento, em contraste com carros e máquinas de escrever, é capaz de expandir diretamente o campo do que se partilha. Ou seja, em muitos casos singulares de processos de trabalho, condições produtivas, situações locais e experiências vividas coexistem com um “devir comum”, num nível diferente de abstração, das formas de trabalho e das relações gerais de produção e troca (HARDT; NEGRI, 2005).

Como no caso do turismo comunitário defendido por Coriolano (1996) no Ceará, onde mediante acordo prévio, todos da comunidade envolvem-se de maneira direta ou indireta com a atividade, mas principalmente com o compromisso de não vender suas terras para os especuladores forasteiros. Sendo este o devir comum que tende a reduzir as divisões qualitativas no trabalho e a condição biopolítica da multidão naquele local que luta para assegurar a manutenção da vida e das suas gerações futuras. Este turismo comunitário é um “produto” altamente valorizado no mercado de hoje. Apesar das dificuldades encontradas, desde o caminho de chegada até mesmo quanto ao conforto das instalações, o turista que opta por esta experiência procura não é um produto, mas sim a própria experiência de vida em comunidade, mesmo que articulado externamente e que as fotos mais tarde sirvam, apenas, para inflar o álbum de “viagens exóticas” em redes sociais.

E que provas se tem, perguntam Negri e Hardt (2005, p. 157), para se sustentar a tese de uma hegemonia do trabalho imaterial? Não é uma questão de dominação quantitativa do trabalho imaterial, como já se viu. A primeira e mais

concreta prova de que se dispõe são as tendências do próprio emprego. Nos países dominantes, o trabalho imaterial é um elemento central que segundo as estatísticas mais crescem, como atendentes em lanchonetes, vendedores, engenheiros de computação, professores e trabalhadores do setor de saúde.

E com o turismo do Litoral Norte? Sem qualidades que possam assegurar a construção de elementos comunicativos e de conhecimento técnico é praticamente impossível ter uma chance no trabalho com o turismo. Existe, na visão dos autores, uma tendência correspondente para que muitas formas de produção, como a indústria poluente e o agronegócio, sejam transferidas para partes subordinadas do mundo. Com o turismo, algo semelhante acontece quando se elege para todo o litoral nordestino um turismo comprovadamente agravador das contradições sociais, como foi este no México. Essas tendências do emprego mostram que a hegemonia do trabalho imaterial vem surgindo em coordenação com as atuais divisões globais do trabalho e de poder.

Um segundo tipo de comprovação é que outras formas de trabalho e produção vêm adotando as características da produção imaterial. Não só os computadores têm sido integrados a todo tipo de produção como também, de maneira mais geral, os mecanismos de comunicação, a informação, os conhecimentos e o afeto estão transformando práticas produtivas tradicionais, exatamente como o controle da informação em matéria de sementes na agricultura, ou com o afeto e os sentimentos evocados nas experiências do turismo comunitário, ou sexual, infelizmente um fato no Brasil.

Em terceiro lugar, o caráter central do trabalho imaterial reflete-se na crescente importância das formas imateriais de propriedade que ele produz, como as complexas questões que surgem com relação as patentes, direitos autorais e vários bens imateriais que passaram recentemente a ser passíveis de proteção como propriedade privada.

E, finalmente, para Hardt e Negri (2005), a prova mais abstrata e geral é que a forma disseminada em rede, típica da produção imaterial, vem surgindo em todas as manifestações da vida social como maneira de entender tudo, das funções neurológicas às organizações terroristas. E porque não incluir aí o turismo? Basicamente reduzido a algumas empresas que atuam em rede com diferentes parceiros comerciais e “bandeiras”, categorias de hotel e salários, de acordo com o

mercado e poder de compra que se localizam. É este o supremo papel de uma forma hegemônica de produção: transformar toda a sociedade à sua imagem, uma tendência que as estatísticas não capturam.

4 TURISMO E SUAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS: O REFLEXO DO GLOBAL SOBRE O ESPAÇO LOCAL

Como pode-se apreender dos capítulos anteriores, o desenvolvimento da atividade turística no Litoral Norte da Bahia segue um rol de políticas, elaborado por agências internacionais que, em última instância, regulam a geopolítica mundial do capitalismo. Como querem Negri e Hardt (2006), a ordem do *Império*. Qualificando, agindo sobre o direcionamento sociopolítico local, direto e indiretamente. Indiretamente através da aprovação, ou não, de financiamento e “selos de boa conduta” ambiental, econômico e social. E, diretamente com a elaboração das diretrizes, programas e políticas do “desenvolvimento sustentável”, da “paz” e dos “direitos humanos” no século XXI. Incluindo-se aí o Brasil e suas políticas para o incentivo do turismo do Nordeste brasileiro, como prova-se o PRODETUR/NE.

Neste contexto, verificou-se o PRODETUR/NE extrapolar as esferas locais do planejamento e financiamento, comprovando-se ser um programa de carácter e direcionamento internacional, incubação do espaço litorâneo do Nordeste aos fluxos globais do capitalismo contemporâneo (BENI, 2010; CORIOLANO, 2009). Um turismo que poderia corresponder a esta nova ordem global emergente, delimitadora dos países em torno da ONU. O reconhecimento desta ordem, por parte dos sociólogos, recai sobre muitos aspectos, mas, essencialmente, sobre o modo que se passa a analisar o presente social, hoje, “globalizado”. Os eventos, fenômenos naturais, humanos, financeiros globais representam cada vez mais efeitos variados e constantes sobre o local (IANNI, 2001). Mesmo a milhares de quilômetros de distância, eventos distintos refletem-se e influenciam-se nos rumos do cotidiano local.

Nesta parte da pesquisa, portanto, argumenta-se para responder ao terceiro objetivo específico do trabalho; analisar as contradições sócio-espaciais potencializadas pelo turismo *resortiano* do Litoral Norte da Bahia. O foco aqui são os reflexos sociais desta condição globalizante, modernizante, produtora do tempo de lazer e do espaço turístico, imposta pelo capitalismo contemporâneo, representado nesta pesquisa pelo turismo do Litoral Norte da Bahia.

Procura-se analisar, assim, a produção do espaço turístico em torno das instalações turísticas do Litoral Norte da Bahia - da Linha Verde (BA-099) e dos

resorts do litoral de Mata de São João, município que desponta com dez *resorts* em 26 km de costa. Com desdobramentos, sobretudo, para a especulação do valor de troca do solo e seu reordenamento. Ocupação desordenada de terras periféricas aos circuitos turísticos. O início do processo de favelização de algumas pequenas comunidades e todos os desafios pertinentes da vivência em tal situação. Embora, tenha-se verificado, no capítulo anterior, os moradores desta “periferia turística”, necessários à operacionalização destes mesmos *resorts*.

Ao final do capítulo, utiliza-se, especificamente, das entrevistas com sujeitos locais e turistas na tentativa de elucidar essas contradições que permeiam, não somente o turismo do Litoral Norte, mas, como objetiva-se verificar, o sistema capitalista contemporâneo como um todo.

Posto desta forma, aquele que se aventurar a analisar as contradições sociais do Litoral Norte da Bahia, em hipótese alguma, poderá fazer isto em separado das contradições que são inerentes ao próprio sistema capitalista. Sistema, este, que opera com toda sua força e forma global sobre o espaço e a sociedade local do Litoral Norte da Bahia através do turismo.

4.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

A análise da produção do espaço turístico, segundo Moretti (2007), não deve estar afastada da análise que se faz do chamado “aumento do tempo livre” no século XXI, entendido como uma das características do processo de constituição da modernidade, aqui, analisado por autores com diferentes perspectivas teóricas De Masi (2000), Souza Santos (1995) e Santos (2008).

De acordo com De Masi (2000) em entrevista ao jornal o Estado de São Paulo, o século XX ficará na história como o século do trabalho, e, muito provavelmente, o século XXI se caracterizará como o século do tempo livre. Isto porque,

[...] as novidades tecnológicas desenvolverão uma boa parte do trabalho executivo atualmente destinado aos trabalhadores. Então o tempo livre aumentará. Esta é uma grande ocasião libertadora dos confrontos do trabalho como dever, obrigação e ideologia.

Nesta perspectiva, o turismo é entendido como uma das grandes possibilidades de atividade econômica para a sociedade do século XXI, mas esta atividade deve ser analisada em sua complexidade inserida na realidade construída por relações sociais desiguais e excludentes. Também, a ideia de que o avanço tecnológico promoverá o aumento do tempo livre e possibilitará a liberdade do homem, em relação ao trabalho, deve ser analisada na perspectiva da sociedade atual, dividida em classes sociais e ideologicamente centrada no consumismo.

Discutindo a questão do aumento da produtividade no trabalho, Boaventura de Sousa Santos (1995), contrariamente à proposição acima descrita, entende que o avanço tecnológico não está promovendo o aumento do tempo livre do trabalho. Citando pesquisa realizada nos Estados Unidos por Juliet Schor, o autor complementa:

Quanto ao argumento da produtividade enquanto geradora de lazer, os dados estão longe de o confirmar [...] ao contrário do senso comum dos economistas e sociólogos, o lazer dos trabalhadores americanos tem vindo a diminuir constantemente nos últimos trinta anos. (SCHOR, 1991).

É evidente que neste período a produtividade aumentou dramaticamente, mas o contexto social em que ela ocorreu fez com que, em vez de reduzir as horas de trabalho, as aumentasse. Esse contexto foi, segundo a autora, caracterizado pela grande fraqueza do movimento sindical, incapaz de lutar pela redução do tempo de trabalho, e pela compulsão do consumo, que transformou os americanos em escravos de um ciclo infernal ganhar-gastar e os levou a aceitar como natural que os ganhos da produtividade se traduzissem sempre em aumentos de rendimentos, e não em menores horas de trabalho, como seria possível.” (SOUZA SANTOS, p. 308-9, 1995).

A internacionalização do capital, possível pelo avanço tecnológico, não foi acompanhada da internacionalização do trabalho que continua regida por legislação e condições dadas localmente. Assim, a diminuição do tempo do trabalho em alguns países não significa a diminuição deste tempo globalmente.

Portanto, a reflexão que cabe aqui sobre a atividade e a produção do espaço turístico, remete a uma análise complexa das mudanças em curso no capitalismo e das suas consequências para a sociedade. A atividade turística desenvolve-se no mundo todo como forma de ocupar o tempo fora do trabalho. Ocupar este tempo

significa inserir o trabalhador no mercado, no consumo: a atividade turística, assim, transforma o tempo do ócio em um tempo aprisionado ao mercado. Os lugares que são definidos para o lazer, na lógica do período técnico-científico, são racionalizados para atender à necessidade de mercantilizar o tempo livre.

Para Milton Santos (*apud* MORETTI, 2007) vivemos um período de emergência do espaço racional. O espaço racional supõe uma resposta pronta e adequada às demandas dos agentes, de modo a permitir que o encontro entre a ação pretendida e o objeto disponível se dê com o máximo de eficácia. Esta tanto depende da técnica contida nas coisas e nas ações. A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados.

Como explica este autor, ocorre a inclusão do espaço na lógica da sociedade moderna:

Na verdade, com o advento do espaço racional, este se torna uma verdadeira máquina, cuja energia é a informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação possível. (MORETTI, 1996, p. 241).

O turismo, nesta perspectiva de racionalização do espaço, participa da transformação dos lugares, viabilizando-os para as ações programadas para o lucro. Nesta lógica, o tempo livre e o espaço são racionalizados. Neste processo o que não pode ser contado, o que não pode ser valorizado mercantilmente e o que não está incluído nas “necessidades” do homem urbano é excluído. A atividade econômica turismo, assume no atual período histórico importância ímpar na economia global. Não é uma atividade nova ou que surge neste final de século. Mas é, após a década de 70 do século XX, com o avanço da tecnologia de informação, de comunicações e de transportes, que esta atividade atinge praticamente todos os lugares do mundo e têm significativa importância no comércio internacional (MORETTI, 2007).

A inclusão de novos locais no mercado, como característica da atividade turística, está articulada aos parâmetros da economia mundial baseada na ampliação espacial do consumo e na inclusão de segmentos das sociedades locais na divisão internacional do trabalho gerada pelo período técnico-científico informacional (SANTOS, 2008).

A crescente importância econômica do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. Para que o turismo possa acontecer, na lógica de uma atividade econômica organizada, faz-se necessária a criação de um sistema de objetos que estão relacionados à locomoção de pessoas, hospedagem, alimentação, etc. O conjunto resultante desse sistema de objetos, ações e valores (SANTOS, 2007a) requeridos pelo uso turístico do espaço distingue o lugar turístico da atualidade dos “outros lugares”.

O espaço como categoria de análise é uma grande temática que vem concentrando estudos em diversas áreas do conhecimento, mas, sobretudo na geografia social humana, principalmente, a partir da última metade do século XX, com relevante contribuição e obrigatória fundamentação teórica no baiano Milton Santos. Segundo este autor, distante de ser considerado como algo estático, o espaço é altamente dinâmico e também a base que fundamenta o próprio cidadão, sua historicidade e sua cultura. Ou seja, existe reciprocidade entre o espaço e as pessoas que nele habitam. Um não se constitui sem o outro.

O espaço, portanto, corresponde aos conflitos e pressões internas e externas que caracterizam essa sociedade, refletindo em suas metamorfoses as sínteses dessas lutas históricas (SANTOS, 2008b). Cada espaço, pois, tem variáveis internas e externas como quer Milton Santos (2008b). A organização da vida em qualquer parte do espaço depende da imbricação desses fatores, da materialização de lutas históricas. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento em que impactam sobre o espaço são externas, mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização (SANTOS, 2008b).

Segundo Cruz (2000), outra face da dimensão espacial do turismo diz respeito ao fato de ser a única, dentre as atividades econômicas modernas, que consome elementarmente o espaço. E, dessa característica que decorrem suas mais fundamentais especificidades, como a fixidez do produto (o atrativo turístico) e a conseqüente necessidade de deslocamento do consumidor até o produto a ser consumido. A fixidez do produto constitui um dos vetores que orientam a lógica da organização espacial requerida pela atividade. E, como a demanda do uso turístico de um dado espaço, é sempre exterior, essa organização tem invariavelmente uma razão de ser fundamentada em componentes exógenos.

Para Luchiari (1999 *apud* CRUZ 2000, p.264), o turismo constitui uma “força motriz e um fenômeno explicativo da manifestação do mundo no lugar”. Apreender a lógica da apropriação e transformação de espaços pelo turismo na atualidade carece da consideração dessas externalidades. Portanto, a nova organização espacial imposta pelo turismo não tem apenas uma conotação de novidade. Ela implica mudanças, transformações, adaptações, novas relações, novos sentidos na vida dos moradores desses lugares.

Essa nova organização exógena, global, traz consigo, por exemplo, seus respectivos valores “modernos”. No caso das políticas regionais do turismo para o Litoral Norte da Bahia, essa modernidade verifica-se relativa, necessariamente, porque o turismo não representa a totalidade da produção social regional. Entretanto, como não existe planejamento ou a integração das políticas do turismo com outras políticas setoriais (urbana, transporte, dentre outras) essa modernização restringe-se aos limites que uma política de turismo, isolada, pode chegar.

Em geral, como destaca Cruz (2000), o modelo de desenvolvimento turístico adotado pelas políticas de turismo do Nordeste é baseado na criação de polos e corredores turísticos. Os corredores turísticos, diz Becker (1995, p.23), “são considerados de grande importância, uma vez que neles circulam os fluxos de visitantes que demandam os polos regionais”.

A rodovia Linha Verde (BA-099), dentre outras no Nordeste, é um meio instituído com a finalidade de se atingir a criação e a consolidação de polos e corredores turísticos previstos pelo PRODETUR/NE. Ao longo da Linha Verde já estão implantados mais de uma dezena de resorts com serviços de hospedagem e lazer, enquanto outros aguardam licenciamentos, compondo no final do processo, os polos e corredores que se objetiva criar.

As rodovias implantadas e/ou modernizadas em razão do turismo são como aeroportos, instrumentos viabilizadores dos fluxos e de pessoas e de mercadorias que servem a esses lugares turísticos. Essas rodovias, porém nascem recheadas de ambiguidades, como grande parte dos projetos unilaterais de ocupação do espaço. No Brasil os projetos desse porte surgem para servir demandas específicas da sociedade. E uma destas contradições reside no fato de que as rodovias, tal como os aeroportos, não são de uso exclusivo do turismo, sendo assimiladas por outros usos do território que não o turístico.

Rodovias turísticas, equipamentos de lazer e serviços locais que surgem, ampliam-se ou aperfeiçoam-se para atender à demanda turística e são absorvidos pelo uso cotidiano de residentes e passantes. Os objetos turísticos menos elásticos são os meios de hospedagem. Dito isto, se pode abstrair que a inflexibilidade no uso de territórios turísticos não decorre apenas da natureza dos objetos aí presentes, mas também e fundamentalmente das ações que lhe comandam e do ordenamento espacial imposto.

Os megaprojetos turísticos do Nordeste constituem, essencialmente, megaprojetos hoteleiros, toda infraestrutura (estradas de acesso, saneamento básico, comunicações) que os acompanha tem um caráter de complementariedade à infraestrutura de hospedagem que os caracteriza. Daí a refratariedade dos espaços apropriados por esses projetos relativamente ao seu entorno, a um uso que não o uso turístico (CRUZ, 2000).

Outro paradoxo, imanente das rodovias turísticas e que verifica-se, também, no Litoral Norte da Bahia com a Linha Verde (BA-099), é o fato de que, se por um lado surgem para unir lugares, de outro, as rodovias, separam, fragmentam, segregam lugares e pessoas.

A Linha Verde tornou-se uma fronteira a delimitar os territórios do turismo, distinguindo-os de seu entorno. Entre a Linha Verde e o mar está a porção do espaço que cabe ao turismo. O que está do lado do interior do continente pode ou não tecer relações com os territórios do turismo. Essencialmente, neste espaço do interior que habitam os trabalhadores do turismo, segregados e migrantes que formam a mão-de-obra barata e desqualificada do Litoral Norte da Bahia, mais um contraste aos que recebem este Litoral pela mídia.

Considerando a complexidade destas transformações no local, as análises da relação capital-trabalho devem superar a simples quantificação do número de empregos gerados pela atividade turística em locais onde a economia se apresenta estagnada. É imperativo refletir sobre as formas que o trabalho assume na atividade turística e em cada local especificamente.

É destacado por diferentes segmentos (Estado, empresas, mídia, etc) a importância do crescimento da atividade turística para as regiões consideradas pobres economicamente, mas com grandes potencialidades turísticas, em

consequência da existência, nestes locais, de atrativos naturais, que, na perspectiva do ideário dominante sobre a relação sociedade-natureza, são considerados exóticos. Nesta perspectiva, estas paisagens transformam-se em recurso quando exploradas racionalmente, possibilitando a melhoria das condições de vida da população local. Esta simplificação analítica esconde a importância da atividade turística no contexto das transformações verificadas localmente, mas articuladas à globalidade, e retira o turismo do contexto geral da reprodução capitalista.

Portanto, esta atividade humana deve ser entendida no contexto geral de consumo e produção da natureza, que é consumo e produção de espaço. A natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado. É neste contexto que o turismo caracteriza-se como expressão da expansão de poder econômico e, também, de suas contradições no Litoral Norte da Bahia. Pois, representa apenas uma das inúmeras e possíveis formas que o capital poderia incorporar para se reproduzir frente ao mercado. Ao se eleger o turismo como principal sistema produtivo local, acaba-se, principalmente, por minuar potenciais sistemas produtivos baseados na cultura e meio ambiente locais.

Sinteticamente, verifica-se, a seguir, um pequeno apanhado da produção espacial do turismo e expropriação de terra no Litoral Norte da Bahia, a partir do PRODETUR/NE, anos 90, como parte das contradições sociais do turismo no Litoral Norte da Bahia.

4.2 TURISMO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

No dia 17 de dezembro de 1993, o então Governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM), em frente ao marco monumental dedicado a BA-099, a Linha Verde - na entrada de Praia do Forte, inaugurava a primeira estrada “ecológica” do Brasil. Uma obra viabilizada pelo PRODETUR/NE, ligando aquela praia, no município de Mata de São João, à novelesca vila de Mangue Seco no município de Jandaíra (CASA DA TORRE, 2011) (Veja-se figura 11).

Figura 11 – Inauguração da BA-099, a Linha Verde



Fonte: Correio da Bahia (1993 apud FUNDAÇÃO CASA DA TORRE, 1995).

Num ato solene, ACM, hoje já falecido, proclamou as seguintes palavras;

[...] A História do Brasil está sendo reescrita [...] Há exatamente 445 anos, o rei de Portugal - D. João III - assinava o Regimento de 17 de dezembro de 1548, entregue ao primeiro governador geral Tomé de Sousa. Seguindo este mesmo caminho, partindo da colina de Tatuapara, por aqui passaram os conquistadores e colonizadores do Nordeste, liderados por Garcia D'Ávila, seguindo o plano de ocupação do Brasil [...] Hoje repetimos a conquista, seguindo o mesmo caminho, através do Turismo [...] (FUNDAÇÃO CASA DA TORRE, 1995).

Antes de inferir sobre a produção do espaço turístico do Litoral Norte da Bahia e suas principais contradições sociais materializadas em torno da construção da Linha Verde (BA-099) e dos *resorts* do município de Mata de São João. Vale refletir sobre as palavras proferidas pelo governador.

Pois, se a história “está sendo reescrita pelo turismo”, não estaria esta, se desenrolando com características semelhantes a que costumou o passado colonial; mediante posse e renda monopolista da terra e a inserção dos sujeitos às regras da

divisão internacional do trabalho, salvo os diferentes estágios do sistema capitalista e suas praticas?

Para auxiliar nesta resposta, a pesquisa de Diniz (2007), caracterizando os agentes históricos externos, datados do século XVI até o XVIII, pode ser útil. A autora distingue, com propriedade, o Litoral Norte da Bahia por conflitos sangrentos com indígenas e por maus-tratos a escravos africanos. Conflitos iniciados por Garcia D'Ávila e outros fazendeiros de gado ao se adentrar do mar ao sertão. Conflitos que culminaram nas guerras dos bárbaros, entre as décadas de 1650 a 1680, na região do Rio São Francisco e no extermínio de vários grupos indígenas, do final do século XVII ao início do século XVIII. Segundo a autora, a expansão das fazendas pelo interior estava calcada no controle da terra e dos índios para auxílio na defesa e como fonte de mão-de-obra (DINIZ, 2007).

Hoje, os novos “colonizadores e conquistadores” do Litoral Norte da Bahia, curiosamente, em sua maioria, são espanhóis e portugueses. Capitais internacionais que não matam, nem escravizam mais índios e negros. Entretanto, o mesmo, verificado anteriormente, que assenta este espaço e sua gente, outra vez, sob as tutelas do mercado e da divisão internacional do trabalho.

Desde os anos 70, com a instalação da primeira pousada em Praia do Forte, lugar para minguados aventureiros em busca de natureza e liberdade, “paz e amor”, menos de três décadas foram suficientes para transformar a região numa *zona turística*²⁰ internacionalmente reconhecida. Hoje, o Litoral Norte da Bahia tem sua imagem associada à de lugares paradisíacos e de forte apelo ecológico que traduz as ideologias e tendências globais de apropriação, ordenação e gestão territorial visando atender as crescentes demandas da sociedade globalizada (GOMES, 1997, p.173). Aqui imagens podem “falar” mais que palavras (Veja-se figuras 12, 13, 14, 15 e 16).

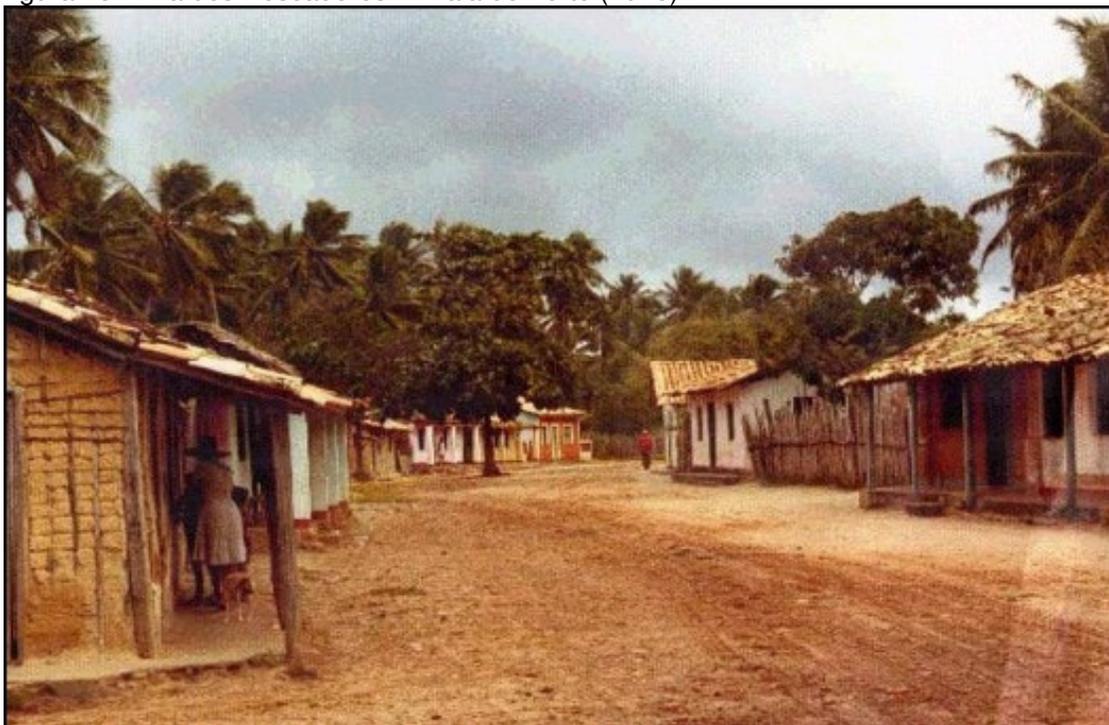
²⁰ Segundo Boullón (2002), zona turística corresponde a maior unidade de análise e estruturação do universo espacial turístico de um país. Sua extensão é variável em função da disposição dos atrativos turísticos e do território. Mas para que exista uma zona turística, no mínimo dez atrativos turísticos devem estar suficientemente próximos, sem especificar o que isso significa em distância ou tempo. O território do Litoral norte da Bahia está todo ele incorporado pelo poder público na zona turística da Costa dos Coqueiros.

Figura 12 - Fotos da Praia do Forte – (1930)



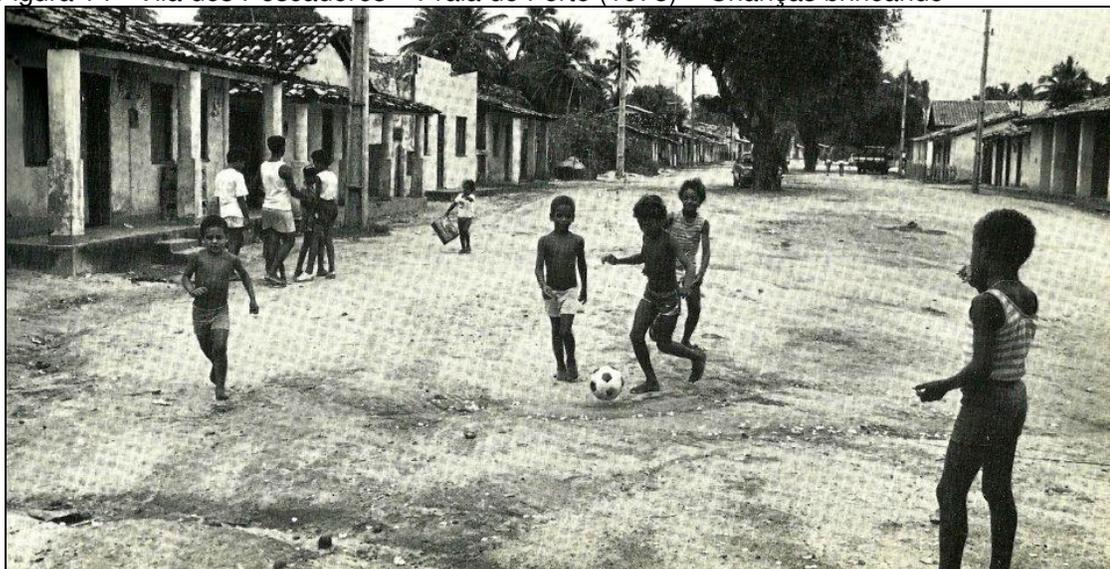
Fonte: Adriano Paiva.

Figura 13 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (1973)



Fonte: Adriano Paiva.

Figura 14 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (1973) – Crianças brincando



Fonte: Adriano Paiva.

Figura 15 – Vista aérea da Praia do Forte (2010)



Fonte: *Fly and Fun* (2010).

Figura 16 - Vila dos Pescadores – Praia do Forte (2011)



Fonte: Próprio autor (2011).

Os números do turismo, como indicados anteriormente nesta pesquisa, respondem por um volume importante de capital e postos de trabalho no mercado mundial e brasileiro. E esta sedução matemática dos números é que pode levar a elucubrações estatísticas – reveladoras de certo grau de emocionalismo (RODRIGUES, 1998) de alguns pesquisadores – que sombreiam, empobrecem, mascaram fatos que, supostamente, deveriam contribuir para revelar.

A importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o reordenamento do espaço para sua realização (CRUZ, 2000).

Para melhor contextualizar as transformações econômicas e conflitos, necessariamente, sociais no espaço do Litoral Norte da Bahia objetivado nesta pesquisa, vale ressaltar que este espaço foi historicamente estruturado a partir da agropecuária extensiva, estando a atividade industrial de peso circunscrita à prospecção de petróleo em Mata de São João, somente, em meados do século XX (CONDER, 1993).

Salvo um documento encomendado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), o *Plano de Manejo da Área de Proteção*

Ambiental do Litoral Norte (APA/LN), muito pouco material é encontrado sobre a situação socioeconômica do Litoral Norte da Bahia no século XX.

O Plano de Manejo da APA/LN, concluído em 1993, meses antes da BA-099 ser inaugurada, a famosa Linha Verde, elaborado pelos técnicos da CONDER, destaca-se, então, por guiar os trabalhos de preservação e proteção do meio-ambiente local em torno desta rodovia, mesmo com incoerência. Mas, principalmente por realizar um levantamento geral e detalhado das questões da terra, econômicas e sociais de todas as comunidades presentes na APA/LN. Alertando para as complexidades do espaço e suas múltiplas configurações, principalmente, ambientais e geográficas, importantes para economia local e sustentabilidade ambiental com construção da Linha Verde.

Segundo este documento, a falta de acesso pelo litoral, fez com que os centros de consumo e comércio se desenvolvessem, maiormente, no interior. A despeito da presença de outras atividades econômicas, a exemplo do reflorestamento em Inhambupe, Entre Rios, Esplanada, Conde e Itapicuru, na década de 70, que colocou em cena novos interesses e atores na região, o que de fato conferiu identidade a região, até 90, foram as grandes fazendas de gado, cana e coco. Tradicionalmente, a área teria abastecido Salvador e regiões circunvizinhas com carne, leite, derivados da cana, lenha, coco e laranja. Mas, fundamentalmente, como ocorrem com as áreas de vocação agrícola, as culturas se alternam ao longo dos anos ao sabor dos incentivos e vantagens do mercado (CONDER, 1993).

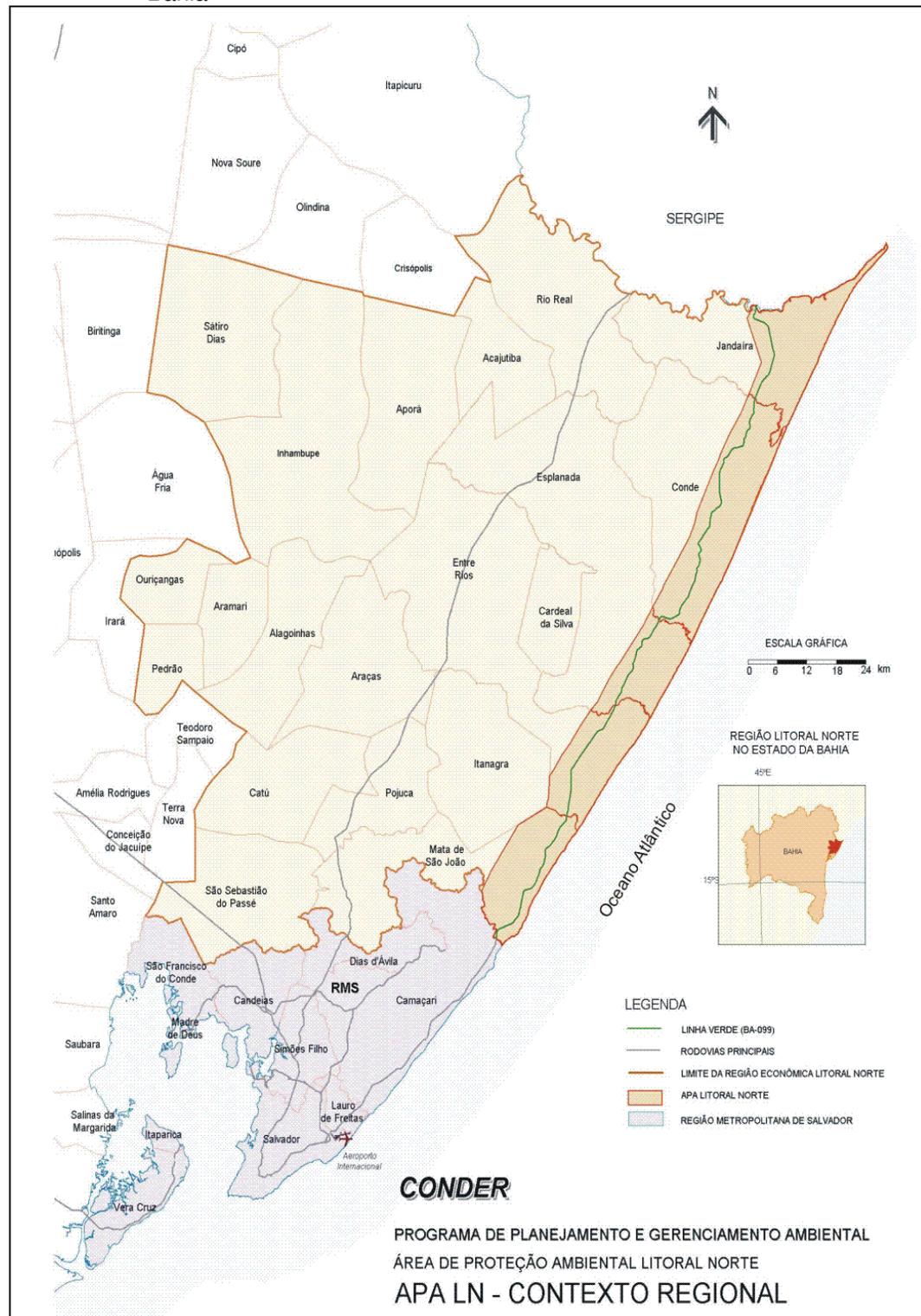
Para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER, 1993) o Litoral Norte da Bahia apesar da localização privilegiada e potencial em termos de recursos naturais caracterizava-se por possuir uma economia em processo de estagnação e ser “uma região atrasada, na qual predominam relações sociais tradicionais que, ao longo de décadas, moldaram o agreste baiano”. Na faixa litorânea da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN) tinha uma população ainda mais rarefeita, localizada em pequenos povoados, sendo Conde o único município a possuir sua sede nesta área.

No conjunto, estimava-se a população da faixa litorânea em torno de 25.600 habitantes. A APA-LN estende-se do Rio Pojuca ao Rio Real, numa área de aproximadamente 1.400 km², com 142 km de extensão e 10 km de profundidade, no

sentido leste-oeste, abrangendo cinco municípios da região: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra (MATTEDI, 1999) (Veja-se figura 17).

A forte presença de povoações com algumas dezenas de casas foi uma referência importante com relação ao padrão de urbanização observado na área da APA/LN. O fato de que mais de 2/3 das nucleações tradicionais encontrarem-se a uma distância inferior a 4 km do mar, refletia uma estreita ligação de seus habitantes com a pesca e atividades extrativistas, o que induz, no parecer do Plano de Manejo da APA/LN, “a adoção de medidas de controle rigoroso face à pressão imobiliária na faixa mais valorizada da APA” (CONDER, 1993).

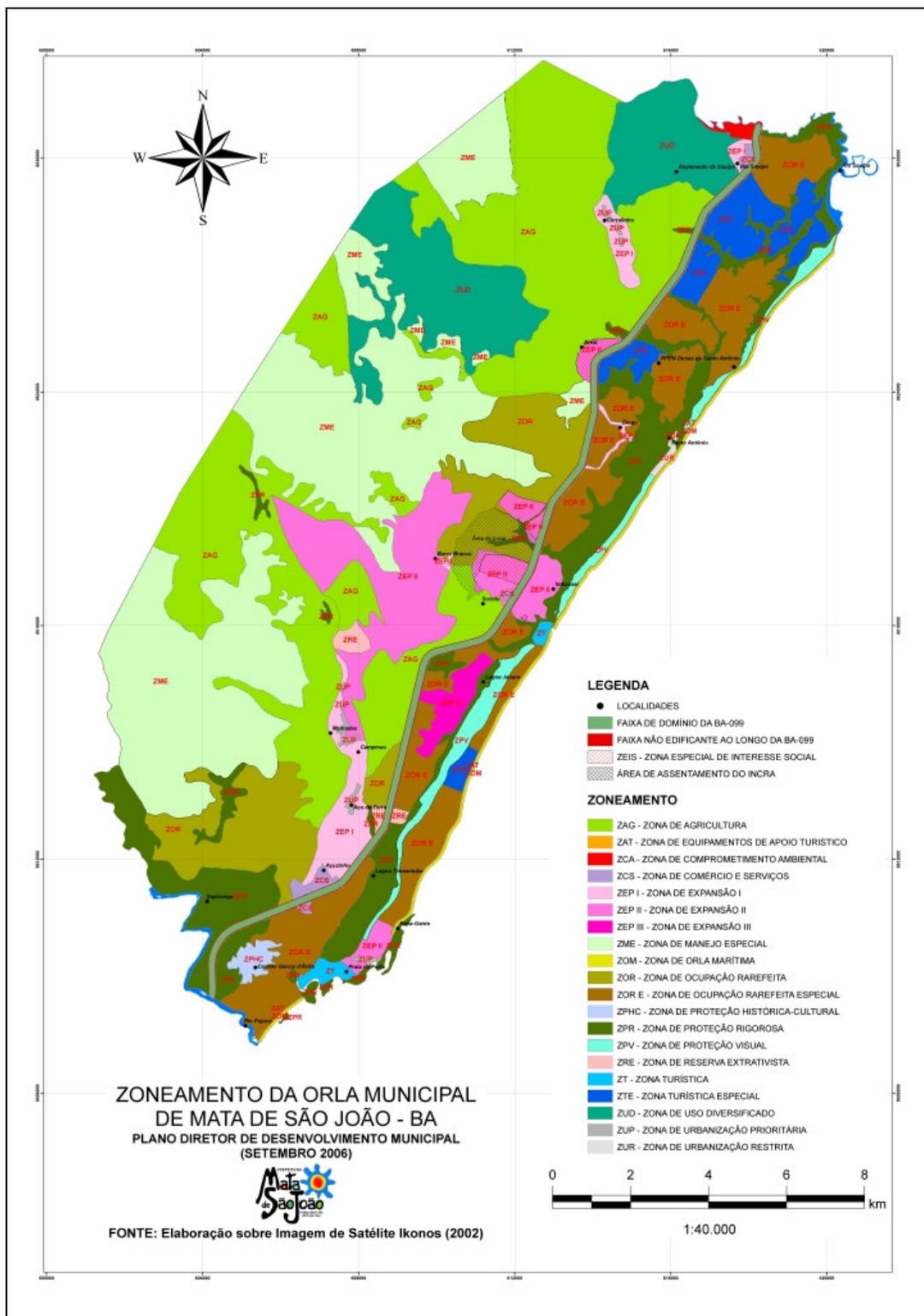
Figura 17 – Contexto Regional da Área de Proteção Ambiental, APA do Litoral Norte, Bahia



Fonte: Conder (2001 apud SASAKI, 2007).

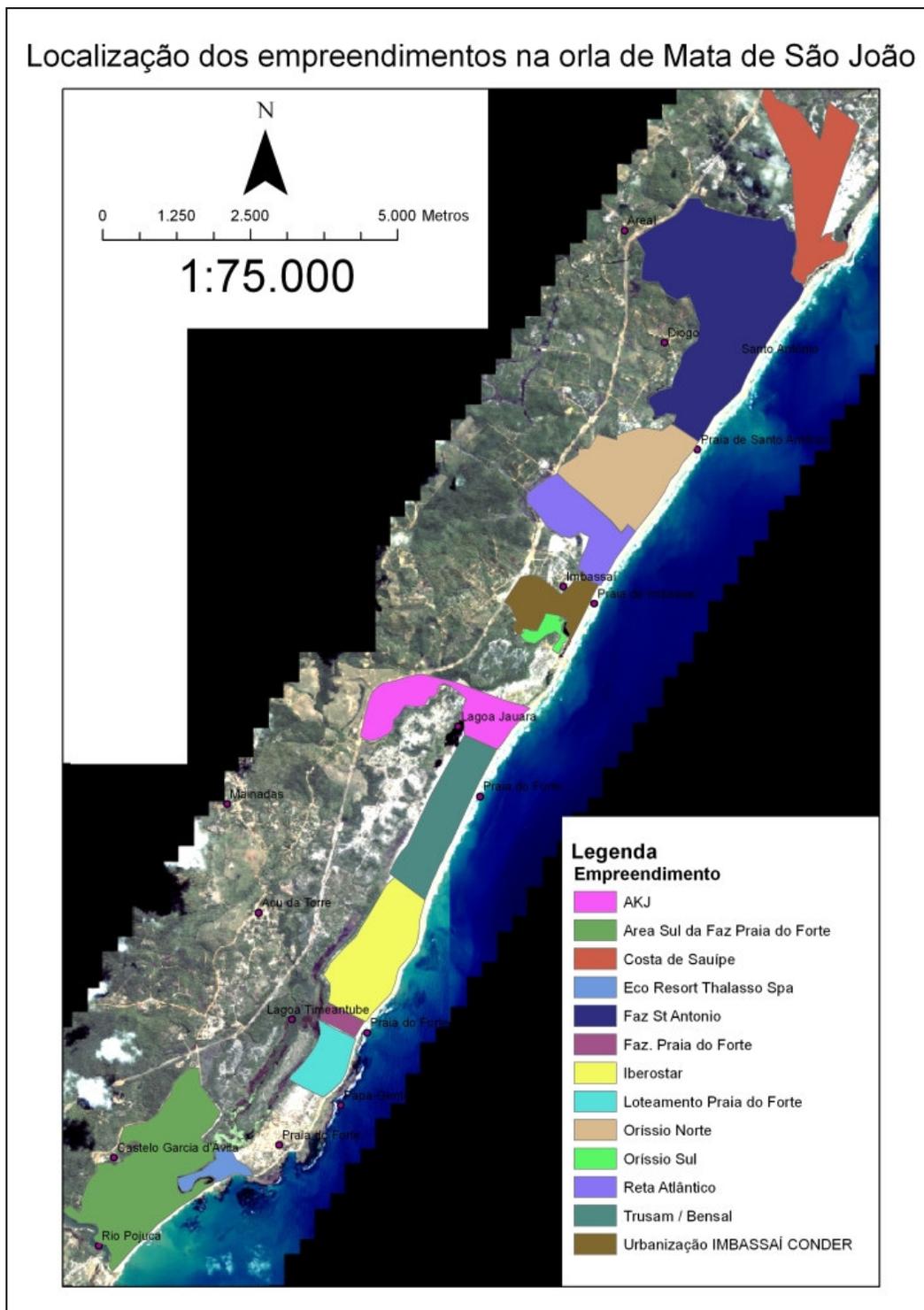
Lembrando que nesta pesquisa não se tem a intenção de discutir a efetividade das resoluções da APA/LN. Contudo, pode-se, de toda forma, afirmar que o Plano de Manejo, apesar das relevantes informações, já nasce contraditório. Pois, se, por exemplo, realizar-se uma sobreposição de imagens entre as diferentes Zonas de Proteção Ambiental, estipuladas pela APA/LN, limitando-se espacialmente ao litoral do município de Mata de São João, (Veja-se figura 18) e a imagem dos *resorts* instalados, ou em processos de licenciamento neste Litoral, (Veja-se figura 19). Para esta mesma área, verifica-se que empreendimentos ocupam, maiormente, as *Zonas de Ocupação Rarefeita-Especial e Zonas de Proteção Rigorosa*. Que segundo, este mesmo documento, compreendem *zonas* que contém áreas de recarga de aquíferos, terraços marinhos e fluviais, terrenos ondulados e arenosos e áreas onde ocorrem, de forma conservada, vegetações típicas de regiões costeiras, relacionadas, principalmente, a mananciais superficiais e subterrâneos de abastecimento (CONDER, 1993).

Figura 18 - Zoneamento da Orla Municipal de Mata de São João/BA



Fonte: Prefeitura de Mata de São João (2006).

Figura 19 – Localização dos empreendimentos na orla do município de Mata de São João, Bahia



Fonte: Prefeitura de Mata de São João, (2008).

Quanto a atividade turística no Litoral Norte da Bahia, até meados da década de noventa, esta era de pequena escala – exceto em Praia do Forte - e estava restrita às comunidades litorâneas que inicialmente dispunham do mar e dos mangues para alimentar-se, bem como das fontes de fibra para o fabrico de todo o tipo de material e moradia, inclusive pequeno artesanato a ser vendido aos poucos turistas que se aventuravam nesta região, ainda sem acesso fácil para os carros de cidade. Praia do Forte era uma exceção, pois já contava com uma atividade turística bastante consolidada para os padrões da época, devido ao um projeto audacioso e pioneiro no Brasil, que inaugura a especulação imobiliária nesta região em 1980 (CONDER, 1993).

Passados aproximadamente vinte anos do início dos incentivos que levaram o capital a fluir a partir da construção da Linha Verde, legitimado pelo PRODETUR/NE. No Litoral Norte da Bahia não é segredo que um poderoso Fundo de Pensão brasileiro, bancos espanhóis e portugueses, associados a construtoras e redes hoteleiras multinacionais, compraram boa parte da faixa litorânea para empreender unidades turístico-residenciais contrastantes com a paisagem e cultura, onde os desafios sociais tratar-se-á de expô-los agora.

Os desafios impostos às comunidades locais com a construção da Linha Verde e a chegada do turismo de massa no Litoral Norte são coerentes com o volume crescente de capital investido por grandes agentes internacionais, com desdobramentos sobre pequenas comunidades onde a maioria mantivera cultura de subsistência até a chegada desses empreendimentos, mas para formação de novos espaços destinados ao menos favorecidos.

Construída nos anos 90, com recursos do BNDES e como parte dos projetos do PRODETUR/NE, mas principalmente para quebrar uma barreira física de acesso ao espaço pelo capital turístico, que já se assanhava neste Litoral desde a “época de Klaus Peter”, anos 80.

A Linha Verde, vinte anos depois, é uma linha, sobretudo, material e divisória de classes do Litoral Norte da Bahia. E se a atual tendência de duplicação da Linha Verde, verificada no percurso que a antecede até a capital Salvador, na Estrada do Coco, se confirmar, a situação pode se tornar ainda mais grave. A duplicação daquele trecho avançou sentido norte até o Rio Pojuca, marco territorial limite entre os municípios de Camaçari e Mata de São João, onde, de fato, começa o espaço do

Litoral Norte turístico da Bahia. Avançou, mas mediante pedágio e incentivos do próprio governo, indicando intenção favorável econômica e política para a duplicação do restante da via que vai até limite com o estado de Sergipe (Veja-se figura 20).

Figura 20 – Placa indicativa do financiador da Concessionária Litoral Norte S/A. Empresa responsável pela duplicação da Linha Verde



Fonte: O próprio autor, (2011).

Percebe-se, também, mais grave com a duplicação da Estrada do Coco, é que o projeto menospreza o movimento e a interação entre comunidade que se localizam frente a frente, mas em lados opostos da via. Há falta de passarelas e sinalização segura para os pedestres que lutam contra o tráfego de carros que avançam a mais de cem quilômetros por hora. Os retornos localizados em média dois (02) quilômetros km distantes de cada comunidade, ao contrário de uma rótula bem sinalizada entre comunidades que se localizam frente a frente. E, tudo isso, tem causando necessariamente uma imobilização social. Cada um dentro do seu novo espaço, mesmo que de maneira tímida, mas com tendência ao agravamento total. Situação já verificada em regiões mais próximas a Salvador, como em Lauro de Freitas que passou pelo mesmo processo nos anos 80. Existe uma imposição de dificuldades para o livre trânsito entre moradores “ribeirinhos” das vias duplicadas. Estes estão isolados a própria sorte (Veja-se figuras 21, 22, 23 e 24).

Figura 21 – Linha Verde (detalhe das bandeiras portuguesa e espanhola)



Fonte: O próprio autor, (2011).

Figura 22 – Obras de duplicação da Linha Verde



Fonte: O próprio autor, (2011).

Figura 23 – Obras de duplicação da Linha Verde



Fonte: O próprio autor, (2011).

Figura 24 – Placa alocada pelos moradores de Areal, na Linha Verde



Fonte: O próprio autor, (2011).

Na Linha Verde é onde encontra-se, também, os complexos turísticos do tipo *resort*. Estes empreendimentos são pouco dependentes dos espaços do seu entorno, com exceção dos seus funcionários. Entretanto, podem começar a depender menos ainda com o agravamento de uma situação que tem segregado socialmente o espaço. Esses resorts são concebidos para serem autossustentáveis e, para isso, seguem um rígido sistema de gestão, internacionalmente padronizado. Oferecem ao visitante todo o tipo de serviço que ele possa necessitar, de modo que se torne desnecessário qualquer contato com o mundo exterior, a não ser através dos trabalhadores locais.

Simulacros, bolhas, não-lugar, ilhas da fantasia, ou como quer se designe este modelo turístico implantando no Litoral Norte da Bahia, esses lugares estão repletos de pessoas, temporariamente turistas e trabalhadores. Como lembra Yázigi (1998), não se é turista, se está turista. Então, se está falando de pessoas e lugares e não são esses lugares que constroem as pessoas, mas o contrário. Os lugares e o próprio trabalho são anseios e necessidades de uma dada parcela da sociedade mundial que talvez não seriam turistas ou não trabalhariam ali, dado sob estas condições. A crítica a um modelo segregador de uso de territórios pelo turismo deve reconhecer, portanto, que o que está em pauta são relações entre os homens.

Para Paiva (1995) a apreciação do turismo não pode ser abstraída das condições históricas de dependência, nem das contradições socioeconômicas do país que são reproduzidas no turismo. Para os países subdesenvolvidos que veem no turismo uma alternativa econômica, essas indicações demonstram que o turismo, ao ser encarado como setor econômico, não passam ao largo da divisão internacional do trabalho, gerando conflitos e ajustes entre as classes sociais e os territórios do capital.

Enquanto verifica-se que as novas correntes do turismo apontam para atividades de baixa densidade, alternativas, como o turismo comunitário, defendido por Coriolano (2006), em que as comunidades de forma associativa organizam o turismo local e detém o controle da terra e das ações que envolvem a atividade. No Litoral Norte da Bahia, ao contrário, multiplicam-se os volumosos ambientes elitistas, estanques e predatórios, denominado de *resorts*, mesmo sob as diversas condicionantes sociais e ambientais instituídas pela APA-LN.

Como observa Coriolano (2006, p.97), para os megaempreendimentos turísticos, “lugar não é a comunidade, apenas um simples polo receptor de visitantes, por isso desconhecem a presença dos habitantes e negam a história local.” O Litoral Norte da Bahia vem se despontando como grande receptor desses investimentos na área turística, nos moldes como já ocorre com os destinos da América Central. Investidores internacionais, aproveitando-se da conjuntura política e econômica que favorece novamente a expansão do capital em países subdesenvolvidos, especulam o litoral nordestino para a implantação de megaprojetos turístico-residenciais, permeado de experiências, comprovadamente, falhas em todo o mundo (CORIOLANO, 2006), inclusive no Litoral Norte da Bahia.

Os investimentos privados no turismo baiano estão cada vez tendo maior destaque. No ano de 2010, por exemplo, a *Revista Bahia Oportunidades*, da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Governo da Bahia (SICM, 2010), divulgou com entusiasmo, o valor previsto de US\$ 5,8 bilhões em investimentos privados na área hoteleira, durante os próximos sete anos no estado. Já em 2011, segundo a SETUR, os aportes previstos nesse segmento para a Bahia até 2017 chegariam a US\$ 5,9 bilhões (em torno de R\$ 9,7 bilhões). Alvarez (2011) cita que de acordo com secretário Domingos Leonelli “são cerca de 70 empreendimentos, incluindo ampliações e novos equipamentos”, informa ainda que de acordo com o Leonelli “o fato de o estado ser privilegiado geograficamente já justifica boa parte do fenômeno”. E cita que Leonelli aponta ainda, como destino favorito dos investidores, o Litoral Norte. É nessa região, que segundo Alvarez (2011) o Secretário Leonelli diz, “que o grupo espanhol Iberostar escolheu para implantar um complexo com três hotéis de luxo, num investimento total de US\$ 250 milhões, dos quais US\$ 90 milhões ainda serão injetados.”

Ainda, de acordo com a Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR, 2011), nos últimos três anos, nove empreendimentos foram inaugurados em Salvador e no Litoral Norte, com aplicação total de US\$ 160 milhões - um valor bem abaixo para o previsto nos próximos sete anos (US\$ 3 bilhões). Ao todo na Bahia, em 2010, existiam 60 projetos, de grande porte, na área hoteleira em fase de aprovação. Desse montante, US\$ 3 bilhões seriam investidos exclusivamente no Litoral Norte do estado, representando mais dez empreendimentos de grande porte até 2017.

Todos esses dados são oficiais e podem dar dimensão dos desafios ambientais e sociais num futuro próximo. Fora os investimentos privados, outro montante significativo é despendido pelo Estado na implantação de infraestrutura de acesso, saneamento básico e qualificação profissional dos moradores das comunidades que circundam os grandes empreendimentos turísticos. Os aportes públicos, seguindo orientações do PRODETUR/NE, são intermediados pelas prefeituras locais e o governo do estado. É uma política de atração de investimentos que preenche o discurso desenvolvimentista do Estado elegendo o turismo como único caminho da redenção.

Assim, é que regiões litorâneas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, pescadores, comunidades tradicionais, os chamados nativos, sofrem um processo lento e massacrante de expropriação de suas terras para dar lugar às segundas residências, aos grandes *resorts*, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes, e demais equipamentos turísticos (CORIOLANO, 2006).

O turismo deve ser pensado como uma forma de inclusão das sociedades historicamente desfavorecidas e não sacrificar ainda mais essas populações, como vem ocorrendo no Litoral Norte da Bahia, onde a atividade tem intermediado exclusivamente a relação capital-trabalho. O Estado, que deveria representar um duplo compromisso entre a esfera de poder político e de poder não político, nos planos das estruturas locais e das estruturas internacionais de poder, funcionando como mediador entre os interesses corporativos do capital e os interesses personalizados dos trabalhadores (PEDRÃO, 2009), incentiva o grande capital, que segue o modelo *Cancún*.

O estudo de López (2001 apud CORIOLANO, 2006), demonstrou que no México (Cancún, e Los Cabos), o plano do governo de incentivar grandes empreendimentos nos centros turísticos do interior, como forma de promover ascensão da renda, emprego e diminuição das desigualdades sociais entre centro e periferia, não funcionou. O estudo conclui que os fundamentos teóricos do modelo europeu que não tem aplicabilidade naquele país. E a estratégia adotada pelo governo mexicano, só reproduziu o sistema de dependência com o exterior, pois baseiam seu êxito nos capitais transnacionais, representado pelos grandes *resorts*.

Os *resorts* são configurações espaciais mais elitizadas e localizadas, preferencialmente, em áreas naturais preservadas, muitas vezes, distantes da

urbanização. Esses empreendimentos que tendem a espalhar-se pelo Litoral Norte baiano, reproduzem de forma medíocre a paisagem e cultura local, formando um mundo isolado que utiliza de todos os meios para reter o turista, sem dar-lhe a chance de sair desses ambientes. Assim, acabam por limitar toda a experiência do visitante, mas, principalmente, os benefícios que o turismo pode proporcionar para as comunidades que se viram invadidas por esses enclaves econômico e social. (CORIOLANO, 2006).

Além da ambientação falsificada e padronizada, que vai das linhas arquitetônicas a disposição dos móveis internos, nos *resorts* a relação turista-morador é fragmentada e se dá, unicamente, de forma comercial, servil e submissa. Raramente, o turista é incentivado a sair desses lugares, forçado a viver ao som ambiente dos pássaros e insetos que costumavam ocupar aquele espaço, mas agora tocam num MP3, ou pior no volume máximo com canções de gosto duvidoso. Tudo está ao seu alcance e incluído na diária do hóspede – refeições, bebidas e entretenimento, diária *all inclusive*, limitando em uma competição desbalanceada os possíveis ganhos da comunidade local ao servir este turista. O tempo e o espaço dentro desses *resorts* são reproduzidos às condições da vida moderna exógena, preenchido de forma integral, não há espaço e nem tempo para sair de uma rotina pré-estabelecida, a não ser com muito esforço (Veja-se figuras 24, 25 e 26).

Inspirados no modelo americano e europeu, os empreendimentos do Litoral Norte da Bahia, também agregam condomínios de luxo, onde os investidores potencializam seus lucros promovendo especulação imobiliária com a compra e venda de terrenos e casas de alto valor agregado para a passagem de curta temporada de férias. Esta manobra tem beneficiado àqueles que detêm capital em detrimento de uma maioria local deficitária, que não tem alternativa a não ser vender suas terras e recomeçar o caminho de suas vidas do outro lado da Linha Verde. Esses condomínios, originalmente, arquitetados para um mercado que ainda não se consolidou no Brasil, o de turistas internacionais, desfrutam dos serviços e das instalações do resort adjacente.

Figura 25 – Vista aérea do complexo hoteleiro Costa do Sauípe



Fonte: Costa do Sauípe S/A, (2011).

Figura 26 – Iberostar Praia do Forte



Fonte: Iberostar, (2011).

Figura 27 – Grand Palladium, Praia de Imbassaí



Fonte: Grand Palladium Hotels, (2011).

Proprietários brasileiros, ricos emergentes, se viram forçados a aprender o *swing*, não do *axé music*, mas de um esporte extremamente exótico para o país do futebol, o *golf*. Entre “tacadas e buracos”, os campos de *golf* do Litoral Norte - dois em funcionamento, um em construção e pelo menos mais cinco em projeto - tem recebido fortes críticas dos ambientalistas e de associações comunitárias, por constituírem-se como imensos “desertos verdes”, que estando sobre dunas de areia, “sugam” o lençol freático de uma região extremamente carente de recursos hídricos, para manter verde, sob o sol escaldante do verão baiano, a grama que somente alguns podem pisar (Veja-se figuras 27, 28 e 29).

Figura 28 – Campo de Golf do Iberostar Praia do Forte



Fonte: Iberostar Hotels, (2011).

Figura 29 – Casa Condomínio Iberostar Praia do Forte



Fonte: Iberostar Hotels, (2011).

Figura 30 – Casas Condomínio Reserva Imbassaí – Grand Palladium Resorts



Fonte: Grand Palladium Resorts, (2011).

Feitas as observações sobre o turismo no Litoral Norte da Bahia e a ideologia que perpassa o seu planejamento, relacionando-o as práticas da capital, é possível afirmar que a ocorrência do turismo nesta região não é um acaso do destino, ou uma dádiva divina concedida por algum dos muitos santos brasileiros à sua gente de fé. Muito menos, fruto da competência dos políticos locais interessados no desenvolvimento da região, não raro confundido com crescimento econômico.

O fluxo migratório de capital público e privado para terras litorâneas do Brasil, principalmente do Nordeste, deve ser entendido como parte de um movimento muito mais amplo e global, com regras e hierarquia de poder bem definidos local e globalmente, orquestrados por agências internacionais, autodenominadas como arautos da democracia, do desenvolvimento, da paz e dos direitos humanos, que dão as regras supranacionais.

O turismo como modalidade do processo de acumulação capitalista tem reproduzido no território do Litoral Norte da Bahia configurações espaciais e da luta de classes, contraditórias, não somente pela ação dos investidores, das empresas, mas, também, pela ação do Estado, dos residentes e dos turistas. Para se

reproduzir, a atividade turística segue a lógica capitalista, onde poucos se apropriam do espaço e dos recursos nele contidos, apresentando-os como atrativos transformados em mercadoria.

4.3 CONTRADIÇÕES DA VIDA LOCAL

Todos os relatos, a seguir, são alguns dos muitos casos e conflitos que repetidamente se sucedem no cotidiano do Litoral Norte da Bahia. Todos, aliás, poderiam ilustrar em menor, ou maior grau, porém, com mesma essência as condições e contradições sociais de qualquer centro urbano ou rural onde o sistema capitalista opera. Espaços, estes, onde o processo de urbanização modela-se para abrigar as forças sintetizantes do capital (PEDRÃO, 2002).

Entretanto, aqui, as contradições abordadas com os entrevistados são entre o discurso oficial do turismo e sua materialização no cotidiano do Litoral Norte da Bahia. Espaço onde o turismo apresenta-se no cenário mundial apenas mais uma metamorfose produtiva do capital, ou seja, apenas mais uma forma que o capital encontrou para se reproduzir.

Tenta-se, portanto, registrar os depoimentos dos moradores destas comunidades, relatando as suas experiências no processo histórico de expropriação da terra. Esses relatos são testemunhas dos vários períodos vividos por essa população, procurando preservar as áreas então ocupadas e trabalhadas, na perspectiva de manter o coletivo.

Durante dois séculos, moradores das fazendas do Litoral Norte da Bahia viveram como se o tempo estivesse parado: plantando fruteiras, fazendo suas roças, criando animais, pagando a renda da terra e vivendo como encarregados das fazendas (DINIZ, 2007). Esse processo encontra-se registrado na memória das populações dessas comunidades e cabe a elas o direito de expor a sua própria geohistória, como fonte incontestável de experiências que retratam a verdadeira história da apropriação desse espaço.

4.3.1 Cena Um – Dona Maria

Maria trabalha, desde a abertura do *resort* que se instalou na Linha Verde, há três anos, como camareira. O trabalho dela era zelar pela higiene dos apartamentos dos hóspedes e por tudo que lá dentro se encontra. Tudo precisa estar em perfeitas condições de uso e higiene. Qualquer cabelo esquecido na banheira de hidromassagem pode gerar uma advertência em seu currículo exemplar. Ela corre para “fazer” todos os apartamentos dentro do tempo estipulado, mas o trabalho não é pouco. No final do dia, sente dores nas costas. Além dos lençóis grandes e pesados que são trocados diariamente, os objetos pessoais dos hóspedes geralmente estão por todos os cantos espalhados. *Ipod, Ipad, Laptop*, celular, tickets de passagem, joias e relógios, etc., nada pode quebrar ou sumir. São coisas que demandariam anos do seu trabalho suado para poder repor financeiramente qualquer perda. Mas o dia de trabalho chega o fim. Maria agora corre para vestiário, tem que se trocar antes de pegar o ônibus que não espera funcionário “lento”. Na portaria dos funcionários do hotel, uma revista rigorosa dos seguranças toma algum tempo, mas não a felicidade de ir pra casa e poder encontrar seu filho. Pegou o ônibus. Cruzou a Linha Verde. Desceu na beira da pista. Montou no primeiro moto-táxi que a levaria por mais 5km adentro em uma via de barro e muito esburacada. Chegando a casa não havia banheira de hidromassagem para limpar. Nem mesmo os lençóis da cama ela tinha que trocar, pois já havia feito isso dois dias atrás e não entendia porque no hotel tinha que ser feito diariamente. Também, não teve que juntar aparelhos eletrônicos e brinquedos do filho, ele não os tinha assim em grande quantidade. O brinquedo mais querido do menino era “comer manga do pé”, coisa que ele não podia há quatro dias, pois tivera uma forte disenteria após tomar banho com os colegas no rio. O rio era o mesmo que passa ao fundo da comunidade onde moram e que deu de beber a sua avó. Com a chegada dos resorts nessa região, uma multidão de pessoas veio atrás das oportunidades de trabalho. Não tinham onde morar. Amontoam-se nos lugares mais perto dos empreendimentos e barato, o interior da Linha Verde. “Antes se tomava dessa água, hoje nem mesmo o banho é aconselhado”, declara uma moradora da comunidade do Barro Branco, vizinha aos grandes resorts da Linha Verde. Além dos grandes empreendimentos da Linha Verde, nenhuma outra comunidade do Litoral Norte recebeu do Estado o sistema de saneamento básico.

4.3.2 Cena Dois – Seu João

Seu João nasceu, se criou e ainda vive numa comunidade beira-mar do Litoral Norte da Bahia. É pescador “desde que se conhece por gente”. Atualmente, aos 67 anos, fica triste ao ver que a maioria dos jovens, como ele foi um dia, não querem saber da pesca para sobreviver. “No meu tempo não tinha opção, ou íamos para o mar, ou ficávamos em terra tomando conta dos irmãos e ajudando nossa mãe. Hoje é diferente, temos o turismo”. O turismo veio e com ele as promessas de uma vida melhor. Assim como para o seu João, jovens e donas de casa hoje se vêem tentados por uma vaga nos luxuosos resorts da região. “Depois da notícia que um grupo espanhol comprou 14 km de praia, aqui do lado, não se fala em outra coisa. Todos só querem saber de esperar pelos benefícios”. Mas refletindo sobre a questão, seu João dá um tempo nas palavras e leva sua mão calejada à cabeça e por entre seus cabelos grisalhos, como se quisesse recordar mais sobre os tempos da juventude. E ele acaba lembrando que, além de pescar com o pai, gostava de dançar no “bar do Tonho”, que aos sábados tocava forró ao vivo. Uma longa gargalhada, talvez a faísca de uma chama que já não brilha mais tão forte assim. Mas, retornando a questão dos jovens e velhos pescadores, seu João deixa uma dica passível de tese científica.

Eles vieram aqui (os empreendedores dos resorts) e prometeram que após a construção do hotel não faltaria emprego pra ninguém. Mas, se eles realmente quisessem acabar com o desemprego daqui, porque não compram dois freezers e um caminhãozinho pra gente levar o nosso pescado pra cidade? É disso que a gente precisa. Nosso pescado fica aqui sem ter pra quem vender, não dá lucro. O velho, o jovem, todos ficam esperando comprador. O turismo deve ser bom, mas tem coisas que a gente mesmo sabe fazer, desde muito tempo.²¹ (informação verbal).

4.3.3 Cena Três – o casal paulista

Era verão. Ele esperava por esta época com muita ansiedade. Suas férias do trabalho, numa posição estressante e comum dos escritórios financeiros de São Paulo, coincidiam com a época mais festejada pelos brasileiros. Comprou pela internet um pacote turístico de uma semana com tudo incluído (traslado, hospedagem, alimentação e lazer), para ele e sua esposa, num resort luxuoso e

²¹ Relato do morador do Litoral Norte da Bahia em entrevista concedida, em 2011, ao autor deste trabalho de pesquisa.

badalado do Litoral Norte da Bahia. Tirando os percalços do traslado, o que é comum num país com aeroportos e rodovias defasadas em tamanho e tecnologia, a chegada até o resort foi como esperado. Os problemas começam a partir daí. Já no *check-in*, primeiro registro *in loco* do hóspede antes da entrada dele no apartamento, o feliz casal ficou sabendo que por motivo da alta ocupação o apartamento deles estaria pronto em quatro horas e que enquanto isso eles poderiam bebericar e comer a vontade nos bares do lobby e das piscinas do hotel. “Mas eu quero e preciso tomar um banho” diz a esposa, já não tão mais sorridente e sendo amparada com água de coco por duas “crentes” trajadas de Baianas de Acarajé. “Infelizmente, senhora”, responde a recepcionista, “isso não será possível, é melhor mesmo que os senhores aguardem o apartamento ficar pronto”. Uma vez instalados, já bêbados de tantas caipirinhas no bar principal, resolvem descer para o jantar que promete frutos do mar e uma apresentação cultural. O elevador se abre e a fila que se forma em frente a porta do restaurante é notável a distância. O tempo de espera foi de uma hora. As opções de frutos do mar foram realmente enormes, mas as bebidas demoraram cerca de trinta minutos para chegar à mesa. Quando isso aconteceu, o garçom, meio encabulado, declarou, “somos quase todos temporários e é difícil entrar assim, logo num dia de movimento, hoje é só o meu primeiro dia”. Que coincidência era o primeiro dia do casal sulista naquele luxuoso resort, também. Três dias se passaram, as filas continuaram as mesmas, o garçom já os chamava pelos nomes, mas algo começa a incomodar o jovem casal, a “mesmice” dos dias. Pela manhã, um farto café da manhã e hidroginástica na piscina. Pausa para o almoço. A tarde, se toma banho de sol na praia ou então na piscina ao som dos principais ritmos do axé. À noite, aquele mesmo jantar, cardápio e temperos, regados a uma apresentação “cultural” medíocre com falsos capoeiristas e descrentes entidades desritmadas do candomblé que um dia existiu na Bahia. No quarto dia, queriam voltar para casa. “A vida além dos muros, com todas as suas surpresas, é bem mais interessante”.

4.3.4 Cena Quatro – o estudante de hotelaria

Saiu do interior do Rio Grande do Sul rumo a capital financeira do Brasil, São Paulo. Alguns pertences na bagagem, mas principalmente muitos sonhos na mente. Em SP as oportunidades lhe chegaram mais rápido do que esperado, poucos meses

foram suficientes para uma transferência de estado, a Bahia. Esta é a vida de qualquer estudante de hotelaria e turismo que tenha no seu currículo algumas qualidades valorizadas pelo mercado, mas, sobretudo atitude e coragem para ir além. Sua nova função era treinar os funcionários de um resort da mesma rede americana que tinha trabalhado em SP, só que agora na Bahia, estado que possui uma cultura e um tempo próprio. Seu objetivo, de novo, era fazer com que todos pudessem servir os clientes deste resort no mesmo nível, internacional, praticado pela marca em outros hotéis mundo. Assim como fez tão bem em SP, esforçou-se neste novo desafio. Trouxe os mais belos exemplos e casos de sucesso do mundo empresarial. Vídeos, palestras motivacionais. Todos os treinamentos da rede internacional, traduzidos e aplicados. Não adiantou muito, mesmo com nível da qualidade de atendimento ao hóspede tendo uma significativa melhora, lhe faltava algo. No fundo, nem ele mesmo mais acreditava mais que, sob tais condições de emprego e salário, somados aos modelos de gestão importados que exigem muito mais que o tempo de trabalho, mas a própria vida, se possa ser feliz. Três anos foram suficientes para ele pedir demissão para recomeçar uma nova jornada de erros e sucessos.

4.3.5 Cena Cinco – A Terra de Seu Zé

Seu Zé tinha quatro filhos. O pouco de terra que herdou do pai mal dava para dividir entre os seus herdeiros. Um dia, então, veio um homem claro e com sotaque esquisito, oferecendo uma quantidade de dinheiro que Seu Zé jamais tivera visto em toda sua vida, em troca por aquele pedaço de terra que herdou do pai a beira-mar. Com esse dinheiro oferecido ao Seu Zé, dava para toda dele família viver “melhor”, só que um pouquinho mais longe de onde fora nascido, criado e criou seus filhos. Não pensou duas vezes, pegou o dinheiro, fez as trouxas e comunicou a esposa e aos filhos que partiriam. No lugar do seu antigo terreno, uma bela pousada foi erguida. Dois dos filhos do Seu Zé trabalham nela como vigias a noite, recebem um salário mínimo. Quando informado do valor provável de mercado do seu antigo terreno, vendido cinco anos atrás, Seu Zé pediu água e tempo para respirar. Incrédulo exclamou; - “hoje eu seria um *rich*”, em inglês mesmo. No novo lugar que Seu Zé escolheu para reconstruir a vida aos 55 anos de idade, outros ex-vizinhos o acompanharam. A nova comunidade que se forma em frente a um dos principais

resorts da Linha em Verde, em Imbassaí, tem a estranha presença de velhos conhecidos e a invariável chegada de novos aventureiros à região. O espaço é pequeno e em terreno acidentado (Veja-se figura 30). Não tem água e nem esgoto instalados. A energia elétrica chegou à apenas um ano, em 2010. Telefone só mesmo porque é um serviço privado. Drogas e prostituição estão agora à algumas casas de distância. A polícia entra toda hora na comunidade atrás de criminosos. “Dizem que eles (os criminosos) se escondem por aqui”. Mas como diz o Seu Zé; - “a vida é assim mesmo, um dia estamos por cima, outro por baixo”.

Figura 31 – Foto da comunidade Jardim Imbassaí, formada em frente ao resort Grand Palladium instalado na localidade em 2011



Fonte: O próprio autor, (2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da leitura dos capítulos e pela respectiva construção teórica dedicada à fundamentação desta dissertação fica fácil identificar que o autor encontra-se longe de qualificar o turismo praticado no Litoral Norte da Bahia como algo positivo para o desenvolvimento local - ainda que este não seja o objetivo geral traçado para esta pesquisa. Entretanto, seria um equívoco deduzir que o mesmo autor é contra toda e qualquer forma de turismo. Pois, ao contrário, vale afirmar desde já, este autor dedica absoluta confiança de que a atividade socioeconômica denominada por turismo pode ainda se tornar algo benéfico para muitas regiões do mundo e suas populações.

Este novo cenário, onde o turismo cumpriria efetivamente o papel de vetor do desenvolvimento, é tema para outro trabalho. Porém, de forma breve, necessariamente, aconteceria mediante a incorporação de dimensões socioambientais originais e formas de produção adaptadas ao meio ambiente e a sociedade local no planejamento do turismo. Com alguns exemplos nas formas de turismo ecológico, comunitário e rural. Não o contrário! Como são os meios produtivos exógenos e que tem relegado sociedades inteiras à condição de objeto de políticas desenvolvimentistas, por todo o Brasil. O turismo decretado para o Litoral Norte da Bahia, baseado na construção de resorts com grande capital pelo PRODETUR/NE, a partir dos anos 90, revelou-se um exemplo clássico deste modelo exógeno e o paradigma utilizado nesta pesquisa.

Assim, as razões encontradas neste trabalho para desqualificar o turismo do Litoral Norte da Bahia são outras e não a própria atividade econômica que, aqui nesta pesquisa, foi provada ter-se estabelecido como um dos principais vetores do crescimento econômico de países e regiões, como o Litoral Norte da Bahia. Muitos dos quais, até então, excluídos dos fluxos financeiros proporcionados pelo incremento do movimento de pessoas pelo mundo e que necessariamente demanda uma enorme cadeia produtiva de bens e serviços. Trabalho e renda que realmente são necessários e que poderiam alavancar o desenvolvimento para além da comum economicidade que, no entanto, preenche o discurso e práxis do turismo.

Portanto, a reflexão sugerida por esta pesquisa encontra-se acima deste patamar econômico-quantitativo, que sobrecarrega o discurso oficial do turismo.

Aliás, este estudo foi responsável, essencialmente, por questionar este discurso e provar que o mesmo tem sobrepujado inúmeras contradições na relação capital-trabalho, capital-espaco para justificar e legitimar a expansão do turismo no Nordeste brasileiro, como um todo.

Neste contexto, a pesquisa procurou trabalhar algumas das contradições presentes no espaço e no cotidiano dos sujeitos que habitam o Litoral Norte da Bahia, como proposta a desmascarar o discurso oficial do turismo, bem como levar a sociedade a um melhor entendimento desta atividade socioeconômica. O turismo pregado pelo PRODETUR/NE tem se mostrado como uma atividade altamente subordinadora do espaço e sua gente, empregando uma lógica de produção que se apropria do espaço e dos recursos ambientais e energéticos, promovendo um trabalho precário, no entanto, midiaticizado como benefício social e caminho para o desenvolvimento. Estes são os aspectos, que segundo avaliação deste autor, se põem importantes e urgentes para discutir, pois o momento ainda permite mudanças.

Para chegar a tanto, esta pesquisa procurou evidenciar que o turismo estabelecido para o Litoral Norte da Bahia é algo muito mais abrangente e complexo que o simples bel-prazer que uma classe abastada tem de possuir casas de veraneio no Litoral, ou o frívolo desejo alheio de conhecer lugares exóticos com instalações e segurança de primeiro-mundo, que automaticamente passam a compor álbuns do *Facebook* em tempo real via *Iphone*. Como visto ao longo deste trabalho, a expansão do turismo no Litoral Norte da Bahia corresponde a um movimento muito maior. Um movimento que na atualidade poderia ser caracterizado como de flexibilidade migratória e expansionista do grande capital na direção de economias periféricas. Porém, mais rentáveis que às de origem. Longe da crise - não atoa que espanhóis e portugueses investem massivamente no Litoral Norte da Bahia, em meio à decadência que caracteriza seus mercados no velho continente. Como não será nenhuma surpresa quando os chineses começarem a investir neste setor por aqui também.

Além disso, a análise realizada deu-se sobre o termo globalização enquanto novo paradigma para as ciências sociais, num contexto de um sistema mais amplo onde sociedades parecem encontrar uma autonomia relativa e condicionada como nações estreitamente entrelaçados. Nestas condições, como se viu, revertem-se

perspectivas e possibilidades de ser em todo o mundo. O local e o global determinam-se reciprocamente. Aqui é possível indicar a emergência de uma ordem global que age na superação e eliminação dos obstáculos à expansão do capitalismo no plano mundial. Uma ordem que seria caracterizada, sobretudo pela produção jurídica de normas e tratados supranacionais, principalmente de comércio e guerra. Sem isto, a migração de capital internacional para o Litoral Norte da Bahia não seria possível por meios tão fáceis. Os desdobramentos dessa problemática recaem sobre muitas questões, dentre elas, a de soberania dos estados-nação, que com a necessidade cada vez maior das ações multilaterais, unem-se a um movimento legitimado, sobretudo por agências internacionais que ditam, em última instância, o ritmo das políticas que animam, também, o turismo no Litoral Norte da Bahia, sem que se suspeite de sua originalidade.

O PRODETUR/NE neste trabalho mostrou-se como fruto dessas articulações políticas, mas principalmente, como um planejamento turístico asséptico ao território e a sociedade local. Nesta parte da pesquisa já é possível afirmar que a ocorrência do turismo nesta região não é um acaso do destino, muito menos fruto da competência dos políticos locais interessados no desenvolvimento da região. O fluxo migratório de capital público e privado para terras litorâneas do Brasil, principalmente, do Nordeste, deve ser entendido como parte de um movimento muito mais amplo e global, com regras e hierarquia de poder bem definidos local e globalmente.

Atribui-se a esta pesquisa, ainda, o justo reconhecimento do turismo por razão da importância que exerce para a economia e a geração de postos de trabalho no Brasil e na Bahia. São projeções e números que, todavia, mesmo para um país que registra graves déficits sociais, só em parte justificam a ordem econômica predominante no discurso em favor do turismo. Pois, como se verificou, além do fato repugnante deste setor vir sendo utilizado por políticos e empresários para a obtenção de contratos e privilégios, a promoção do turismo em favor da criação de postos de trabalho no Brasil e na Bahia sobrepuja com frequência a precarização deste mesmo trabalho mediatizado como oportunidade e desenvolvimento. Precarização, esta, que foi analisada em sua própria materialização. Pois, a época em que o capítulo destinado a análise do mundo do trabalho e o trabalho local com o turismo estava sendo redigido, uma greve dos trabalhadores da hotelaria local

ocorria em paralelo. Fato, esse, documentado e que fundamentou a análise do mundo do trabalho e o resultado publicado por esta pesquisa. De que o trabalho proporcionado pelo turismo no Litoral Norte da Bahia beira a precariedade total e, portanto, não deveria preencher o discurso oficial e ser midiaticizado como desenvolvimento.

Abordou-se, também, o conceito de espaço e como o turismo se apropria e produz o espaço turístico do Litoral Norte da Bahia. No percurso da análise, evidenciam-se, outra vez, as contradições existentes entre o discurso oficial do turismo e sua materialização no espaço local. O entendimento de que o turismo responde aos anseios globais do capitalismo e é produtor de espaços diferenciados ficou notório com a construção da Linha Verde (BA-099). As histórias relatadas neste trabalho para ilustrar este processo não escondem a dramaticidade que tem sido a vida de uma maioria local subordinada aos processos produtivos e sociais exógenos do capital. A produção do espaço pelo turismo no Litoral Norte da Bahia verificou-se socialmente excludente e segregadora de classes. Além de privatizar a terra e os espaços comuns que durante século servem a população local para moradia ou fonte de subsistência e energia.

Desta forma, como fora objetivo provar nesta pesquisa desde o princípio, conclui-se que o turismo insere o Litoral Norte da Bahia nos circuitos de produção e consumo globalizados, modernizando o espaço e valores, entretanto, inaugura de vez a era das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista contemporâneo de produção. Contradições que em hipótese alguma poderiam ser tratadas como exclusivas do turismo. Por isso, talvez, certo distanciamento do tema, por vezes, ao longo do texto. Entretanto, a partir desta pesquisa, parece mais palpável a ideia de que o turismo do Litoral Norte da Bahia configura-se como expressão da expansão do grande capital nestas terras e esta região como apenas mais uma atrativa opção de investimento lançado no mercado mundial.

REFERENCIAS

ABIH-BA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS - BAHIA. [Portal]. 2011a. Disponível em: <<http://www.abihbahia.org.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.

ABIH-BA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS – BAHIA. **Turismo vai representar 3,3% do PIB brasileiro, em 2011, e gerar 2,8 milhões de empregos.** 2011. Disponível em: <<http://abihbahia.blogspot.com/2011/03/turismo-vai-representar-33-do-pib.html>> Acesso em: 10 jul. 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVAREZ, Graciela. Novos hotéis na Bahia prevêem aporte até 2017 de R\$ 10 bilhões. **Correio**, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/novos-hotéis-na-bahia-preveem-aporte-ate-2017-de-r-10-bilhoes>> Acesso em 23 abr. 2011.

APPAY, B. **La dictature du succès: le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation.** Paris: L'Hartattan, 2005. 262 p.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** Petrópolis: Vozes, 1997. (Zero à Esquerda).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo.** São Paulo: Unesp, 1996.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **A economia como ela é.** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **Os sistemas dos objetos.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria.** Fortaleza: Ed. UFC, 1998.

BNB - Banco do Nordeste. [Portal]. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>> Acesso em: 20 jun. 2011.

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira.** Brasília: MMA, 1995

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira.** São Paulo: Aleph, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo M.. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2009.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Unb, 2009a. v.1.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Unb, 2009b. v.2.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

BOULLÓN, Roberto C.. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CALDAS, Alcides Dos Santos. **Globalização em territórios periféricos**: os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galícia. Salvador: Unifacs, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASA DA TORRE. [Portal]. Disponível em: <www.casadatorre.org.br> Acesso em: 23 abr. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CONDER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. [Portal]. Disponível em: < www.conder.ba.gov.br > Acesso em: 23 abr. 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Inês G. De. **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 93-103.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. De. **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

DE MASI, D. Países que sabem gerenciar o lazer dominarão o cenário. **Jornal O Estado de São Paulo**, 01 de janeiro de 2000.

DINIZ, Edite Luiz. **Tapera, Pau Grande e Barreiro**: uma geo-história de resistência de comunidades tradicionais, no Litoral Norte da Bahia. 2007. 169 P. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e Resistências**: novos e velhos desafios?. Caderno Crh, Salvador, v. 24, n., p.37-57, 03 jan. 2011. Disponível em: <crh.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2012.

FILGUEIRAS, V. **Trabalho análogo ao escravo e o limite da relação de emprego no Brasil**. In: REUNIÃO INTERMEDIÁRIA TRABALHO E SINDICALISMO – O TRABALHO E NOVAS DINÂMICAS LOCAL-GLOBAL, 4, 2010, Campina Grande, Anais.... Campina Grande, 2010, p.172-191.

FOUCAULT, Michael. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANCO, T; DRUCK, G. **O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização**. In: SEMINÁRIO FUNDACENTRO. Salvador, 2009.

FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA. [Portal]. Disponível em: <<http://www.fgd.org.br>> Acesso em: 23 abr. 2011.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34.ed. edição São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-cultural**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Lirandina. Praia do Forte, BA: o paraíso e suas contradições. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 172-184.

HARDT, Michael ; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARVEY, David. **The enigma of capital**. 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fSsCiOleJjY>>. Acesso em: 15 set. 2011

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 21, ago. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBEROSTAR HOTÉIS E RESORTS. [Portal]. Disponível em: <<http://www.iberostar.com.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . [Portal]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**, Campinas. 2.ed. São Paulo: Ed. Alínea, 2003

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: 34, 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES JUNIOR, Edmilson. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. In: SERRANO, M. Toledo (org). **Viagens à natureza, turismo, cultura e ambiente**. Campinas São Paulo: Papirus, 1997, p.43 - 58

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo:Atlas, 2003.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Cartografia e geoprocessamento na análise e gestão de sistemas rodoviários: a BA 099 e sua área de influencia direta**. 2003. 219 P. Dissertação (Mestrado em Análise Regional), Universidade Salvador, Salvador.

MTE. Ministério do Trabalho em Emprego. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Quadro Geral das Operações de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (SITSRTE) 1995-2010. Brasília: Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), 2006. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 27 dez 2010.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Planejamento e gestão do turismo e do meio ambiente na Bahia. **Revista Gestão e Planejamento**, v.129, 1999. Disponível: <www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/129/129> Acesso em: 12 jul. 2011.

- MATTEDI, M. R. M. et al. (Coord.) **Diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN**. Salvador, 1999.
- MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. [Portal]. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MORETTI, Edvaldo Cesar. **Turismo, consumo e produção do espaço: o mundo do trabalho no período técnico científico informacional**. In: IX COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007, Porto Alegre. LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES. Porto Alegre: Ufrgs, 2007. p. 150 - 186. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/progse.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- NEGRI, Antonio. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2002.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- OBSERVATORIO DAS METRÓPOLES. [Portal]. Disponível em: <www.observatoriodasmetroles.net> Acesso em: 12 ago. 2011.
- OIT/CEPAL/PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília, OIT, CEPAL, PNUD, 2008.
- OLIVEIRA JUNIOR, Altino Bonfim de. **Ecoturismo: conflito entre teoria e prática**. Salvador: Edufba, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de; EIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Estado de Sítio).
- PAIVA, Maria Das Graças de Menezes V. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Globalização e segmentação: reflexões sobre o mercado de trabalho em turismo no Nordeste. In: LEMOS, Amália Inês G. de. **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 273-279.

- PANOSSO NETO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.
- PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Uditus, 2002.
- PEDRÃO, Fernando. **Economia, política e poder: na periferia globalizada**. Salvador: Juspodivm, 2009.
- PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010.
- PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte**. São Paulo: 34, 2000.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.
- RAVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo, modernidade e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, A.M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.). Turismo e meio ambiente. Coleção Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 31(2), 1997.
- SACHS, Ignacy. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SANTANA, R. **Práticas de Terceirização nas empresas industriais**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.) A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. São Paulo: Ed Boitempo, 2007. P. 169-187.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007a.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007b.
- SANTOS, M. **Técnica. Espaço. Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHILLING, Voltaire. **As grandes correntes do pensamento:** da Grécia antiga ao neoliberalismo. 2. ed. Porto Alegre: Age, 1999.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; BILENASO, Leandro. **Desenvolvimento sustentável.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desemprego e psicopatologia da recessão.** In: BORGES, L. H.; MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Org.) Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações. Vitória: UFES, 2001. P. 219-254

SEMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. [Portal]. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter:** impactos pessoais no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Ed. Record, 1999.

SETUR - SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA. [Portal]. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br>> Acesso em: 12 ago. 2011.

SICM - SECRETARIA DA INDÚSTRIA. [Portal]. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br> Acesso em: 12 ago. 2011.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

THOMPSON, Edward P.. **A formação da classe operária:** A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1. (Oficinas da história).

TOMÁS, Pere A. Salvà. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar Mediterráneo. In: LEMOS, Amalia Inês G. de. **Turismo: impactos socioambientais.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 187-206.

TRIGO, Luiz Gonzaga; PANOSSO NETO, Alexandre. **Reflexões sobre um novo turismo:** política, ciência e sociedade. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

VIRILIO, P. **Os motores da história,** in: ARAUJO, H. R. de (org.) Tecnociência e cultura. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

WEBER, Max. **Sociologia.** 7.ed. São Paulo: Ática, 2008. (Grandes cientistas sociais).

WTTC - WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. [Portal]. Disponível em: <www.wttc.org> Acesso em: 12 ago. 2011.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo:** uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.